



# DIÁRIO



# da Assembleia da República

IV LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1985-1986)

## REUNIÃO PLENÁRIA DE 24 DE JUNHO DE 1986

**Presidente:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. José Rodrigues Vitoriano

**Secretários:** Ex.<sup>mos</sup> Srs. Reinaldo Alberto Ramos Gomes

José Carlos Pinto Basto da Mota Torres

Rui de Sá e Cunha

José Manuel Maia Nunes de Almeida

**SUMÁRIO.** — O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 50 minutos.

Depois de o Sr. Deputado Carlos Brito (PCP) ter tecido algumas considerações sobre a apresentação, pelo Governo, da moção de confiança e de ter respondido aos pedidos de esclarecimento dos Srs. Deputados Cardoso Ferreira e Duarte Lima (PSD), concluiu-se a interpelação n.º 1/IV (PCP), relativa à abertura de um debate de política geral centrado, predominantemente, nas orientações e actuações governamentais na área do sector público da economia, nomeadamente quanto à CNP, à EDP, à QUÍMIGAL e outros interesses públicos da economia, bem como sobre a política social, designadamente em relação ao desemprego e à continuação dos salários em atraso.

Usaram da palavra, a diverso título, além do Sr. Ministro do Trabalho e Segurança Social (Mira Amaral), os Srs. Deputados Vítor Hugo Sequeira (PS), Carlos Lilaia (PRD), Ilda Figueiredo e Maia Nunes de Almeida (PCP), João Cravinho (PS), Rogério Brito e Sérgio Ribeiro (PCP), Helena Torres Marques e António Barreto (PS), Carlos Brito (PCP), Ana Gonçalves (PRD), Amândio de Azevedo (PSD), Victor Ávila (PRD), Próspero Luís (PRD), António Mota (PCP), Adriano Moreira (CDS), Rui Machete (PSD), José Seabra (PRD) e Carlos Carvalhas (PCP).

No encerramento do debate intervieram, pelo partido interpelante, o Sr. Deputado Octávio Teixeira (PCP) e, pelo Governo, o Sr. Ministro das Finanças (Miguel Cadilhe).

Entretanto, foram aprovados um voto de saudação pelo 80.º aniversário do Prof. Paulo Quintela e um relatório e parecer da Comissão de Regimento e Mandatos relativo à substituição de um deputado do CDS.

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 19 horas e 40 minutos.

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 10 horas e 50 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

Abílio Gaspar Rodrigues.

Alberto Monteiro Araújo.

Álvaro Barros Marques de Figueiredo.

Amândio dos Anjos Gomes.

Amândio Santa Cruz Basto Oliveira.

António Joaquim Bastos Marques Mendes.

António Jorge de Figueiredo Lopes.

António Roleira Marinho.

António Sérgio Barbosa de Azevedo.

Belarmino Henriques Correia.

Cândido Alberto Alencastre Pereira.

Daniel Abílio Ferreira Bastos.

Domingos Duarte Lima.

Domingos Silva e Sousa.

Fernando Barata Rocha.

Fernando José Alves Figueiredo.

Fernando José Próspero Luís.

Fernando Manuel Cardoso Ferreira.

Francisco Jardim Ramos.

Francisco Mendes Costa.

Francisco Rodrigues Porto.

Henrique Rodrigues Mata.

Henrique Luís Esteves Bairrão.

João Álvaro Poças Santos.

João Domingos Abreu Salgado.

João José Pimenta de Sousa.

João Maria Ferreira Teixeira.

Joaquim Carneiro de Barros Domingues.

Joaquim da Silva Martins.

José Augusto Santos Silva Marques.

José Filipe Athayde Carvalhosa.

José Francisco Amaral.

José Guilherme Coelho dos Reis.

José Júlio Vieira Mesquita.

José Luís Bonifácio Ramos.

José Mendes Bota.

José Mendes Melo Alves.

Licínio Moreira da Silva.

Luís António Damásio Capoulas.  
 Luís Jorge Cabral Tavares de Lima.  
 Manuel Maria Moreira.  
 Maria Antonieta Cardoso Moniz.  
 Mário de Oliveira Mendes dos Santos.  
 Miguel Fernando Miranda Relvas.  
 Reinaldo Alberto Ramos Gomes.  
 Rui Alberto Limpo Salvada.  
 Virgílio de Oliveira Carneiro.

**Partido Socialista (PS):**

Agostinho de Jesus Domingues.  
 Américo Albino Silva Salteiro.  
 António Frederico Vieira de Moura.  
 António Manuel Azevedo Gomes.  
 António Miguel Moraes Barreto.  
 António José Sanches Esteves.  
 Carlos Manuel Luís.  
 Helena Torres Marques.  
 Hermínio da Palma Inácio.  
 Eduardo Ribeiro Pereira.  
 Jaime José Matos da Gama.  
 João Cardona Gomes Cravinho.  
 João Eduardo Coelho Ferraz de Abreu.  
 José Carlos Pinto B. Mota Torres.  
 José dos Santos Gonçalves Frazão.  
 Júlio Francisco Miranda Calha.  
 Raúl d'Assunção Pimenta Rêgo.  
 Ricardo Manuel Rodrigues de Barros.  
 Victor Manuel Caio Roque.

**Partido Renovador Democrático (PRD):**

Alexandre Manuel da Fonseca Leite.  
 Ana da Graça Gonçalves Antunes.  
 António Alves Marques Júnior.  
 António Eduardo de Sousa Pereira.  
 António Magalhães de Barros Feu.  
 Arménio Ramos de Carvalho.  
 Carlos Alberto Narciso Martins.  
 Carlos Alberto Rodrigues Matias.  
 Carlos Artur Trindade Sá Furtado.  
 Carlos Joaquim de Carvalho Ganopan.  
 Eurico Lemos Pires.  
 Defensor Oliveira Moura.  
 Francisco Armando Fernandes.  
 Francisco Barbosa da Costa.  
 João Barros Madeira.  
 Joaquim Carmelo Lobo.  
 Joaquim Jorge Magalhães Mota.  
 José Alberto Paiva Seabra Rosa.  
 José Caeiro Passinhas.  
 José Carlos Torres Matos Vasconcelos.  
 José Emanuel Corujo Lopes.  
 José Fernando Pinho da Silva.  
 José Luís Correia de Azevedo.  
 José Rodrigo da Costa Carvalho.  
 Maria Cristina Albuquerque.  
 Maria da Glória Padrão Carvalho.  
 Roberto de Sousa Rocha Amaral.  
 Rui José dos Santos Silva.  
 Rui de Sá e Cunha.  
 Tiago Gameiro Rodrigues Bastos.  
 Vasco da Gama Lopes Fernandes.  
 Vasco Pinto da Silva Marques.  
 Victor Manuel Ávila da Silva.

**Partido Comunista Português (PCP):**

Álvaro Favares Brasileiro.  
 António Anselmo Aníbal.  
 António da Silva Mota.  
 António Manuel da Silva Osório.  
 António Vidigal Amaro.  
 Belchior Alves Pereira.  
 Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas.  
 Carlos Manafaias.  
 Cláudio José Santos Percheiro.  
 Custódio Jacinto Gingão.  
 Domingos Abrantes Ferreira.  
 Francisco Miguel Duarte.  
 José António Gonçalves do Amaral.  
 João Carlos Abrantes.  
 Joaquim Gomes dos Santos.  
 Jorge Manuel Abreu de Lemos.  
 José Manuel Maia Nunes de Almeida.  
 José Rodrigues Vitoriano.  
 Luís Manuel Loureiro Roque.  
 Manuel Rogério de Sousa Brito.  
 Maria Alda Barbosa Nogueira.  
 Maria Ilda da Costa Figueiredo.  
 Octávio Augusto Teixeira.  
 Sérgio José Ferreira Ribeiro.  
 Zita Maria de Seabra Roseiro.

**Centro Democrático Social (CDS):**

Adriano José Alves Moreira.  
 António José Tomás Gomes de Pinho.  
 Francisco António Oliveira Teixeira.  
 João Gomes de Abreu Lima.  
 José Maria Andrade Pereira.  
 Narana Sinai Coissoró.

**Movimento Democrático Português (MDP/CDE):**

João Cerveira Corregedor da Fonseca.  
 João Manuel Caniço Seiça Neves.

**Deputados independentes:**

Gonçalo Pereira Ribeiro Teles.  
 Maria Amélia Mota Santos.

**O Sr. Presidente:** — Creio que o Sr. Deputado Jorge Lemos pediu a palavra para fazer uma interpelação à Mesa. Não é verdade, Sr. Deputado?

**O Sr. Jorge Lemos (PCP):** — Sim, Sr. Presidente. É para interpellar a Mesa no sentido de que V. Ex.ª convocasse uma conferência de presidentes dos grupos parlamentares para que a Assembleia da República pudesse considerar as consequências resultantes da intervenção, televisiva e radiofónica, do Sr. Primeiro-Ministro e para que pudesse organizar, ao mesmo tempo, o direito de réplica política dos partidos parlamentares.

**O Sr. Duarte Lima (PSD):** — Organizar? Mas está tudo organizado, Sr. Deputado?

**O Sr. Presidente:** — Então, Srs. Deputados, de acordo com o solicitado pelo Grupo Parlamentar do PCP, convoco uma conferência dos representantes dos grupos parlamentares, no gabinete do Sr. Presidente.

Porque o Sr. Deputado Cardoso Ferreira também deseja fazer uma interpelação à Mesa, tem a palavra.

O Sr. Cardoso Ferreira (PSD): — Sr. Presidente, se bem percebi a interpelação à Mesa feita pelo Sr. Deputado Jorge Lemos, apesar de, por força do que foi deliberado ontem na conferência de líderes parlamentares, já está tudo perfeitamente organizado em relação ao debate da moção de confiança, o Sr. Deputado Jorge Lemos pretendia que a conferência de líderes reunisse para exercer o direito de réplica política. É para isso ou é para reagir em relação à comunicação ao País feita pelo Sr. Primeiro-Ministro, no seu legítimo direito?

Realmente, não comprehendi bem o que queria o Sr. Deputado ao pedir a conferência de líderes, porque o debate está preparado desde ontem e escapa-me a sua intenção... Talvez queira clarificar...

O Sr. Presidente: — Para esclarecimento de V. Ex.<sup>a</sup> digo-lhe que o voto a que me referi não era o da moção de confiança apresentada pelo Governo mas, sim, um voto de congratulação ao Sr. Dr. Paulo Quintela, que está em preparação entre os grupos parlamentares. Portanto, a referência que fiz não tem nada a ver com a moção de confiança apresentada pelo Governo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Lemos, para responder.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Sr. Presidente, penso ter sido claro mas a bancada do PSD não terá compreendido.

O Sr. Cardoso Ferreira (PSD): — Agora o defeito é nosso!... .

O Orador: — Sr. Deputado, em primeiro lugar, solicitámos a convocação de uma conferência de líderes parlamentares para que fosse ponderado e organizado o exercício do direito de réplica política, pelos partidos parlamentares, na rádio e na televisão face às declarações do Sr. Primeiro-Ministro, ontem, na Radiotelevisão.

Em segundo lugar, solicitámos esta reunião da conferência para que a Assembleia da República ponderasse situações e posições a tomar decorrentes dessa mesma intervenção.

O Sr. Presidente: — Solicito ao Sr. Vice-Presidente Marques Júnior o favor de me substituir e convoco os presidentes dos grupos parlamentares para a reunião, às 11 horas, no gabinete do Sr. Presidente.

*Entretanto, assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente Marques Júnior.*

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos continuar o debate da interpelação ao Governo, feita pelo Partido Comunista Português. Para uma intervenção, está inscrito o Sr. Deputado Carlos Brito.

Entretanto, o Sr. Deputado António Mota pediu a palavra. Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. António Mota (PCP): — Sr. Presidente, é para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. António Mota (PCP): — Sr. Presidente, ao abrigo das disposições regimentais, o meu grupo parlamentar pede que os trabalhos sejam interrompidos durante 30 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, o requerimento é regimental, pelo que interrompo os trabalhos por 30 minutos. Recomeçaremos às 11 horas e 25 minutos.

*Eram 10 horas e 55 minutos.*

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, declaro reaberta a sessão.

*Eram 11 horas e 40 minutos.*

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Brito.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Os factos políticos ocorridos nas últimas 24 horas conduziram, como já ontem prevíamos, a uma situação completamente nova. Estamos em pleno debate da questão da confiança ao Governo. Mas estamos da maneira mais deplorável.

Confrontado com crescentes críticas e dificuldades, ciente dos maus resultados da sua governação, interpelado pelo Partido Comunista Português na Assembleia da República sobre as ofensivas contra o sector público e a degradação da situação social, o Governo propôs à Assembleia da República um voto de confiança.

Pareceria o mero exercício de um direito constitucional.

Mas ontem, ao começo da noite, os deputados e todo o País ficaram a saber através da televisão e da rádio que não é disso que se trata.

O discurso que o Sr. Primeiro-Ministro ontem produziu na RTP é um verdadeiro ultimato à Assembleia da República. Não é um pedido de confiança: é uma ameaça, é o rufar de tambores contra a Assembleia da República, é a tentativa de público enxovalhamento dos partidos de oposição.

O Sr. José Magalhães (PCP): — Sem dúvida!

O Orador: — O Primeiro-Ministro ousou tentar sentar a Assembleia da República no banco dos réus e arvorar-se em símbolo de Portugal e dos Portugueses para a condenar e executar, sumariamente, perante o País, por actos que não praticámos e responsabilidades que não temos.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

O Orador: — Aqui estamos, todos nós, em condições de avaliar e julgar as deturpações, as falsificações, as invenções a que o Sr. Primeiro-Ministro recorreu para tentar voltar a opinião pública contra esta Assembleia e os partidos da oposição.

E, também, estamos todos em condições de compreender que isto, que ontem aconteceu, não é um episódio banal da luta política em regime democrático.

A Sr.<sup>a</sup> Ilda Figueiredo (PCP): — Exactamente!

**O Orador:** — Há na atitude do Primeiro-Ministro e do Governo conotações que trazem ao espírito outros «apelos directos ao povo», que conduziram historicamente a profundos golpes contra a democracia.

**O Sr. José Magalhães (PCP):** — Sem dúvida!

**O Sr. José Manuel Mendes (PCP):** — Bem lembrado!

**O Orador:** — Bastaria isto para que a nova operação governamental fosse motivo de séria desconfiança para todos os democratas.

Mas a alocução do Primeiro-Ministro comporta outros factores especialmente graves.

Deixo de lado, propositadamente, os dez minutos de auto-elogo e de auto-exaltação em que o Primeiro-Ministro, ridiculamente, se gabou de méritos que não tem, de acções que não praticou. A interpelação do PCP está, aliás, a demonstrar que, em sete meses de governação, o Governo não conseguiu dar solução aos problemas, assegurar o investimento produtivo, relançar a economia, debelar as chagas sociais que se estão a agravar (o desemprego, os salários em atraso, as zonas de pobreza e de miséria...).

Não é honesto nem honrado dizer-se que a Assembleia da República «recusou toda e qualquer proposta do Governo», quando tantas foram aprovadas e muitas vezes por unanimidade.

**O Sr. José Magalhães (PCP):** — Muito bem!

**O Orador:** — Não é sério e representa uma pura inversão acusar a Assembleia da Repúboica de obstrução e invasão da esfera de competência do Governo, quando, precisamente, é o Governo que, em rebelião institucional, proclama abertamente o propósito de não cumprir leis da Assembleia da República, como a lei contra os salários em atraso e o próprio Orçamento do Estado.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**Vozes do PSD:** — Muito mal!

**O Orador:** — É inaceitável que qualquer Governo faça ponto de honra em desrespeitar a Constituição e não pode deixar de ser ponto de honra da Assembleia da República o facto de a defender!

**O Sr. José Magalhães (PCP):** — Muito bem!

**O Orador:** — É contra isso que o Primeiro-Ministro se insurge, o que não pode deixar de constituir grande motivo de preocupação.

Peguemos nos dois exemplos ontem utilizados pelo Primeiro-Ministro.

O Governo queria entregar, de forma selvagem, a gente que lhe é afecta, o *Jornal de Notícias* e outros órgãos de comunicação social. Um negócio desastroso para o sector público e para o direito dos cidadãos à informação. A Assembleia da República não o permitiu e definiu um quadro legal que impede o arbítrio.

É contra isto que o Primeiro-Ministro se insurge.

**O Sr. José Magalhães (PCP):** — Exacto.

**O Orador:** — E choca, particularmente, que um Primeiro-Ministro, que se prepara para dar 400 milhões de contos aos ex-monopolistas que sustentaram...

**O Sr. Carlos Carvalhas (PCP):** — É um escândalo, uma vergonha!

**O Orador:** — ... e beneficiaram do fascismo, tenha vindo dizer aos Portugueses que não há mais hospitais, escolas e estradas porque o Estado apoia órgãos de comunicação social. Que política de espírito, senhores deputados (e como ela evoca o antigo!)!

**O Sr. José Magalhães (PCP):** — Muito bem!

**O Orador:** — O segundo caso (o do pacote laboral) é ainda mais escandaloso (se possível!).

Num País onde o desemprego já atinge mais de meio milhão de trabalhadores e está a aumentar todos os dias, o Governo acha que a grande prioridade em matéria de legislação laboral é liberalizar os despedimentos, com argumentos absolutamente hipócritas de que modernizar é desempregar e progredir é despedir. E não consente, sequer, que a Assembleia exerça os seus poderes, que seja a Assembleia da República a redigir a lei: quer que ela diga ámen a um texto confeccionado com as organizações patronais e sempre rejeitado pelas organizações sindicais. Ao querer impor a forma, através da qual a Assembleia da República deve tomar uma opção política nesta matéria laboral, é o Governo que está invadindo a esfera própria de competência e a liberdade de decisão da Assembleia da República e não o contrário.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Orador:** — Como é possível que um Primeiro-Ministro desfigure a este ponto o relacionamento entre as instituições democráticas? Será isto que lhe ensinaram os conceituados constitucionalistas ...

**O Sr. José Manuel Mendes (PCP):** — O Santana Lopes, o Correia Afonso, o Barroso ...

**O Orador:** — ..., cuja autoridade anónima invocou perante o País contra um órgão de soberania eleito pelo povo!?

**O Sr. José Magalhães (PCP):** — Hipocrisia!

**O Orador:** — É preciso descaramento para, em conclusão de um libelo de calúnias, insultos, falsificações contra a Assembleia da República e os partidos de oposição, vir dizer, angelicamente, ao País que o Governo não procura o conflito com ninguém e cultiva o diálogo (desde que, naturalmente, a oposição consinta, cale e obedeça)!

**O Sr. José Magalhães (PCP):** — De joelhos!

**O Orador:** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O que ontem vimos não é um sinal de força, mas de fraqueza, de insegurança e nervosismo do Governo e do Primeiro-Ministro Cavaco e Silva.

**Vozes do PSD:** — Não parece!

**Aplausos do PCP.**

**O Orador:** — Depois das fitas a que nos foi habituando a propósito de tudo (do orçamento suplementar, dos pedidos de urgência, do Orçamento de Estado para 1986, das leis contra os salários em atraso e contra o leilão da comunicação social), o Primeiro-Ministro chega a esta apresentação de um voto de confiança precisamente numa altura em que se começam a generalizar as críticas contra a sua política e em que o País descobre, cada vez mais, que o rei vai nu, isto é, que o Governo não é competente, não é transparente nem insuspeito, que não é capaz de dar solução aos problemas nacionais.

**Voz do PCP:** — Muito bem!

**O Orador:** — São hoje pontos perfeitamente assentes que o Governo malbarata a conjuntura extremamente favorável existente a nível externo e interno, não foi capaz de incentivar o investimento produtivo nem arrancar a economia do marasmo, que a situação social se degrada cada vez mais e a defesa do interesse nacional face à Comunidade Económica Europeia está posta em causa pelo chocante desleixo do Governo e do comissário que nomeou para a CEE!

**A Sr.ª Ilda Figueiredo (PCP):** — Muito bem!

**Vozes do PSD:** — Muito mal!

**O Orador:** — O Primeiro-Ministro não conseguiu disfarçar esta insegurança e este nervosismo que lhe saiu na parte final da alocução, quando repetiu e glosou quinze vezes, convulsivamente, a expressão «queremos continuar» «queremos continuar».

*Risos do PCP.*

Depois disto, quer o Primeiro-Ministro convencer o País de que não está agarrado ao Poder e que não receia a demissão quando foi isso que revelou de forma obsessiva.

**O Sr. António Mota (PCP):** — É um fiteiro!

**O Orador:** — Como se pode dar a confiança a um Primeiro-Ministro que sendo minoritário se dirige ao País contra a Assembleia da República, mas chantageando o próprio País nos termos de um verdadeiro ultimato?

Não é apenas o estilo do Primeiro-Ministro que repudiamos, não é apenas a tentativa de enxovalho à Assembleia da República e aos partidos da oposição que repelimos. Este governo e este Primeiro-Ministro, senhores deputados, têm designios e propósitos (confessos e proclamados em congresso) de, através destas manobras, da manipulação de dinheiros públicos, do abuso da gestão de empresas públicas, do controle férreo da comunicação social podem realizar o sonho de criar uma situação que leve à dissolução da Assembleia da República e lhes permita concretizar a miragem da maioria absoluta. Não escondem, também, que têm como alvo a destruição do sistema eleitoral proporcional e a completa subversão da Constituição.

**A Sr.ª Ilda Figueiredo (PCP):** — Exactamente!

**O Orador:** — A situação ontem criada pelo Primeiro-Ministro é de tal forma grave, senhores deputados, que exige debate e decisões imediatas.

**O Sr. José Magalhães (PCP):** — Muito bem!

**O Orador:** — A Assembleia da República não pode ficar 24 horas à espera que o Primeiro-Ministro venha cá dizer em «segunda mão» e num tom, provavelmente menos desabrido, os enxovalhos que ontem nos arremessou através da rádio e da televisão.

**O Sr. José Magalhães (PCP):** — Muito bem!

**O Orador:** — Por isso, defendemos que este debate continue e que prossiga a reflexão a propósito de toda esta manobra governamental (incluindo a ponderação da regularidade da retorcida e capciosa forma como o texto, ontem apresentado, pelo Governo coloca a questão da confiança).

Pela nossa parte, que adoptámos durante a interpelação uma atitude de censura ao Governo, não temos nenhuma dúvida em responder não à moção de confiança.

O Governo quer criar uma situação tal em que, em vez de se colocar a questão da queda do Governo, se coloque a questão da queda da Assembleia da República.

**A Sr.ª Ilda Figueiredo (PCP):** — Exactamente!

**O Orador:** — E não só a queda desta composição parlamentar, mas do papel da Assembleia da República no contexto dos órgãos de soberania. Só querem governar com um Parlamento diminuído, submisso, domesticado.

**O Sr. José Manuel Mendes (PCP):** — Nem mais, nem menos!!!

**O Orador:** — Tal é, senhores deputados, a questão que nos está colocada e que exige uma resposta, urgente e pronta, dos partidos representados na Assembleia da República.

*Aplausos do PCP.*

**O Sr. Presidente:** — Para formular pedidos de esclarecimento, estão inscritos os Srs. Deputados Cardoso Ferreira e Duarte Lima.

Tem a palavra o Sr. Deputado Cardoso Ferreira.

**O Sr. Cardoso Ferreira (PSD):** — Sr. Deputado Carlos Brito, a primeira constatação a fazer da sua intervenção e de acordo com o seu teor é a de que o Partido Comunista já desistiu da sua interpelação, cujos objectivos, aliás, eram bem diversos dos que, regimentalmente, deveriam estar por detrás dela. No fundo, vem aqui dar uma resposta política à intervenção do Primeiro-Ministro...

**O Sr. Malato Correia (PSD):** — Muito bem! É isso mesmo!

**O Orador:** — ... no exercício legítimo de se dirigir ao País para explicar por que razão estava a utilizar um mecanismo constitucional e regimental. E o Sr. Deputado Carlos Brito — porventura retomando

uma concepção e uma leitura da Constituição que sempre foi a sua, que, por vezes, mal disfarça e que, desta vez, deixou bem claras — classifica como golpe contra a democracia a utilização, por parte do Governo e do Primeiro-Ministro, de uma moção de confiança que aqui foi permanentemente solicitada, nomeadamente pelos senhores!

Essa concepção da democracia é, da sua parte, indiscutível, em momentos como estes, mas é preciso que fique claro que se trata de um instrumento constitucionalmente consagrado e que, se o Primeiro-Ministro o faz, é no sentido de grande responsabilidade e de compreensão de que esta Câmara, com o papel fundamental que tem assumido em relação ao Governo, tem de se pronunciar muito claramente. Não pode haver equívocos; não pode haver posições dúvidas daqueles que, dizendo que apoiam um programa de governo, porventura rejeitam medidas que implementam esse programa; não pode haver posições dúvidas daqueles que, em campanhas eleitorais, para angariação de votos, para manterem as suas posições e o número de deputados no Parlamento, apresentam determinado conjunto de medidas que aqui negam ao Governo, permanente e diariamente.

É preciso uma clarificação da vida política portuguesa. É preciso que a Assembleia da República diga, de uma vez para sempre — não como instituição mas essencialmente através dos partidos, que são oposição legítima ao Governo, sem dúvida — se quer este Governo ou se não o quer. E é preciso que aqueles assumam a responsabilidade disso e que tenham a coragem política de, aquando da votação da moção de confiança, tornar bem claro, perante o País, sem tergiversações, sem mistificações, se, realmente, querem ou não que este governo governe.

*Aplausos do PSD.*

**O Sr. Presidente:** — Uma vez que o Sr. Deputado Carlos Brito manifestou intenção de responder, em conjunto, aos dois pedidos de esclarecimento, dou a palavra ao Sr. Deputado Duarte Lima.

**O Sr. Duarte Lima (PSD):** — Sr. Deputado Carlos Brito, o debate desta interpelação ao Governo sobre política económica estava, estranhamente, a ser conduzido de uma forma bastante baça e descolorida. Estranhamo-lo porque normalmente, neste tipo de cerimonial, o Partido Comunista costuma apresentar um tom tonitruante e wagneriano em estilo de grande instrumental...

*Risos do PSD.*

...que nos faltou desta vez. Parece que a apresentação da moção de confiança pelo Governo, ontem, na Assembleia da República, vem trazer de novo ao Partido Comunista a oportunidade de retomar o estilo que lhe tinha faltado no princípio da interpelação.

Ao ouvir agora a intervenção do Sr. Deputado Carlos Brito, a primeira coisa que me ocorre é dizer que o Partido Comunista é ingrato para com o Governo. Isto porque nos parecia, relativamente às últimas teses apresentadas pelo Partido Comunista, que o PCP tinha assumido para si definitivamente, e agora com vigor, a ideia de derrubar este governo. Parece — pelo menos é assim circulado nos meios de comunicação social — que esta interpelação sobre política económica iria culminar com a apresentação de uma moção de censura.

Porquê, então, a irritação do Partido Comunista quando o Governo apresenta aqui uma moção de confiança? Não deveria estar o Partido Comunista agradecido com isso, Sr. Deputado Carlos Brito? Não vem esta atitude do Governo e do Sr. Primeiro-Ministro clarificar as questões e facilitar a vossa tarefa, se é que é esse o desígnio do Partido Comunista?

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Sr. José Magalhães (PCP):** — E vem enlamear a Assembleia!

**O Orador:** — Gostaria que o Sr. Deputado Carlos Brito se pronunciasse sobre isso e esclarecesse o porquê desta irritação por causa da apresentação de uma moção de confiança. Não é um direito legítimo e constitucional do Governo o de apresentar uma moção de confiança? Não foi isso feito, no antecedente, nesta Câmara, pelos mais variados governos? Porquê esta irritação e esta acusação de chantagem e de golpismo? Queria o Partido Comunista que, pelo facto de o PCP invocar que o Governo não tem maioria nesta Câmara, o Primeiro-Ministro aparecesse calado perante o País e não lhe dissesse aquilo que entende ser legítimo dizer-lhe?

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Queria o Partido Comunista pôr também uma rolha na boca do Governo?

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Sr. José Magalhães (PCP):** — É o Governo que põe uma rolha na boca da Assembleia!

**O Orador:** — Não, Sr. Deputado José Magalhães, a Assembleia pronuncia-se, e tem-se pronunciado sempre, sobre aquilo que quer. Pelos vistos, o Partido Comunista é que não quer que o Governo faça a mesma coisa. Mas é isso o que não vão conseguir, naturalmente.

*Aplausos do PSD e do deputado independente Borges de Carvalho.*

**Vozes do PCP:** — Mal dito!

**O Sr. Vasco da Gama Fernandes (PRD):** — Peço a palavra, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Para que efeito, Sr. Deputado?

**O Sr. Vasco da Gama Fernandes (PRD):** — Para interpelar a Mesa; Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra, Sr. Deputado.

**O Sr. Vasco da Gama Fernandes (PRD):** — Sr. Presidente, quero perguntar o que é que estamos a discutir: a interpelação ou a moção de confiança?

*Aplausos do PSD, de alguns deputados do CDS e dos deputados Magalhães Mota (PRD) e Borges de Carvalho (Indep.).*

**O Sr. Presidente:** — Neste momento, a Mesa não se encontra nas melhores condições para responder à pergunta colocada pelo Sr. Deputado, mas pensa que o debate que neste momento se está a travar é, de facto, o da interpelação ao Governo....

**Vozes do PSD:** — Não parece!

**O Sr. Presidente:** — ..., embora com algumas nuances.

Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Brito.

**O Sr. Carlos Brito (PCP):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Começaria até por me reportar à interpelação que o Sr. Deputado Vasco da Gama Fernandes acaba de fazer à Mesa, para, com muita amizade, lhe dizer que vamos, naturalmente, prosseguir a interpelação. Contudo, produziu-se ontem à noite um acontecimento tão importante e tão grave nas suas consequências e na forma que revestiu que, segundo pensamos, seria absurdo que passasse em silêncio na Assembleia da República.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**Vozes do PSD:** — É preciso ter lata!

**O Orador:** — Passo, pois, a responder aos Srs. Deputados que pediram esclarecimentos.

O Sr. Deputado Cardoso Ferreira está nervoso...

Risos.

**Vozes do PSD:** — Olha quem fala!

**O Orador:** — ... e, naturalmente, terá considerado uma desconsideração o facto de eu ter começado por responder ao último deputado que falou e não ao Sr. Deputado Cardoso Ferreira, que foi o primeiro. Mas já lá vamos, e não vai perder pela demora!

Risos.

Mais uma vez o Sr. Deputado revelou uma fatal tendência para o erro, pois não compreendeu que vamos continuar a interpelação.

**O Sr. Cardoso Ferreira (PSD):** — Ai não?!

**O Orador:** — Simplesmente, como já tive ocasião de dizer, o acontecimento ontem introduzido no debate da interpelação, com a apresentação do voto de confiança, é relevante.

Repare-se que se estava a discutir a interpelação quando o Governo, logo a seguir à abertura do debate, introduziu a moção de confiança na Mesa da Assembleia da República, o que é um facto novo. Só pessoas muito desatentas...

**O Sr. José Magalhães (PCP):** — Ou mal-intencionadas!

**O Orador:** — ... ou não querendo ser objectivas é que não podem considerar que isto é um facto novo.

**O Sr. Cardoso Ferreira (PSD):** — Sim, sim, mas chamou-lhe um golpe contra a democracia!

**O Orador:** — Depois, temos, ontem à noite, a comunicação ao País do Sr. Primeiro-Ministro. Então, isto não é também um outro facto novo?

O que é que estamos aqui a fazer? Estamos a fazer um debate de política geral — é preciso explicar as coisas aos deputados do PSD — centrado em dois temas essenciais: o sector público e a situação social.

Então, a comunicação do Sr. Primeiro-Ministro não é um facto relevante? Quanto a nós, seria sempre um facto relevante. Na forma que assumiu e no conteúdo que revelou, é um facto extremamente grave.

Dizemos no texto precisamente isso — e isto serve para responder ao Sr. Deputado Duarte Lima —, ou seja, que o Governo apresentou uma moção de confiança e que isso parecia o mero exercício de um direito constitucional. Reconhecemos isso perfeitamente.

**O Sr. Cardoso Ferreira (PSD):** — Sim, mas chamou-lhe golpe contra a democracia!

**O Orador:** — Agora, depois de ouvido o Primeiro-Ministro é que dizemos que não é, que, afinal, o Governo não está a pedir um voto de confiança à Assembleia da República, mas a procurar mobilizar o País, rufando tambores, deformando, inventando e até mentindo em relação ao que aqui se passa.

**Vozes do PSD:** — Não é verdade!

**Vozes do PCP:** — É verdade!

**O Orador:** — Está a tentar virar o País e a opinião pública contra a Assembleia da República. Isso é que é inaceitável, inadmissível!

*Aplausos do PCP e protestos do PSD.*

O facto é este: o Sr. Primeiro-Ministro tem todo o direito de ir à televisão ou à rádio e de dirigir ao País as comunicações que entender. Teria apresentado uma moção de confiança na Assembleia da República, e seria curial esperar que viesse aqui apresentá-la. Toda-via — admitamos — pensou de uma outra maneira e quis antecipar e chamar a atenção do País para a comunicação que ia fazer na Assembleia da República. Mas, então, que fosse verdadeiro e rigoroso...

**O Sr. Cardoso Ferreira (PSD):** — E foi!

**O Orador:** — ... e que não deformasse, como os Srs. Deputados sabem que fez, a verdade e adulterasse o que se passa na Assembleia, para ganhar o País a favor dele e contra a Assembleia da República! E, menos ainda, que não se arvorasse em árbitro, juiz e símbolo do povo e da nação portuguesa, porque, se alguém tem a representação do povo português, não é o Primeiro-Ministro, mas a Assembleia da República!

*Aplausos do PCP, do MDP/CDE e do deputado Defensor Moura (PRD).*

O Sr. Deputado Duarte Lima acusa o PCP de ser ingrato em relação ao Governo, mas o Sr. Deputado parece ser muito grato em relação ao PCP. Depois de ouvir a minha intervenção, esfrega as mãos de contente e diz: «Agora é que isto vai aquecer!».

Risos.

Sr. Deputado, agradecemos, mas dispensamos, esses elogios.

Na verdade, gostaríamos que este debate, em torno do sector público e da situação social e económica do País, se pudesse desenrolar com serenidade, elevação técnica e consciência patriótica. Foi com esse objectivo que apresentámos aqui a interpelação ao Governo.

Ao que assistimos da parte do Governo — e, de alguma maneira, o Sr. Deputado também confessou isso — foi ao considerar que discutir assim é uma monotonia, uma chatice, e que o que é bom é a confrontação, o conflito. Isso é o que lhe vai na alma!

A nossa posição não é essa, Sr. Deputado! Não negamos ao Governo o direito de se pronunciar e de vir aqui discutir, e até o desafiámos a vir aqui discutir estas questões. Não pombos em causa que o Governo vá à rádio ou à televisão dar explicações ao País, nem tentamos pôr nenhuma rolha na boca do Governo. Agora, o que denunciamos é que o Governo deforma o que se passa na Assembleia da República, calunia a Assembleia e põe uma rolha para impedir que ela se defenda perante o País e lhe diga a verdade. É isso o que o Governo faz!

*Aplausos do PCP.*

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Victor Hugo Sequeira..

O Sr. Victor Hugo Sequeira (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: A presente interpelação ao Governo sobre política económica processa-se no quadro legal e institucional das relações entre a Assembleia da República e o Governo e ocorre num momento em que o dever de alertar e de responsabilizar para a situação e consequência da problemática do emprego em Portugal assume particular importância, face à dramática realidade que caracteriza a actual conjuntura do emprego.

Na verdade, registou-se no decurso do 1.º trimestre de 1986 um agravamento do desemprego, traduzido num decréscimo da população empregada de 0,9% relativamente ao 1.º trimestre do ano de 1985 e de 1,1% se o compararmos com o 4.º trimestre do ano em referência. Por este facto, a taxa de desemprego em Portugal cifra-se actualmente em 11,1%, o que representa o preocupante número de mais de 500 000 desempregados.

Acresce, na razão das nossas preocupações, que a percentagem, neste contingente, dos jovens à procura de emprego é de cerca de 50% dos desempregados, sendo igualmente preocupante a taxa que refere mulheres em idêntica situação. Num país em que as necessidades básicas da população em geral se encontram em grande medida por satisfazer, o desemprego e os salários em atraso, fenómeno ainda não inteiramente debelado, constituem um factor deveras agravante da qualidade das condições de vida, independentemente de outras situações que esta marginalização acaba inevitavelmente por gerar, sendo, neste último caso, os jovens os mais atingidos, por efeito da ociosidade para que involuntariamente foram remetidos.

Este panorama torna-se simultaneamente mais preocupante se levarmos em conta que tem crescido o número de trabalhadores contratados a prazo, bem como o número de trabalhadores por conta própria, o que traduz um preocupante aumento da precariza-

ção do emprego e o agravamento do desemprego estrutural por destruição de postos de trabalho em benefício do crescimento de uma economia paralela.

Tendo este governo proferido sucessivas afirmações de grande rigor e competência na área da política económica, bem podemos afirmar, na hora de um ainda que minibalanço, que a situação no tecido social e económico se tem vindo a deteriorar por ausência de medidas que não são incompatíveis de implementação simultânea com os objectivos desinflacionistas e de redução da dívida externa, sobretudo tendo em conta o enquadramento altamente favorável da conjuntura internacional.

O crescimento do desemprego é consequência de não se ter verificado o desejável relançamento da actividade económica nos primeiros meses de 1986. Neste período verificou-se, aliás, uma quebra na evolução das exportações. Igualmente neste período, o investimento em infra-estruturas, que deveria ter um papel e motor de arranque na reactivação da actividade económica, encontra-se paradoxalmente paralisado. Acresce ainda que no presente momento se levantam sérias dúvidas quanto à possibilidade de utilização integral dos fundos comunitários — e importaria averiguar os «porquês», se tal se vier a confirmar.

Por outro lado, a inflação tem estado a ser reduzida, pelo menos até Abril, em grande parte por benefício da conjuntura internacional favorável, mas, ainda assim, durante os meses de vigência do actual governo, os preços subiram a um ritmo superior ao que vinha crescendo nos últimos meses do anterior governo.

A registar ainda, no domínio da contratação colectiva de trabalho, os sucessivos conflitos provocados pelo actual governo ao tentar impor um tecto salarial nas empresas públicas. Tal actuação é contraditória com o desejável reforço de autonomia da gestão que o Governo defendeu no seu programa, mas que agora, pelos vistos, limita e agrava, por esta forma de desresponsabilização dos gestores, a própria evolução do sector empresarial do Estado.

Aliás, pode hoje perguntar-se para que provocou e fez arrastar o Governo greves na Carris, no Metropolitano, na CP e na Petroquímica-Gás de Portugal se acabou por ceder, mesmo quando respeitando formalmente o tecto salarial, já que os acréscimos pretendidos vieram noutras matérias.

Não podíamos ainda deixar de comentar o encerramento da Companhia Nacional de Petroquímica, que, sobretudo no momento e na forma como foi decidido e anunciado, é absolutamente inaceitável, por acarretar graves prejuízos para o País, vir a provocar graves problemas sociais na área de Sines e desvalorizar o próprio porto de Sines. Não direi mais sobre esta matéria, pois limitar-me-ei a remeter o Governo para o que nesta Assembleia foi dito pelo meu camarada Torres Couto.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Numa economia aberta, a dinâmica do emprego é questão-chave da regulação social, a exigir resposta adequada, impedindo que o País se divida, criando-se laços de solidariedade entre o norte e o sul, o litoral e o interior, em suma, promovendo o desenvolvimento regional.

Torna-se necessário assegurar uma mais justa distribuição dos rendimentos e uma melhoria crescente das respostas às necessidades colectivas, particularmente aos

anseios dos jovens, bem como necessário se torna encontrar formas de resolver mais condignamente os problemas dos idosos.

Uma política activa de emprego e formação profissional, com a garantia de os recursos provenientes da taxa para o Fundo de Desemprego serem integralmente utilizados na área do emprego e formação profissional, uma reforma do sistema de segurança social que garanta uma efectiva melhoria das prestações, em especial das pensões, uma revisão do diploma que institui o sistema do seguro de desemprego, com vista, nomeadamente, ao alargamento do seu âmbito de aplicação, a participação das organizações representativas dos trabalhadores nos processos de reestruturação industrial e apoios financeiros fiscais e outros que visem a recuperação das empresas viáveis e o aproveitamento dos activos das inviáveis em iniciativas que criem postos de trabalho alternativos são, entre outras, medidas claramente tendentes a uma resposta necessária para os problemas que no tecido social se sentem e que urge solucionar.

Que políticas vem o actual governo implementando e que efeitos têm produzido para dar uma resposta aos desempregados — é uma questão essencial deste interpelado.

Tem, pois, a palavra o Governo.

*Aplausos do PS.*

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Lilaia.

O Sr. Carlos Lilaia (PRD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Sem prejuízo de uma intervenção mais global sobre o sector público produtivo, já feita por um colega da minha bancada, sempre gostaria de esclarecer e, mais uma vez, que o Partido Renovador Democrático não tem qualquer tipo de reserva mental face ao sector público produtivo, muito menos que ele seja um mal necessário.

Dizemos, sim, que tal sector público produtivo, tendo em conta a sua importância global e relativa no conjunto da economia portuguesa, não pode deixar de ser utilizado no contexto das deficiências estruturais do nosso sistema produtivo, face à experiência técnica e tecnológica acumulada nas empresas que o constituem. Está aqui capital tecnológico do mais avançado do País, a par de um elevado número de técnicos altamente qualificados e de uma capacidade real para avançar com «novos produtos» baseados em tecnologias novas. São elementos altamente positivos e que, entre outras saídas, deixam a possibilidade de viabilizar a reestruturação de sectores tradicionais.

O País não é tão rico que possa votar ao ostracismo um sector com as virtualidades apontadas. É uma verdade que, apesar de tudo, de ataques meramente ideológicos e de incompreensões generalizadas, começa a ser aceite por trabalhadores, gestores, empresários e população em geral.

O que não se comprehende é a atitude de um governo que, na ausência de uma verdadeira política industrial, aguardada por empresários e trabalhadores, por incapacidade de fazer a sua definição e de lançar as medidas necessárias à reestruturação de sectores e ao relançamento do investimento, se vire em exclusivo para o sector público produtivo, ameaçando, por vezes, concretizando por outras, sem definir o papel deste sec-

tor, mas procurando incutir no público a ideia de que se está a mexer (para alguns, leia-se, desmembrar ou desmantelar o sector público).

Sucede até que tais intervenções, ao nível de empresas do sector público produtivo, são acompanhadas pela montagem de um certo espectáculo, anunciados com várias semanas de antecedência em semanários da especialidade, gerando compreensível instabilidade nos trabalhadores e gestores dessas empresas.

É, justamente, sobre um destes casos que nos iremos deter — a Electricidade de Portugal, EDP. Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: A Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/86, sobre a EDP, e os despachos regulamentares exigem uma análise crítica.

Será, no entanto, apropriado começar por relembrar que, antes da constituição da EDP, a distribuição de energia estava entregue a cerca de 160 entidades; todavia, a quase totalidade da produção e do transporte era exercida por uma única empresa — A CPE (Companhia Portuguesa de Electricidade). Dada a dispersão empresarial, e onde ela ocorria, resultava a irracionalidade económica, o caos tarifário, a insuficiente electrificação com largas áreas e populações não servidas de energia, instalações e equipamentos degradados com a consequente má qualidade dos serviços.

A constituição de uma empresa única, abrangendo as actividades de produção, transporte e distribuição, para todo o continente, surgiu como uma solução natural, aliás, similar à seguida noutros países europeus. A dimensão da EDP resultou inferior à dimensão das empresas congêneres em França e Itália e da ordem de grandeza das empresas regionais existentes em Espanha e Inglaterra.

A actividade da EDP tem demonstrado a justeza da solução adoptada. A EDP aplicou uma tarifa única, promoveu a normalização, realizou a electrificação em superfície (praticamente concluída), organizou e melhorou a tecnostrutura uma das melhores do País, uniformizou relações de trabalho, realizou um programa de centros produtores adequados, expandiu e adensou as redes de transporte e distribuição, melhorou a qualidade do serviço.

Retomando a análise crítica, retenha-se então o despacho do Governo sobre o dito «processo de regionalização da EDP».

Não resulta claro se se pretende (*sic*) o «requacionamento da filosofia global da produção, transporte e distribuição, mediante um processo de regionalização da EDP». Leia-se solução desmantelamento ou, se se pretende uma «estrutura regionalizada da EDP», leia-se desconcentração ou, ainda, se não se sabe bem o que se quer.

Na primeira hipótese, e pensando apenas na distribuição, tal desmembramento conduziria ao regresso ao passado, isto é, às zonas privilegiadas com baixa qualidade e tarifas baixas e, ao inverso, à punição das zonas desfavorecidas, com tarifas altas e má qualidade de serviço; a ausência de perequação económico-financeira conduziria ao agravamento dos desequilíbrios regionais. A admitir-se, hipótese que o despacho permite, a regionalização da produção e do transporte tal levaria ao absurdo económico e técnico que nos conduziria ao período anterior à constituição da Companhia Portuguesa de Electricidade.

No segundo caso, da desconcentração da estrutura não se comprehende como o Governo não exerce a sua

função natural de tutela da EDP, dando conhecimento da opção política da desconcentração geográfica da estrutura, nomeia uma comissão que, obviamente, servirá de correia de transmissão à vontade política dos ministérios mandantes, desvaloriza a capacidade de gestão, técnica e de organização dos corpos gerentes da EDP.

A própria utilização do termo «regionalização», em vez de «desconcentração», revela um toque demagógico. Lança-se um espectáculo regionalista ao mesmo tempo que continuam inoperacionais, e ao que parece por vontade expressa do Governo, os mecanismos de efectiva participação dos autarcas, ou seja, os conselhos geral, regional e local.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Os instrumentos legais que vimos referenciando colocam uma outra questão: justamente a imagem pública da EDP, os problemas do seu relacionamento com os utentes. É facto que ocorre uma má imagem pública da EDP. Pelo contacto que temos com as populações, em nosso entender, existe um conjunto de causas fundamentais para essa má imagem: sistema de cobranças que, nalgumas zonas, chega a variar entre a periodicidade mensal e trimestral, ou mais, cobranças das taxas de radiodifusão e acréscimos tarifários (FAT) sem esclarecimento ao público da respectiva natureza, ausência de um serviço de relações públicas, relacionamento comercial burocrático com potenciais clientes industriais, ausência de esclarecimento público da natureza da tarifa e continuidade de um comportamento tecnocrático que dá, por vezes, a imagem da arrogância.

Parece-nos, assim, que, em vez de juntar a sua voz ao coro das críticas, compete ao Governo exigir medidas de gestão imediatas para repor a boa imagem da EDP, já que é disso que efectivamente se trata.

Digno de realce é também a situação económica da empresa, esta é em termos de custos relativamente saudável, com custos competitivos (se excluindo encargos financeiros anormais). É também de registar a elevada produtividade do trabalho (cerca de 6600 contos/trabalhador/ano) e que, aliás, tem crescido a um ritmo de quase 30 % ao ano, superior ao ritmo de crescimento dos encargos médios por trabalhador que crescem a cerca de 22 % ao ano. Analisando globalmente os balanços da empresa poder-se-iam considerar aceitáveis os índices de estrutura financeira que a EDP tem apresentado. Uma situação líquida positiva de 328 milhões de contos, cobrindo cerca de 33,6 % de um activo de 976 milhões de contos; capitais próprios, cobrindo 50,7 % dos capitais alheios, poderiam conduzir a uma certa tranquilidade perante a situação financeira da EDP;

Todavia, o evidente crescimento acelerado dos créditos que, de 27 milhões de contos, em 1980, passam a 143 milhões de contos, em 1984, o crescimento do passivo, e da sua estrutura, quer em termos de curto (32 %)/médio, longo prazo (68 %), quer em termos de origem interna (40 %) ou externa (60 %), o peso da situação líquida das reservas de reavaliação que aí representam 66 % conduzem a que, prudentemente, nos interroguemos sobre as causas de tais evoluções, gravosas para o equilíbrio económico-financeiro da empresa e sobre o risco de que crescentes necessidades de recurso a financiamentos para cobrir crescentes necessidades cíclicas e de serviço da dívida conduzam a uma situação financeira menos favorável.

Sublinhe-se, entretanto, que a maior parte das pressões financeiras que a empresa sofre têm como origem a vontade explícita ou implícita do Governo ou a sua omissão em termos políticos sobre cobranças que transcendem a vontade da empresa.

Deve o Governo esclarecer, e rapidamente, como vai compensar a EDP pelas dívidas acumuladas das autarquias, se tenciona continuar a utilizar a EDP para o financiamento externo da economia portuguesa e se, nestas condições, permite ou não o acesso ao fundo de garantia de riscos cambiais e de como vai ser regularizada a dívida do FAT.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Muitas das questões aqui trazidas resolvem-se através de indicações precisas do Ministério de tutela aos órgãos de gerência da empresa e ainda através de levantar de indecisões, de omissões e de ambiguidades que tanto têm caracterizado o comportamento do Governo relativamente à EDP.

Com uma resolução do Conselho de Ministros e dois despachos dos Ministérios das Finanças e da Indústria e Comércio poderemos estar, mais uma vez, na situação de que «a montanha pariu um rato», o que será grave porque sempre se perdeu tempo . . .

Útil seria ouvir a opinião do Governo sobre a sua intenção de aplicação do Plano Energético Nacional.

A este propósito um facto muito importante, que se afigura não ter por única razão as carências financeiras, mas também a vontade do Governo: é o diferimento no lançamento de novos centros produtores, permitindo o normal ajustamento da capacidade de produção face à evolução dos consumos. O sistema electroprodutor nacional deve ser bastante para garantir o auto-abastecimento em condições hidrológicas normais. O recurso à importação considerar-se-á sempre como extraordinário e para fazer face a circunstâncias anormais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Sem grandes alterações, em continuidade da estrutura organizativa existente, utilizando os mecanismos e figuras já existentes é possível, com alguma imaginação e vontade política, aproximar a empresa dos utentes, fazer participar nela os interessados e melhorar a sua estrutura técnico-produtiva. Uma solução que, em simultâneo, avance num sentido de desconcentração territorial e de descentralização de gestão. Uma solução, ainda, que permitisse tirar todas as vantagens de se ter uma empresa única com racionalização económica dos seus sistemas, tarifa única, perequação económica e financeira, permitindo a continuidade em extensão e intensificação do esforço de electrificação, dimensão adequada, normalização, boa interacção com a malha económica a montante e a jusante e, também, a vantagem de ter órgãos apoiados pela intervenção dos conselhos regionais e locais orientados para o serviço e o atendimento dos interesses regionais, com mentalidade orientada para o serviço dos clientes, vocacionada para o diálogo com as regiões e com as autarquias.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Tal como iniciámos esta intervenção, continuamos a afirmar que o sector público produtivo detém, devido à experiência técnica e tecnológica acumulada, um papel imprescindível no processo de desenvolvimento.

O miope saudosismo que leva a que se processe a desestabilização ou o desmantelamento de uma empresa, só porque é pública, não cabe numa Europa

desenvolvida em que as empresas públicas são fortes, bem geridas e elemento imprescindível da base económica comunitária.

*Aplausos do PRD, do PCP e do MDP/CDE.*

*Entretanto, reassumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente José Vitoriano.*

**O Sr. Presidente:** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.ª Deputada Ilda Figueiredo.

**A Sr.ª Ilda Figueiredo (PCP):** — Sr. Deputado Carlos Lilaia, ouvi com atenção a sua intervenção sobre o problema da EDP e a política que o Governo tem vindo a levar a cabo relativamente a esta e a outras empresas.

Na sua intervenção, o Sr. Deputado referiu-se também às diferentes montagens de espectáculo televisivo, ou outro, que o Governo tem vindo a fazer, nomeadamente através dos anúncios, com várias semanas de antecedência, nalguns conhecidos semanários de medidas a levar a cabo, visando a instabilidade nas empresas do sector empresarial do Estado e, simultaneamente, apontando para o seu desmantelamento.

O que vemos, ao fim de sete meses — como, aliás, o Sr. Deputado referiu — é a ausência de uma verdadeira política industrial que vise o relançamento do investimento e fazer sair a economia do País de um marasmo económico, aproveitando devidamente os recursos nacionais e melhorando as condições de vida do nosso povo.

Pergunto: será que isto não significa uma falta de transparência e de seriedade governativas? Para além disso, toda esta acção e, sobretudo, as suas consequências não revelam também uma incompetência governativa?

Relativamente à EDP, gostaria ainda de lhe perguntar — e certamente tem conhecimento das novas ameaças que se preparam, nomeadamente no Verão, provavelmente durante o mês de Agosto, para levar ainda mais longe o ataque à EDP, visando o seu desmantelamento — se considera ou não que é necessário que esta Assembleia deve estar atenta a esta situação e tente tomar medidas, visando impedir que o Governo vá mais longe na tentativa do desmantelamento da EDP.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Lilaia.

**O Sr. Carlos Lilaia (PRD):** — Sr.ª Deputada Ilda Figueiredo, ouvi com atenção as questões que me colocou. Respondendo essencialmente à segunda parte da sua intervenção, devo dizer-lhe que também o PRD notou que as directrizes que sairão do grupo de trabalho que foi nomeado de acordo com o despacho regulamentar terá os seus efeitos provavelmente durante o Verão e ainda durante o mês de Agosto.

Devo dizer-lhe que estamos a estudar, com suficiente pormenor, a situação da EDP, tal como a da CNP e a da QUIMIGAL. Particularmente, em relação à EDP, na minha intervenção, já indiciei algumas medidas que, na nossa opinião, poderiam ser tomadas e, sobretudo, fiz, num certo sentido de responsabilização, uma

chamada de atenção para os órgãos gerentes da EDP, atitude que naturalmente o Governo, através dos ministérios da tutela, já devia ter tomado.

Na nossa opinião, muitas das medidas aqui referidas, que provavelmente virão a ser referenciadas pela Comissão que está encarregada de estudar o problema da EDP, resolver-se-iam sem grande dificuldade, desde que o Governo exercesse, de facto, os seus poderes de tutela e pusesse em prática alguma legislação existente relativamente à EDP.

**O Sr. Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Maia Nunes de Almeida.

**O Sr. Maia Nunes de Almeida (PCP):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Na preparação da interpelação, visitámos várias empresas para trazermos com conhecimento à Assembleia da República as realidades — ouvimos os operários, os administrativos, mas também os técnicos e as administrações.

Continuam os salários em atraso, o número de desempregados não pára de crescer, uma a uma vão caindo as várias empresas, arrastando na sua queda os trabalhadores e as suas famílias. Precisamente o contrário do que tem afirmado a propaganda governamental.

Visitámos a Parry Son. Passamos pelas oficinas — ontem barulhentas e vivas, hoje silenciosas, máquinas-ferramentas que antes limavam, fresavam, torneavam; hoje jazem paralisadas, as docas vazias. Os administradores e os trabalhadores orgulhosos diziam-nos: «Somos o estaleiro mais antigo de Portugal, o primeiro a construir em aço, construímos corvetas para a Marinha e, hoje, revoltados, aqui estamos vagueando, mas lutando para alterar a situação de forma aos barcos voltarem para trabalharmos.»

Parry Son com os seus 517 trabalhadores e 15 meses de salários em atraso, apresentada à falência — é a prova provada a que conduz a política de direita —, a vossa política, Srs. Membros do Governo.

**O Sr. Carlos Carvalhas (PCP):** — O Governo não diz nada!

**O Orador:** — Com a possibilidade da falência da Parry, lançando mais trabalhadores no desemprego para que o Sr. Primeiro-Ministro ou o Sr. Ministro do Trabalho possam anunciar na televisão que diminuifram os trabalhadores com salários em atraso, conjugando com a anterior extinção da CPP, da SRN e a política para com a SETENAVE nacionalizada, vão deixando livre ao capital monopolista, aos Mellos, o mercado da indústria naval.

A propósito, importa lembrar Srs. Membros do Governo o seguinte: em 1982, a administração da LISNAVE, que continua a ter com o apoio do Governo os seus trabalhadores com doze meses de salários em atraso, enviava uma carta ao Primeiro-Ministro do PSD com as intenções e os objectivos dos Mellos. Considerava existirem 2500 trabalhadores excedentários na LISNAVE, mais de 400 na Parry Son e alguns milhares na SETENAVE, pelo que se impunha uma redução por vias diversas: reformas antecipadas, despedimentos... e a necessária alteração da legislação laboral. Os objectivos são claramente afirmados — a LISNAVE tem condições de êxito desde que lhe seja concedida a explo-

ração do estaleiro da SETENAVE para ser usado em moldes semelhantes aos que já, há longa data, a LISNAVE vem fazendo com o estaleiro da Rocha, em Lisboa, propriedade da AGPL e, posteriormente, agregar o estaleiro de Cacilhas, da Parry.

O Governo está a responder, na prática, à carta a contento do grande capital do Sr. Mello.

A Sr.ª Ilda Figueiredo (PCP): — Exactamente!

O Orador: — Como afirmava ontem o Sr. Primeiro-Ministro: «As posições do Governo, na verdade, não são fruto do acaso».

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A indústria naval, em Portugal, está em crise. Não se nega os efeitos da crise mundial, mas não é nela que estão todas e as principais explicações para a situação.

Na maioria dos países industrializados, os governos têm adoptado medidas de apoio, o que não ocorre em Portugal.

Por outro lado, deve-se ter em conta que o nosso país tem condições naturais privilegiadas para esta indústria, os salários portugueses são cerca de um terço dos europeus, e existem potencialidades de ocupação da capacidade produtiva instalada se for efectuado o reequipamento das nossas frotas de comércio e pescas.

A situação actual é bem o reflexo da estratégia planificada, fria, de aniquilamento e destruição: coexistem estaleiros com capacidade não utilizada e subemprego e frotas de pesca e de comércio totalmente inadequadas e ultrapassadas; coexistem possibilidades de intervenção estatal e um ultraliberalismo, quando a tendência mundial se caracteriza por um esforço da intervenção face à situação de crise e ao facto de se tratar de uma actividade de interesse nacional e estratégico; coexistem políticas conjunturalistas de redução do défice externo e uma hemorragia de divisas provocadas pela destruição das nossas frotas de pesca e de comércio e ao recurso sistemático à importação de peixe e ao afretamento de navios ao estrangeiro.

92% das nossas trocas comerciais efectuam-se através do transporte marítimo, mas a participação da marinha do comércio nacional no comércio externo que em 1976 era de 40,4% passa em 1986 para cerca de 14%.

O défice global das divisas em fretes de mercadorias, afretamento de navios, atingiram entre 1979 e 1984 cerca de 260 milhões de contos e não pára de aumentar, o que obviamente reduz as disponibilidades de investimento com graves reflexos no futuro.

Paralelamente à situação da nossa balança de fretes assiste-se ao gradual desaparecimento da nossa frota, dos 130 navios em 1975 passou-se para 80 em 1984 e hoje ainda menos, e, por outro lado, a elevada idade média da frota nacional, 19,6 anos, quando a vida útil de um navio é de vinte anos.

Estudos oficiais apontam para a vantagem no investimento primordial em novos navios graneleiros de 38 000 t para transporte de carvão, cereais e minérios. A SETENAVE tem três destes navios (anteriormente destinados à CNN) prontos para entrega e a degradarem-se acostados ao cais. A Portline, empresa nascida da incompreensível extinção da CNN, que assinou nos finais do ano passado um protocolo com a

SETENAVE decorrente de despacho conjunto de quatro secretarias de Estado para aquisição de três navios, resolve adquirir ao estrangeiro navios com treze anos e de 10 000 t de porte bruto um deles em sexta mão e necessitando de grande reparação.

Os três graneleiros se a navegar e a preços médios de afretamento para este tipo de navios teriam permitido já poupar ao País perto de meio milhão de contos, tendo em conta que o tempo de imobilização deve rondar os 600 dias.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Fica assim claro que a política de recuperação capitalista nada contribui para o desenvolvimento do País e para a independência nacional e é evidente que também não favorece os trabalhadores.

Com esta política, 1000 trabalhadores foram despedidos na SETENAVE, mais de 2000 na LISNAVE e muitos mais o foram com a extinção da Companhia Portuguesa de Pescas, Sociedade de Recuperação de Navios, SNAPA, CTM, CNN. Só o sector da indústria naval, sem o subsector da madeira, baixou o número de trabalhadores de 32 600 em 1977 para cerca de 17 000 em 1986.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Também o sector das pescas não foge à degradação, que tende a agravar-se, com a adesão ruinosa à CEE em que o caso dos atuneiros espanhóis é mais um escândalo.

Em 1985 estudos oficiais verificavam que mais de 65% da frota não é motorizada, constituída por embarcações com menos de 12 m de comprimento de sinal, estando 80% das embarcações em acentuado envelhecimento, com mais de quinze anos. Concluiu o referido estudo pela necessidade de serem construídas 226 novas unidades, no valor de 6 milhões de contos devendo ainda efectuar-se transformações em 130 outras unidades, ainda operacionais, no valor global de 637 000 contos.

O actual governo não apresenta medidas que sirvam os interesses do sector e os interesses nacionais, já que, por um lado, não se propõe apoiar os vários segmentos da nossa frota no sentido do seu desenvolvimento e da adequada e racional utilização, antes e só, apontando para a redução e capacidade das nossas frotas e para a destruição de milhares de postos de trabalho, 20 000 é o último número que afirmam, e, por outro, com as exigências da CEE do não aumento da capacidade das frotas, do apoio ao abate de navios, e da limitação de apoios financeiros às embarcações de 9 m a 33 m entre perpendiculars — é o enfraquecimento da posição da nossa frota face às frotas estrangeiras que vão passar a estar muito melhor colocadas para explorar os nossos próprios recursos.

Quem beneficia com esta política? Beneficiam as «redes» de importadores de peixe, os afretadores de navios, os mercadores do trabalho clandestino. Perde a economia nacional, hipoteca-se o País.

A saída da crise passa pela via do desenvolvimento articulado e não pela destruição, os ataques ao sector público, os salários em atraso, os despedimentos.

Só uma política democrática no caminho de Abril é capaz de salvar o País da crise em que se encontra.

E é isso que este governo não faz!

E é por isso que os Portugueses e a Assembleia da República não podem ter confiança neste governo.

*Aplausos do PCP e do MDP/CDE.*

**O Sr. Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Cravinho.

**O Sr. João Cravinho (PS):** — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Na realidade, esta minha intervenção será bastante curta, pois, não tendo obtido resposta por parte do Sr. Ministro da Indústria e Comércio, terei de recorrer ao tempo de que o meu partido dispõe para lhe voltar a colocar um certo número de questões.

A primeira prende-se com as negociações da CNP. O Governo extingue-a, assume a respectivo passivo, portanto pensa, com certeza, negociar os seus activos, pois, de outro modo, seria um governo irresponsável...! Certamente que não tomou esta decisão de ânimo leve, sem prospectar o mercado, pois é um governo competente e nenhum gestor se assumiria como competente sem prospectar o mercado!...

O Sr. Ministro da Indústria não respondeu à minha pergunta sobre que negócios estão neste momento em vista quanto à transferência de activos da CNP. Se me responder que não estão nenhum, devo dizer que é de suma irresponsabilidade a atitude do Governo.

Quanto ao ponto factual das exportações, coloquei uma questão. Falei numa queda real das exportações e o Sr. Ministro disse que não haveria essa queda porque, eventualmente, o valor das exportações, expresso em dólares, não teria diminuído. Bem, o dólar tem caído, Sr. Ministro. Não sei se o Governo se deu conta, mas tem sido forte beneficiário disso; vive disso e chama a si os méritos dessa queda — creio que Washington teme cada vez que o Prof. Cavaco Silva fala em mais uma queda do dólar...!

#### Risos.

De qualquer maneira, Sr. Ministro, o valor relativo às exportações no período Janeiro-Março de 1986 é de 241 milhões de contos e o das exportações de Janeiro-Abril de 1985 foi de 241 milhões de contos. Arredondando por cima, leva um benefício de 400 000 contos.

Sr. Ministro, se isto não é uma queda real, sabendo-se que o escudo caiu, pelo menos, 15% — e eu diria que caiu mais porque nem sempre os índices reflectem a realidade —, se não é uma queda extremamente significativa, se não é, por si, um veredito passado pelos exportadores à política do Governo, que queda será necessária para que o Governo tome conhecimento dela? Será preciso 30% ou 40%? Talvez caminhemos para aí, se este governo continuar com esta sua política que, de facto, revela não ter a confiança daqueles que mais a deveriam apoiar, ou que o Governo pensa que mais a deveriam apoiar.

Se quiser fazer as contas relativamente ao período de Janeiro a Abril, incluindo, portanto, mais um mês, tem um pequeno ganho, mas, mesmo assim, os números não o confortam.

Com efeito, nesse período de 1986 as exportações assumem um valor de 327 milhões de contos e no período homólogo de 1985 o valor foi de 317 milhões de contos. Portanto, a diferença não dá para cobrir a queda do escudo.

Sr. Ministro, estamos perante uma queda real das exportações que neste momento excede já os 10%, perante uma sentença dos exportadores à política do Governo.

Este governo não é competente — são os factos que o dizem! «Presunção e água benta cada um toma a que

querer», mas não vale a pena ir à televisão repetir dez vezes, como o fez ontem o Sr. Prof. Cavaco Silva, que este governo é competente, pois seria bom que os factos também o validassem. E os factos não o validam mas condenam-no.

Um outro aspecto sobre o qual gostaria de pedir uma explicação — ontem fiz esta pergunta e não obtive resposta —, é relativo ao investimento privado, investimento esse que está estagnado, não existe. O Sr. Ministro silenciou este aspecto. Pode o Sr. Ministro ou algum dos seus colegas dizer-nos alguma coisa sobre o investimento privado?

Bem sei que vão ao Norte do País no próximo fim-de-semana em «romagem de recuperação de confiança» — segundo dizia um jornal. Não sei se chegarão lá, mas julgo e espero que sim...

#### Risos.

Mas não vão lá para receber uma confiança, pois os empresários estão fartos de promessas, de demagogia, e querem factos. E este governo não os tem produzido, pois é competente nas palavras mas é incompetente nas obras e os resultados vêm-se!

Sr. Ministro, esta pergunta que vou colocar já não se dirige a si, já não tem a ver com as perguntas que lhe fiz, mas vou fazê-las a si uma vez que estou no uso da palavra... Ah, agora vejo que está ali o Sr. Ministro Oliveira Martins...

#### Risos do PS.

A pergunta que vou colocar tem a ver com a construção e obras públicas.

Os indicadores existentes relativos a concursos, obras desbloqueadas, consumo de cimento e de ferro, mostram que não há recuperação sensível. O que dizem os representantes empresariais do sector é que não há recuperação sensível, mostram que não têm confiança neste governo, temem pelo futuro.

O Governo não consegue sequer animar este sector crucial, que, aliás, é tão fácil de pôr em andamento pela facilidade extrema de lançar obras públicas no País, pela facilidade extrema de induzir um «surto» a partir precisamente, de um sector importante.

Se o Governo não consegue animar este sector, que é o mais fácil de ser «comandado» pelo Governo, que sector é que conseguirá animar? Suponho que será o sector da comunicação social ou, antes, supunha até agora, pois basta ler a imprensa diária para ficar impressionado... Aliás, creio que isso explica a moção de confiança que o Sr. Primeiro-Ministro apresentou na Mesa da Assembleia.

O Sr. Primeiro-Ministro perdeu a confiança dos empresários — como é lógico e natural! —, perdeu até a confiança da «sua» própria comunicação social que vem dizer-nos: de facto, este governo não consegue realizar, não as suas grandes reformas estruturais mas qualquer política em qualquer domínio.

Para demonstrá-lo passo a ler um pequeno extracto de um artigo da *A Capital* de quinta-feira passada, artigo esse que tem um título significativo que é «As intenções e os resultados», e que começa do seguinte modo: «A bondade de uma política de um governo, qualquer que ele seja, não se mede pelas intenções mas pelos resultados. Fossem aqueles o exclusivo padrão aferidor de tal bondade e todos os governos que tivemos até agora teriam sido excelentes. Este não teria

sido excelente mas superexcelente.» De facto, tanto elogio em boca própria já é vitopério. É isso mesmo. É isso mesmo que nos diz Torcato da Luz quando refere: «Este governo até, porventura, tem sido esforçado, tem sido determinado, mas, convenhamos, nem o esforço é suficiente nem a determinação constitui panaceia para todos os males. O esforço não é suficiente porque dele estão arredios os sectores vitais onde imperam a abolia e o immobilismo sem que a tempo tenham sido efectuadas as substituições necessárias.» E Torcato da Luz conclui dizendo o seguinte: «Nesta perspectiva, quase assume foro de quixotesca cruzada contra a maioria parlamentar. Esta cumpre o seu papel, como lhe compete. A um governo minoritário, como é o de Cavaco Silva, cabe mais qualquer coisa do que estar permanentemente a chamar-nos à atenção para o preciso facto de as oposições agiram como é de esperar que ajam.

Por outro lado, se é certo que as sondagens são confortadoras para os partidos do Governo, seria bom que este não esquecesse a realidade elementar: nada mais mutável do que a opinião pública. Basta que esta se aperceba de que tem sido tão-só a conjuntura económica internacional favorável a funcionar...»

Está explicada a moção de confiança! O Sr. Primeiro-Ministro sabe que perdeu a confiança do País e vem disfarçar aqui essa perda de confiança procurando imputar à Assembleia da República, pura e simplesmente, o facto de estar a exercer as suas competências.

Queria, porventura, o Sr. Primeiro-Ministro que, uma vez aprovado o seu programa, uma vez sendo ele Governo, se suspendesse a Constituição no que diz respeito às competências da Assembleia da República? É evidente que isso não vai suceder.

E nada mais resta ao Sr. Primeiro-Ministro do que continuar sendo Governo, para que se perceba neste país que, de facto, o que ele fez até agora foi, pura e simplesmente, propaganda. E continuará a sê-lo, com certeza, porque a moção de confiança que o Sr. Primeiro-Ministro aqui veio buscar, já a perdeu no País. Mas ainda é necessário que o próprio Parlamento lhe demonstre que não foi por obstrução parlamentar que ele perdeu essa confiança mas, sim, pela sua inacção.

Por isso, *O Século* de domingo passado dizia: «As escolhas de Cavaco Silva» que não lhe resta mais do que a «fuga para a frente». É essa a fuga que o Governo terá de fazer até que definitivamente caia porque, de facto, já nem o Parlamento será capaz de o amparar na queda que ele vem tendo.

Em último lugar, quero referir uma questão fundamental: este governo é inoperante. Diz *O Semanário*, em título de primeira página, que o «Governo pátina» e refere que «o Governo é fraco [...]», há ministérios que não funcionam».

Uma última sugestão ao Governo, na pessoa do Sr. Primeiro-Ministro e não nas pessoas dos Srs. Ministros aqui presentes — e poderá haver discordâncias quanto à oportunidade da sugestão: que o Sr. Primeiro-Ministro remodele o Governo, que reconheça a incompetência que tem dentro do Governo, que reconheça o seu erro, a sua própria incompetência ao escolher os ministros e que tenha uma segunda oportunidade.

A remodelação do Governo é que está na ordem do dia e não a questão da confiança.

*Aplausos do PS e risos do PSD.*

**O Sr. Duarte Lima (PSD):** — A remodelação do PS é que está na ordem do dia.

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, neste momento não se regista na Mesa qualquer inscrição.

Como faltam apenas alguns minutos para a hora regimental para a interrupção dos trabalhos, creio que poderemos interrompê-los desde já, se para tal não houver qualquer objecção.

Lembro aos representantes dos grupos parlamentares da conferência que se realizará às 15 horas com a presença do responsável da RTP.

Peço ainda ao Sr. Vice-Presidente Marques Júnior o favor de reabrir os trabalhos às 15 horas, na sequência do intervalo para o almoço.

Está suspensa a sessão.

*Eram 12 horas e 50 minutos.*

*Após o intervalo, assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente Marques Júnior.*

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, esta reaberta a sessão.

*Eram 15 horas e 35 minutos.*

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, deu entrada na Mesa um voto de saudação subscreto por deputados de todos os grupos parlamentares, que é do seguinte teor:

#### Voto de saudação.

Inicia-se hoje em Coimbra, e prolonga-se até ao próximo sábado, uma série de actos que, a pretexto do seu 80.º aniversário, constituem uma homenagem nacional do Doutor Paulo Quintela.

Professor ilustre da Faculdade de Letras de Coimbra — que só após o 25 de Abril pôde ser catedrático, dado que a ditadura o impediu que o fosse antes — Paulo Quintela não foi um mestre só na Universidade; até se poderá dizer que ainda o foi mais fora dela, na dimensão da sua obra e no exemplo da sua vida.

Germanista emérito, de prestígio internacional, o seu labor intelectual e científico nesta área é unanimemente reconhecido, e valeu-lhe designadamente o alto galardão que constitui a medalha de ouro de Goethe Institut.

Como tradutor, Paulo Quintela ocupa também um lugar único entre nós, de que a atribuição, ainda há dois anos, do Prémio Internacional de Tradutores, constitui expressivo reconhecimento. E, neste domínio, até a poesia portuguesa lhe é devolvedora, por ter divulgado em Portugal, através das suas notáveis versões, as grandes obras de Goethe, Hölderlin, Rilke, Nietzsche, Brecht, Nelly Sachs, etc., algumas das quais tiveram influência em certa época da nossa lírica.

Paulo Quintela prestou, ainda, um serviço enorme à arte e à cultura portuguesas como — desde a sua fundação, durante quase 30 anos — grande obreiro, director artístico e encenador do Teatro dos Estudantes da Universidade de Coimbra (TEUC), que desenvolveu uma intensa e meritória acção em todo o País, e mesmo no estrangeiro, designadamente ao fazer reviver, sobre as tábuas do palco, com brilho e actualidade, o nosso genial Gil Vicente, antes tão esquecido.

Enfim, Paulo Quintela foi, durante toda a vida, o cidadão que sempre se bateu pela democracia contra a ditadura — daí que com inteira justiça lhe tenha sido atribuída já a Ordem da Liberdade —, o transmontano de carácter que sempre lutou pela justiça contra os privilégios, o professor que sempre defendeu a autonomia universitária e esteve corajosamente ao lado dos estudantes, em especial nas chamadas «crises académicas», contra a opressão, a favor da independência e liberdade das suas associações.

Assim, propõe-se que seja aprovado pela Assembleia da República um voto de saudação ao Prof. Paulo Quintela, grande vulto da cultura portuguesa.

Srs. Deputados, vamos passar à votação deste voto de saudação.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.  
Aplausos gerais.*

O Sr. Frederico Moura (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. Presidente: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. Frederico Moura (PS): — Sr. Presidente, na impossibilidade de fazer uma declaração de voto oral, quero informar que o meu grupo parlamentar vai entregar na Mesa uma declaração de voto por escrito.

O Sr. Presidente: — Com certeza, Sr. Deputado.

Srs. Deputados, vamos continuar com o debate sobre a interpelação ao Governo.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Brito.

O Sr. Rogério Brito (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Quero começar a minha intervenção registando o facto de se encontrarem ausentes os Membros do Governo — apenas o Sr. Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações se encontra na Sala — certamente por estarem muito ocupados na preparação da estratégia da moção de confiança. Na realidade, lamento estas ausências, designadamente do Sr. Ministro da Indústria e Comércio.

Investimentos, quando os há desinseridos de um planeamento global e sectorial, que aliás não existe; não cumprimento dos compromissos respeitantes às dotações do capital; obrigar as empresas a recorrer ao crédito externo, utilizando-as como instrumento de socorro ao desequilíbrios da balança de transacções correntes do País e fazendo-as arcar com a totalidade dos encargos acrescidos; atrasar sistematicamente ou não proceder ao pagamento das indemnizações compensatórias devidas pelo Fundo de Abastecimento; adoptar tecnologias incorrectas, deixar degradar equipamentos, subutilizar capacidades instaladas e substituir produção nacional por importações; alienar património e transferir sectores rentáveis; nomear para os conselhos de gerência títeres da política ruinosa do Governo e conferir-lhes o estatuto de sociedades anónimas de irresponsabilidade ilimitada, eis a receita recomendada e aplicada de há muito pelos membros deste governo, tendo em vista o desmantelamento e liquidação do

sector empresarial do Estado. Isto são realidades que não podem ser encobertas com os *spots* publicitários proferidos pelo Sr. Primeiro-Ministro, Cavaco Silva.

A situação da Quimigal é bem o exemplo das consequências que resultam da aplicação desta receita:

De 1978 a 1983 a Quimigal investiu mais de 42 milhões de contos, não tendo recebido as dotações de capital comprometidas. As dívidas do Fundo de Abastecimento, relativas a indemnizações compensatórias, rondam os 15 milhões de contos.

Desta situação resultou, em grande parte, a necessidade da empresa recorrer ao crédito para satisfação dos seus compromissos e manutenção da sua actividade. Como se isto não bastasse, utilizada como instrumento da política financeira do Governo, a Quimigal, tal como as outras empresas do sector empresarial do Estado, é obrigada a recorrer aos créditos externos, com custos elevadíssimos resultantes da desvalorização do escudo e da evolução das taxas de juros para tapar os buracos da balança de transacções correntes.

Suficientemente ilustrativo desta situação são os cerca de 7 milhões de contos resultantes de diferenças de câmbio desfavoráveis apurados no final do exercício de 1984, representando 37% do total dos encargos financeiros. As diferenças de câmbio referidas da ordem dos milhões de contos afectaram vultosamente os resultados líquidos do exercício, impondo um reforço da provisão para o efeito existente que, pasme-se, se encontrava ao nível dos 100 000 contos. De realçar ainda que só o ónus das diferenças cambiais é da mesma ordem de grandeza dos encargos com o pessoal da empresa.

Este é um bom exemplo de como se faz a gestão das empresas públicas.

Mas os exemplos, infelizmente, reproduzem-se e alastram-se.

A Kowa-Seiko, cuja instalação se aproximarã jà dos 10 milhões de contos, trabalhou apenas cerca de 300 dias. Os elevados custos energéticos do seu funcionamento constituíram o primeiro argumento para a sua paralisação. Depois, com a baixa do petróleo e do dólar, as razões passaram a ser de outra ordem — agora, é porque a produção se destinava fundamentalmente à Siderurgia Nacional, e a inviabilização do Plano Siderúrgico Nacional arrasta a inviabilização da Kowa-Seiko.

A fábrica de fibras de vidro, que arrancou em Dezembro de 1979, parou em 1984. De uma potencialidade de satisfação do mercado interno da ordem dos 60% passámos à estaca zero.

Para a paragem da laboração fabril, o primeiro argumento assentou nos custos energéticos; agora o argumento assenta na incapacidade concorrencial face à política de liberalização das importações. Como elemento aferidor são invocados os preços mais baixos da produção espanhola. Omite-se, contudo, que a qualidade é bastante inferior à que produziamos e despreza-se o facto de que a produção de fibras de vidro da Quimigal incorporava 85% de matéria-prima nacional.

Fecha-se a fábrica de rações de Lisboa com uma capacidade produtiva na ordem das 6000 t/dia e transfere-se o seu equipamento para a fábrica do Barreiro, onde se mantém sem qualquer utilização.

Entretanto este sector, a que se pode aliar o dos pesticidas, considerado dos mais rentáveis da empresa, vem perdendo capacidade concorrencial no mercado, em benefício das multinacionais — fecham-se armazéns regionais de abastecimento e logo as multinacionais

aparecem a abrir os seus. Onde se vendem adubos não se vendem pesticidas. Cede-se a rede de penetração junto dos consumidores a armazénistas. De uma posição agressiva no mercado passou-se à passividade e à negligência.

Fenómenos similares de má gestão e falta de planeamento são extensivos a sectores como o da produção de ácido sulfúrico; ao do tratamento de cinzas de pirite, cuja paragem ou continuada degradação afectará todas as unidades a jusante, designadamente metalurgias e electrólises dos metais preciosos e do cobre; ao do sulfato de sódio; ao da divisão de têxteis, onde a estagnação da construção civil constitui pesado factor de agravamento; ao da divisão de óleos, sabões e margarinas, com particular relevo para o sector dos óleos, em que se verifica, por um lado, a falta de adopção de medidas de reconversão tecnológica que possibilitem a laboração de outras sementes mais baratas que o amendoim e, por outro lado, a entrega da refinação a empresas concorrentes onde residem, e se calhar não é por acaso, interesses dos Mellos.

A venda das participações da Quimigal em empresas associadas constitui outro crime de gestão, sobretudo se tivermos em conta que foi a Quimigal que suportou as enormes dificuldades financeiras em que estas empresas se encontravam (casos da Tinco, Fisipe, Lusofane), sem que então os restantes accionistas tivessem arriscado um tostão que fosse na sua recuperação, e depois porque se não pode desprezar ou omitir o nível das relações e da estratégia estabelecidas entre a Quimigal e as empresas associadas com as quais aquela mantém volumes de transacções superiores a 13 milhões de contos por ano.

Finalmente uma referência ao projecto do cobre. Primeiro arredou-se a Quimigal do projecto de exploração mineira, cedendo interesses nacionais à transnacional Rio Tinto Zinc que já tem uma metalurgia do cobre em Espanha, depois porque se amarra o futuro do processo a jusante à dependência do preço da matéria-prima dominado por uma empresa concorrente. Não esquecer ainda o facto de a Quimigal ter sido obrigada, sem compensação, a ceder as acções que detinha na Companhia Portuguesa do Cobre e na Calbet, abrindo-se assim o mercado às multinacionais que podem, a qualquer momento, com as medidas de *dumping* inviabilizar a capacidade competitiva nacional.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A Quimigal emprega actualmente mais de 9000 trabalhadores, gera um valor acrescentado bruto superior a 25 milhões de contos para um volume de vendas da ordem dos 60 milhões de contos, tem um inegável efeito dinamizador da actividade produtiva quer a montante quer a jusante, cujo poder multiplicador se estima em 7,5 vezes.

A Quimigal é uma empresa indispensável à economia do País. Desmantelá-la seria um crime inqualificável. Para salvaguarda dos interesses nacionais e dos trabalhadores importa implementar uma nova política liberta da fobia de destruição do sector empresarial do Estado. Governo e conselhos de gerência não podem continuar a ter o estatuto de sociedades anónimas de irresponsabilidade ilimitada. O País exige um planeamento global e sectorial da actividade produtiva, a definição de uma estratégia económica onde se insira o sector empresarial do Estado, uma programação e gestão eficientes e um sector empresarial do Estado dinâmico e forte, para bem do País e para bem da nossa pátria.

*Aplausos do PCP e do MDP/CDE.*

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, visto ninguém pretender usar da palavra para formular pedidos de esclarecimento...

O Sr. José Magalhães (PCP): — Sr. Presidente, peço a palavra para fazer uma interpelação à Mesa.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. José Magalhães (PCP): — Sr. Presidente, creio que o que se está a verificar neste debate no que diz respeito à conduta governamental é substancialmente grave. Sabemos que o ferrolho não é um exclusivo futebolista, é uma táctica parlamentar velha! Nada pode compelir um governo a intervir no debate neste ou naquele momento, mas, em todo o caso, há limites e há um mínimo exigível do ponto de vista político, sob pena de o exercício dos direitos dos partidos da oposição e de todos os partidos com assento nesta Casa ser completamente esvaziado e o próprio prestígio da Assembleia ser ferido por essa não realização plena daquilo que é um direito importante dos partidos políticos que aqui estão representados.

Sr. Presidente, nunca um governo ousou até agora debandar completamente de um debate numa interpelação. Ora, como ontem os Srs. Ministros das Finanças e da Indústria e Comércio anunciaram que hoje haveria intervenções de dois membros do governo, gostaria de saber se da lista que consta da Mesa eles estão ou não inscritos. Caso não estejam, gostaria de saber se será possível apurar se, por acaso, o Governo debandou completamente desta interpelação — e o Sr. Ministro que aqui se encontra está simbolicamente a representá-lo — ou se é sua intenção continuar a debater, como é seu dever constitucional.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, a Mesa tem verificado que alguns membros do Governo têm estado presentes na respectiva bancada e se, neste momento, não se encontram em maior número é por razões que desconhecemos.

De facto, neste momento, não se encontra nenhum membro do Governo inscrito para usar da palavra. Porém, a Mesa foi informada pelo Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares, que entretanto teve de se ausentar para uma conferência de líderes, de que havia alguns membros do Governo que tinham manifestado interesse em intervir neste debate na parte da tarde. Não sei concretamente quem são esses oradores, mas creio que deve ter sido por qualquer questão imponderável que eles ainda não se encontram no Hemiciclo.

O Sr. Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações (Oliveira Martins): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Ministro.

O Sr. Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações: — Sr. Presidente, gostaria de informar a Câmara de que o Sr. Ministro do Trabalho chegou há pouco tempo ao Parlamento e, portanto, espero que dentro de cinco ou dez minutos esteja presente no Hemiciclo.

O Sr. Presidente: — Com certeza, Sr. Ministro.

**O Sr. Rogério Brito (PCP):** — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

**O Sr. Presidente:** — Faça favor, Sr. Deputado.

**O Sr. Rogério Brito (PCP):** — Sr. Presidente, ontem, quando o Sr. Ministro da Indústria e Comércio gastou cerca de quinze minutos a dar respostas aos deputados sobre as questões que lhe foram suscitadas em relação à política empresarial do Estado e à actividade industrial, tive oportunidade de dizer que o Sr. Ministro tinha «gasto» uma série de minutos sem dizer nada. Hoje reafirmo o que ontem disse, pois a verdade é que o Sr. Ministro não respondeu a nenhuma das questões objectivas que foram colocadas.

Ora, há pouco, fiz uma intervenção em que tentei utilizar da máxima objectividade em relação a problemas concretos de um sector da actividade empresarial do Estado e objectivamente de uma empresa. O mínimo que se poderia exigir era que o Governo respondesse às questões que foram formuladas porque se tratou de questões concretas e objectivas. Na realidade, o mínimo de manifestação de respeito do Governo por esta Câmara era que ele desse resposta a estas questões, sob risco de o direito de interpelar o Governo, que é um direito inerente ao exercício do mandato dos deputados, ser verdadeiramente achincalhado. Esta é, pois, a situação em que estamos a cair.

Assim, Sr. Presidente, agradecia que a Mesa tomasse as medidas necessárias para pôr cobro a esta situação que não prestigia o Parlamento, mas muito menos prestigia o Governo.

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado, a Mesa tomará as medidas que for possível — provavelmente podem não ser as necessárias — relativamente a essa questão.

**O Sr. Rui Machete (PSD):** — Sr. Presidente, peço a palavra.

**O Sr. Presidente:** — Para que efeito, Sr. Deputado?

**O Sr. Rui Machete (PSD):** — Sr. Presidente, não estou a compreender muito bem o que é que o Sr. Deputado Rogério Brito pretende ao tentar definir como é que o Governo há-de responder concretamente às perguntas que lhe foram formuladas. Creio que num debate deste tipo o Governo usará da palavra na medida em que entender conveniente dentro das regras desse mesmo debate. O facto de responder agora ou daqui a uns minutos às questões suscitadas creio que dependerá da decisão do interpelado e não necessariamente do interpelante — são essas as regras do jogo.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado, é precisamente esse o entendimento da Mesa relativamente às inscrições dos Srs. Membros do Governo e dos Srs. Deputados.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Ministro do Trabalho e Segurança Social.

**O Sr. Ministro do Trabalho e Segurança Social (Mira Amaral):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Quero começar por agradecer ao Sr. Deputado Carlos Brito a atenção que ele teve ontem para comigo e para com

o Sr. Ministro das Finanças quando considerou que éramos dois membros do Governo com falta de experiência parlamentar e, como tal, poderíamos não estar à vontade para falar neste Hemiciclo. Achei nas suas palavras aquele misto de indulgência e de paternalismo a que já nos habituou, pelo que quero agradecer-lhe as atenções que teve. Em todo o caso, devo dizer-lhe que reconheço que sou ingênuo e inexperiente parlamentarmente, mas penso que a vida das pessoas não se esgota na experiência parlamentar.

Afora isso, felizmente, a minha experiência profissional e os meus conhecimentos do mundo do trabalho, de que o Sr. Deputado anda afastado há muitos anos, dão-me experiência noutros sectores de actividade que o Sr. Deputado não tem e permitem-me falar sobre os problemas da vida empresarial e do mundo do trabalho. Há uma coisa que o PCP ainda não percebeu: é que o Sr. Deputado faz parte da chamada classe operária teórica que não tem nada a ver com a classe trabalhadora.

*Aplausos do PSD.*

Depois, há outro erro que o PCP comete e que ainda não percebeu no nosso país, quando diz que o sistema económico capitalista tem os dias contados. Está muito enganado, Sr. Deputado.

*Risos do PCP.*

O que tem acontecido é que o sistema económico capitalista — isso a que os senhores chamam o sistema económico capitalista — tem sabido adaptar-se aos novos tempos e às novas formas de organização social. O sistema que tem os dias contados é o marxismo, que está obsoleto e faz parte, nos países mais desenvolvidos da Europa, da arqueologia industrial.

**O Sr. Carlos Carvalhas (PCP):** — Que pensador, que inteligência!

**O Orador:** — O Sr. Deputado não tem visto a TV nem os jornais, pois de contrário veria o que é que acontece aos partidos comunistas nos outros países — bastava ver os casos francês e espanhol.

Em todo o caso, gostaria de citar as pitorescas palavras aqui proferidas, na sexta-feira, pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Gonçalves, do PRD — que penso que foi inspirar-se no PCP — dizendo-lhes que os amanhãs que cantam estão do lado das economias de mercado, não estão do lado dos sistemas capitalistas e monopolistas de Estado que o Sr. Deputado defende.

*Risos.*

**O Sr. Carlos Carvalhas (PCP):** — No Parque Mayer estava melhor!

**O Orador:** — Começando a responder directamente às questões colocadas, gostaria de dizer que, de facto, em termos de política económica e social todos já percebemos que a bolsa dos Portugueses não pode ser melhorada quer através de simples distribuições de dinheiro, com aumentos salariais sem base em aumentos de produção, quer através de esquemas excessivamente voluntaristas de intervenção estatal. Todos já percebemos que o Estado só pode distribuir aquilo que o sistema económico permite que se distribua. Isto é que é fundamental, Sr. Deputado.

Aquilo que, muitas vezes, o PCP chama de investimentos públicos, mais não tem sido do que despesas públicas em bens de capital. Se quiser, numa linguagem que talvez percebam melhor, devo dizer-lhe que, se os investimentos costumam gerar fluxos futuros de lucros, o que o PCP chama de investimentos públicos apenas tem gerado fluxos futuros de despesas ou de prejuízos.

Gostava também de dizer, e isto tem a ver com o problema do emprego, que na economia portuguesa precisamos de mais mercado e de mais plano. O que é que pretendo dizer com isto? Quero dizer que precisamos de mais mercado para os ajustamentos e para as afectações de recursos e que precisamos de mais plano no sentido de um planeamento estratégico e não sectorialmente quantificado, planeamento esse que defina as grandes linhas de evolução da sociedade portuguesa e que acabe com os ritmos de *stop and go* em que temos andado. É essa, no fundo, a estratégia de progresso controlado delineada pelo Governo.

Isto tem muito a ver com o problema do emprego e todos os países ocidentais já perceberam isso. Ainda em Janeiro, em Madrid, o Presidente do Governo espanhol, Felipe Gonzalez, confessava, humildemente, fazendo o seu acto de contrição, pois tinha prometido a criação de 800 000 empregos na economia espanhola, que não é possível quantificar o número de empregos criados numa economia de mercado. Ele reconheceu, humildemente, que errou.

Foi por isso que o Governo português, numa atitude de humildade e de realismo, não anunciou cifras de milhares de empregos a serem criados. O que o Governo português disse foi que apontava para um crescimento do PIB de cerca de 4% e que nesses 4% estariam cerca de 3% de aumento de produtividade e cerca de 1% ou 1,5% de crescimento do emprego. Esta é uma atitude de honestidade e de realismo perante as duras realidades da vida económica. Todos também já percebemos que numa pequena economia aberta não é apenas preciso criar mais emprego. É preciso aguentar o emprego viável que existe e para isso são necessários aumentos, por vezes drásticos, de produtividade nos sectores económicos que já estão em funcionamento.

Também todos já percebemos que não basta uma estratégia de expansão e crescimento macroeconómico. É preciso que essa medida seja complementada com o funcionamento a nível microeconómico e, nesse aspecto, a flexibilidade do mercado de trabalho e emprego é extremamente importante. É isso que o PCP recusa e que, na sexta-feira, a Assembleia recusou ao Governo: a possibilidade de, através da flexibilização do mercado de trabalho e emprego, resolver os graves problemas de desemprego da nossa sociedade.

Não consigo perceber como é que forças sociais fazem seminários sobre o emprego, mas são as primeiras a impor barreiras à entrada no emprego aos jovens desempregados, visto que numa economia aberta a defesa rígida do emprego existente é contraditória e contraproducente para a resolução dos problemas de emprego daqueles que o não têm.

**Vozes do PSD e do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Portanto, o comportamento das forças sociais e políticas que se opuseram, sexta-feira, à alteração da legislação laboral é autenticamente um mecanismo de barreiras à entrada dos que não têm emprego. Foi isso o que os senhores fizeram.

Devo dizer mais: a nossa taxa de desemprego, se bem que preocupante nos seus aspectos estruturais, é, apesar de tudo, em termos quantitativos, inferior à de alguns países europeus. Posso citar-lhe os casos da Itália, em que a taxa de desemprego no 1.º trimestre de 1986 era de 14,1%, da Irlanda, que era de 18,2%, e de Portugal, que, no fim do 1.º trimestre de 1986, tinha a taxa de desemprego que deve ser utilizada em termos europeus de 9,1%, ou seja, 410 000 desempregados. Se queremos comparar-nos com países europeus temos que utilizar a taxa de desemprego em sentido estrito, pois é essa que é tecnicamente correcta e ela aponta para Portugal, no fim do 1.º trimestre de 1986, 9,1%, contra 9% no fim do 4.º trimestre de 1985. Como vêem verifica-se apenas um aumento de 0,1%.

Isto tem a ver com outras coisas que são em política económica os chamados *lags*. As medidas positivas do Governo não têm efeitos imediatos e leva algum tempo até que se começem, realmente, a sentir os seus efeitos benéficos.

Aliás, o problema do emprego em Portugal coloca-se numa perspectiva que não é a mesma em que aparece colocada nos outros países europeus. A maior parte dos países europeus já completou ou está em vias de completar os seus processos de reconversão industrial e de domínio da inflação. Portugal, infelizmente e apesar dos êxitos do Governo em matéria de inflação, não tem a sua inflação completamente controlada, tem taxas de inflação muito superiores às dos países europeus, designadamente à da nossa vizinha Espanha, pelo que o problema do emprego tem de ser compatibilizado com uma estratégia de controlo da inflação.

Em todo o caso gostaria de vos referir alguns programas já lançados, na área do Ministério do Trabalho e Segurança Social, para atacar o gravíssimo problema do desemprego.

Esses programas, em termos muito simples, foram o apoio à criação de actividades independentes, o apoio salarial a actividades de interesse colectivo, a ocupação de tempos livres, a ocupação temporária de jovens — o chamado OTJ —, o apoio salarial a desempregados de longa duração e maiores de 25 anos. Isto envolve um número de participantes da ordem dos 60 000 e verbas da ordem dos 3 400 000 contos.

**O Sr. José Magalhães (PCP):** — Ciclópico!

**O Orador:** — Isto significa um esforço muito grande no ataque ao problema do desemprego e, designadamente, do desemprego dos jovens.

É evidente que quando disse que o nosso desemprego, em termos quantitativos, é inferior ao de outros países europeus, não quis negar os aspectos preocupantes que ele tem, sobretudo nos seus aspectos estruturais. De facto, 45% dos desempregados são inactivos de longa duração e 55% são jovens de menos de 25 anos. Isto reforça, ainda mais, a necessidade de uma legislação laboral que permita a adequada flexibilidade no mercado de trabalho e emprego e que permita começar a responder a esses problemas.

Aliás, há aqui uma coisa que não percebo...

**O Sr. José Magalhães (PCP):** — Mais uma?...

**O Orador:** — ... e que é o facto de algumas forças políticas e sociais gostarem de citar organismos internacionais, designadamente a OIT, mas esquecerem-se

de citar o relatório da OCDE em que se recomenda ao Governo português justamente aquilo que ele propôs à Assembleia da República e que a Assembleia da República lhe negou. É uma contradição que gostaria de realçar.

Em termos de inversão da situação na área social em Portugal, é importante chamar à atenção para os aumentos de salários reais que se vão verificar em Portugal este ano e que vão gerar aumentos de consumo privado superior aos verificados na maioria dos países europeus. Há ainda dois aspectos extremamente importantes em análise social, que mostram uma inversão nítida em relação a anos passados: foi o aumento, em Dezembro, das pensões da Segurança Social em cerca de 22%, num ano em que a taxa de inflação prevista ronda os 12%, e o aumento dos orçamentos de acção social, dentro do orçamento da Segurança Social, que se cifrou em 37%. Isto mostra o esforço que o Governo está a fazer na área social, ao contrário do que aconteceu nos últimos anos em que estes aumentos foram inferiores ao ritmo de crescimento dos preços.

Há, efectivamente, este ano aumentos reais muito significativos, quer em termos de pensões, quer em termos de esforço de acção social.

E porque estamos também a tratar do sector público, gostaria de dizer que um dos agentes da pobreza, em Portugal, tem sido o modo como o Estado tem intervindo na economia portuguesa. Ter sido erigido como motor do desenvolvimento económico foi um dos erros mais profundos que se fizerem no nosso país. Acontece que o Estado tem vindo a fazer o que não deve e a não fazer aquilo que devia, visto que os nossos recursos financeiros têm sido mal aplicados. Têm sido consumidos milhões de contos em aventuras desastrosas de «Estado-empresário», consequência de um modelo económico seródio apontado para uma sociedade burocratizada, centralizada e estatizante.

Por outras palavras, o que os Srs. Deputados do PCP querem é a continuação do desenvolvimento do nosso subdesenvolvimento económico.

#### *Risos do PSD.*

É esse o modelo para que os senhores apontam.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Em termos, ainda, de OIT, gostaria de dizer que o Governo Português e o Ministro do Trabalho e Segurança Social já mandaram divulgar o relatório do PIAP, na sequência da missão vinda a Portugal. Esse relatório está a ser traduzido para português e vai ser divulgado com as conclusões do grupo de trabalho português sobre a matéria, porque nós, felizmente, já atingimos um estádio de desenvolvimento tal que estamos em condições de não aceitar passivamente todas as recomendações das organizações internacionais. Isto porque, sabendo o que se passa no nosso país, temos opiniões próprias e esse grupo de trabalho expressa, algumas matérias, visões discordantes do relatório do PIAP e, portanto, os dois relatórios serão divulgados ao mesmo tempo.

Ainda em relação à OIT, gostaria de dizer que aquilo que se fala como «arbitragem da OIT» em termos de salários em atraso é totalmente incorrecto. O que se passou foi que a CGTP-Intersindical apresentou uma queixa à OIT, pretendendo que esta fornecesse assistência técnica ao Governo em termos de salários em atraso.

Penso que, nesta matéria, quem precisava de assistência técnica da OIT era o PCP...

#### *Risos do PSD.*

... visto que o projecto de lei sobre salários em atraso que apresentou na Assembleia da República necessitava, de facto, de assistência técnica da OIT. Não é o Governo Português que precisa é o Partido Comunista Português.

#### *Aplausos do PSD.*

Em termos de implementação da lei feita na Assembleia da República, os Srs. Deputados têm de compreender que o Governo Português, obviamente, age nos estritos limites da legalidade e, obviamente, que vai implementar a lei.

Chamei a atenção da Comissão Parlamentar de Trabalho para o facto de a máquina administrativa que temos ser só uma e, se levou cerca de dois meses para conseguir pôr a funcionar em pleno o Decreto-Lei n.º 7-A/86, terá de levar alguns dias para conseguir fazer a mudança do Decreto-Lei n.º 7-A/86 para a lei que VV. Ex.ª fizeram — diga-se de passagem que me oferece bastantes dúvidas, mas não quero entrar nessa matéria. O Governo, obviamente, cumpre-a, e está neste momento a instruir a máquina administrativa para que possa dar execução à lei. Tive o cuidado de na Comissão Parlamentar de Trabalho chamar a atenção para as dificuldades de, tendo uma máquina administrativa já apetrechada e lançada na execução de um dado diploma legislativo, ter de fazer uma mudança para outro diploma, bem como chamei a atenção para o cuidado que há que ter — a bem dos próprios trabalhadores vítimas dessa chaga social...

**Vozes do PCP:** — Têm muita pena!

**O Orador:** — ... que são os salários em atraso — na aplicação da lei.

**A Sr.ª Ilda Figueiredo (PCP):** — Mas isso é cá uma eficiência governamental!

**O Orador:** — Também gostaria de dizer que os salários em atraso em Portugal têm, na sequência da estratégia deste governo, diminuído de forma muito significativa.

**O Sr. Carlos Brito (PCP):** — É falso!

**O Orador:** — Em 31 de Dezembro de 1985 havia cerca de 65 000 trabalhadores com salários em atraso e em 30 de Abril deste ano há 38 500 nessa situação. À legislação implementada pelo Governo já recorreram cerca de 9800 trabalhadores, havendo mais de 3800 ao abrigo de um despacho normativo do governo anterior, podendo dizer-se que, neste momento, há cerca de 13 600 trabalhadores com salários em atraso com cobertura social.

Em todo o caso, também gostava de chamar a atenção para o funcionamento que tem existido nas economias ocidentais, fruto, no fundo, das negociações do meio laboral em que as organizações sindicais fixam um salário nominal independente das condições económico-financeiras das empresas e as empresas ajustam o volume de emprego coerentemente com o seu

mercado. O resultado está à vista: gerou desemprego, sobretudo nos jovens e a inflação que acabou por flexibilizar o salário nominal pela descida do salário real.

Foi isso que aconteceu nos países ocidentais. Em Portugal, fomos mais originais, tivemos em 1984 um crescimento negativo do PIB de cerca de 2% e quisimos o milagre de manter estável o volume de emprego. É óbvio que não há milagres em economia e o que tinha de acontecer fatalmente aconteceu: foi a situação de salários em atraso, que não foi mais do que a resposta possível a uma situação de contracção do produto — aliás, na sequência de uma política de estabilização que era obviamente indispensável. Ora, não se pode ignorar que essa contracção do produto tinha de ter efeitos sobre o volume de emprego e quando se quis esconder isso, apareceram os salários em atraso, que foram a resposta económica possível.

**A Sr.ª Ilda Figueiredo (PCP):** — Ai, meu Deus!

**O Sr. José Magalhães (PCP):** — Que escândalo!

**O Orador:** — Devo dizer que havia empresas que laboravam porque não pagavam salários porque, se os pagassem, não poderiam funcionar. Esta é a triste e dramática realidade sobre os salários em atraso.

**O Sr. Carlos Coelho (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — Ainda gostaria de chamar a atenção para aquilo que dizem ser a conflitualidade, na área salarial, deste governo. Os números desmentem totalmente estas afirmações.

**O Sr. Carlos Coelho (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — Com efeito, de Janeiro a Maio deste ano houve 480 conflitos de empresa, quando no mesmo período do ano anterior tinha havido 652. Houve, portanto, uma diminuição de cerca de 34% em termos de conflitualidade.

No fundo, Srs. Deputados, tem havido mais fumo que fogo e os senhores não têm razão quando se referem a conflitualidade. Tem havido negociações salariais normais — seria até de admirar que isso não acontecesse —, num ano em que os salários vão subir e o consumo privado vai subir de forma particularmente significativa.

*Applausos do PSD.*

**O Sr. Presidente:** — Inscreveram-se para formular pedidos de esclarecimento ao Sr. Ministro os Srs. Deputados Sérgio Ribeiro, Vítor Hugo Sequeira, Helena Torres Marques, António Barreto, Carlos Brito, Ana Gonçalves e Vidigal Amaro.

**O Sr. Duarte Lima (PSD):** — Vão defender a honra.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Sérgio Ribeiro.

**O Sr. Sérgio Ribeiro (PCP):** — Srs. Membros do Governo, até o José Torres quando sofre golos é obrigado a jogar ao ataque — só é lamentável quando não tem no banco pontas-de-lança. Às nossas questões, o Governo, como de costume, disse pouco ou nada.

Ouviu, autocensurou-se, fez queixa, pediu confiança e agora acaba de cometer o deslize de homologar, como resposta económica, os salários em atraso.

**O Sr. José Magalhães (PCP):** — Exactamente!

**O Orador:** — Interpelámos séria e fundamentalmente, por muito que isso possa entediar alguns dos Srs. Deputados, como o Sr. Deputado Duarte Lima.

Interpelámos, fundamentadamente, e insistimos: que tem o Governo a dizer sobre as estatísticas de emprego, se a taxa de actividade do 4.º trimestre de 1983 é de bem mais de 700 000 desempregados? Que tem o Governo a dizer, quando invoca conceitos de «desemprego» em sentido restrito — talvez pensando europeisticamente que seria deseável que o emprego em sentido restrito fosse o desemprego subsidiado, pois assim seria fácil a este Governo apresentar um desemprego de cerca de 100 000 trabalhadores? Esse desemprego em sentido restrito, subsidiado, é aquele que talvez o Sr. Ministro e o Governo gostassem de ter nas estatísticas.

Que tem a dizer o Governo sobre a instabilidade e a precarização do emprego? Quando o Sr. Ministro fala de percentagens, que diz serem europeias, esquece que estes 714 000 desempregados, que seriam aqueles que resultariam da taxa de actividade de Dezembro de 1983, revelariam mais de 15% de desempregados.

Que tem o Governo a dizer sobre o imbróglio da «Medes Godinho»? Que tem a dizer sobre o escândalo de aluguer de mão-de-obra e condições de trabalho ao nível da quase escravatura, como foi aqui exemplificado com o caso da TAP? Que tem a dizer sobre o vazio criado na coordenação económica e sobre os 7000 trabalhadores desses organismos que pretende extinguir? Que tem o Governo a dizer — e, particularmente, o Sr. Ministro do Trabalho, que acabou de falar — relativamente à pergunta que fizemos sobre o estatuto dos trabalhadores do Instituto do Emprego e Formação Profissional e o papel a desempenhar por este Instituto, que deveria ser de emprego e de formação profissional?

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Vítor Hugo Sequeira.

**O Sr. Vítor Hugo Sequeira (PS):** — Sr. Ministro do Trabalho, penso que a intervenção de V. Ex.ª teve a virtualidade de situar, no domínio das nossas preocupações nesta interpelação sobre política económica, aquilo que consideramos ser, efectivamente, o cerne da questão, que é a inexistência de uma política de emprego e, consequentemente, uma política de desenvolvimento económico conducente a uma resposta que satisfaça as necessidades na área do emprego.

Tive oportunidade, ainda esta manhã, de referir que, só no 1.º trimestre de 1986, se verificou um agravamento do desemprego de cerca de 0,9%, o que em termos comprovativos com o último trimestre de 1985 representa também um agravamento de 1,1%, e que, no cômputo geral, nos refere a existência neste momento em Portugal, em termos de população activa, de um desemprego na ordem dos 11,1%, ou seja, cerca de 500 000 trabalhadores que não podem produzir, não podem trabalhar.

É lamentável que, uma vez mais, se procure atribuir a exclusiva responsabilidade pela degradante situação ao facto de não se produzir a tão «famigerada» — pelo menos, no sentido em que alguns pretendiam — revisão das nossas leis laborais. Será mesmo caso para perguntar se vamos assistir à terceira queda de um Governo por não se fazer a revisão da legislação laboral.

Quanto ao domínio do investimento, teríamos de perguntar se este depende exclusivamente da revisão das leis laborais, se o desenvolvimento económico e a sua implementação dependem exclusivamente da revisão das leis laborais, se a criação de novas empresas ou a viabilização de muitas das actuais está dependente exclusivamente desta questão, que é a revisão da legislação laboral portuguesa.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Não exclusivamente!

O Orador: — E cita-se, entre outras coisas, o relatório da OCDE — não deixa de ser curioso que como país membro da Comunidade Económica Europeia citemos os relatórios da OCDE e não, por exemplo, as recomendações do Conselho Económico e Social da CEE — e o próprio relatório do director-geral da OIT que classificam a pobreza e o desemprego como os flagelos do século XX, a que urge, obviamente, dar resposta.

É curioso que, no domínio de outras medidas que podiam ser implementadas e gerar a criação de novos postos de trabalho, não se faz nada, como por exemplo no domínio da antecipação das idades de reforma, no domínio da redução dos horários de trabalho — ainda recentemente, no sector da indústria seguradora, as organizações sindicais livremente negociaram e acordaram com o Instituto Nacional de Seguros a redução de quinze minutos semanais no horário de trabalho e o Governo não homologou esta cláusula do contrato colectivo de trabalho.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Podiam era baixar os prémios, não era reduzir o horário.

O Sr. Gomes de Almeida (CDS): — Isso era a sorte deles!

O Orador: — Queria recordar também ao Sr. Ministro do Trabalho que há países da CEE que passaram a crise económica com a legislação laboral que tinham e saíram dela com a mesmíssima legislação. Pensamos que, efectivamente, em matéria de CEE não só não há directivas no sentido da uniformização, como padrão de revisão da legislação laboral, e que, portanto, em matéria de...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, peço-lhe desculpa, mas não pode concluir.

Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Helena Torres Marques.

A Sr.<sup>a</sup> Helena Torres Marques (PS): — Sr. Ministro, há um ano podia ter sido apresentada uma proposta de lei do IX Governo sobre as leis laborais. O PSD considerou, nessa altura, que deveria ser por autorização legislativa e o facto de não chegarmos a acordo fez com que o Governo caísse. Há um ano que este assunto podia ter sido resolvido e tratado. Se o não foi, a culpa foi do PSD.

Sr. Ministro, pareceu-me convicto no acreditar que efectivamente estas leis são decisivas para relançar o emprego. Pergunto-lhe, se está assim tão convicto por que é que há cinco meses quando esta Câmara, ao recusar o pedido de urgência, afirmou que não seria dada autorização legislativa — e, nessa altura, curiosamente, até o CDS disse que votaria favoravelmente o pedido de urgência e nunca a autorização legislativa — mais uma vez mudou de ideias.

**Vozes do CDS:** — Essa agora!

A Oradora: — Sabendo os senhores há cinco meses que nesta Câmara não passaria a autorização legislativa e, acreditando o Sr. Ministro que estas leis são fundamentais, por que é que o Governo não apresentou nesta Casa a proposta de lei tão necessária para se avançar nesta matéria?

Permita-me um desabafo, Sr. Ministro: é sempre um consolo ver um dito social-democrata defender o regime capitalista aqui nesta Casa.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Barreto.

O Sr. António Barreto (PS): — Sr. Ministro do Trabalho e Segurança Social, vou repetir um pouco o que já disse mas será melhor, pois acho que todos nós sentimos uma grande necessidade de esclarecimento.

Tanto o Sr. Ministro como o Governo e o Partido do Governo sabiam, há muito tempo, que havia pelo menos dois partidos neste hemiciclo que estavam dispostos a encarar, a discutir e a debater com razoabilidade e serenidade um projecto de lei, vários projectos de lei e ou propostas de lei sobre as questões laborais.

Em Portugal, ninguém percebe por que é que o Governo insistiu nesta metodologia — a não ser que tivesse sido por intenções menos honrosas.

Gostaríamos de ser esclarecidos, cara a cara, homem a homem, por que é que isso se passa assim.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Brito.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Ministro do Trabalho e Segurança Social, devo dizer-lhe que não o fazia tão vulnerável.

O que ontem eu disse é que não acreditava que o Sr. Ministro estivesse atingido por qualquer inibição parlamentar e hoje vejo que tinha razão, pois o Sr. Ministro apareceu aqui como um verdadeiro furacão parlamentar.

*Risos.*

Por isso mesmo não me admiro tanto da sua declaração de confiança e de amor ao capitalismo. Mas o que me surpreende — agora passo a falar mais a sério — é a sua afirmação de que os salários em atraso foram a resposta económica possível.

Creio que nunca na Assembleia da República se ouvira uma declaração de defesa de um capitalismo tão desumanizado.

O Sr. José Magalhães (PCP): — Muito bem!

**O Orador:** — Creio que não foi mau que o Sr. Ministro tivesse feito essa declaração com tanta franqueza na véspera da votação de uma moção de confiança na Assembleia da República.

A propósito dos salários em atraso, queria colocar-lhe uma questão. O Sr. Ministro disse que o número mais recente de trabalhadores com salários em atraso de que dispõe é de 38 550. Pode o Sr. Ministro fornecer-nos as fontes destes dados? Pode indicar-nos o número de trabalhadores com salários em atraso, por distrito e por empresa?

Gostaríamos de verificar estes números, pois, na verdade, a nossa experiência e o nosso conhecimento do País, que é mais directo e mais próximo do que o do Sr. Ministro, não nos leva a essa conclusão.

Finalmente, ao contrário do que o Sr. Ministro pretende fazer crer e afirmou aqui quem mantém o subdesenvolvimento é o seu Governo e a sua política, aliás, como os resultados que já estão à vista mostram claramente ao País.

*Aplausos do PCP.*

**O Sr. Presidente:** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.ª Deputada Ana Gonçalves.

**A Sr.ª Ana Gonçalves (PRD):** — Sr. Ministro, apesar de toda a consideração que tenho por si, não posso deixar de lhe perguntar quais os fundamentos que o Sr. Ministro tem para insinuar, referindo uma frase da minha intervenção, que me inspirei nas fontes comunistas.

Basta ver o nosso programa para ver que não nos inspiramos no Partido Comunista nem nas teses marxistas. Se o Sr. Ministro tem dúvidas, terei todo o prazer em lhe oferecer um exemplar do nosso programa.

Referi as leis do trabalho como os «amanhãs que cantam» relativamente ao Governo, mais concretamente em relação ao Ministério do Trabalho, e não como os «amanhãs que cantam» do PRD.

Sr. Ministro do Trabalho e Segurança Social, retirar uma frase da minha intervenção desinserida do seu contexto não me parece correcto. Senão repare: se eu fizesse o mesmo ao ler agora, por acaso, um excerto da comunicação ontem proferida pelo Sr. Primeiro-Ministro ao País, lendo só uma frase que diz o seguinte: «Fizemos renascer a esperança e a confiança dos Portugueses», então sentir-me-ia tentada a dizer que o Sr. Primeiro-Ministro é do PRD.

*Aplausos do PRD.*

**O Sr. Presidente:** — Não há mais inscrições para pedir esclarecimentos ao Sr. Ministro do Trabalho e Segurança Social.

Entretanto, os Srs. Deputados Amândio de Azevedo e Duarte Lima pediram a palavra. Sr. Deputado Amândio de Azevedo pediu a palavra para que efeito?

**O Sr. Amândio de Azevedo (PSD):** — Sr. Presidente, o Sr. Deputado António Barreto proferiu aqui uma afirmação que considero absolutamente ofensiva, nomeadamente em relação à minha pessoa.

O Sr. Deputado disse que só por razões desonrosas alguém poderia entender que o caminho correcto era a autorização legislativa e não a proposta de lei. Se entendi bem, penso que não tem o direito de dizer uma coisa dessas, mas gostaria muito de me ter enganado no que ouvi.

Se não me enganei, gostaria de usar o direito de defesa.

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado Amândio de Azevedo, se é para usar da figura regimental do direito de defesa, tem a palavra.

**O Sr. Amândio de Azevedo (PSD):** — Antes disso, porém, o Sr. Deputado António Barreto parece que fez sinais no sentido de que não entendi bem aquilo que disse; se efectivamente assim for não terei que usar o direito de defesa. Caso contrário usarei.

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado António Barreto, pediu a palavra?

**O Sr. António Barreto (PS):** — Pedi sim, Sr. Presidente.

Não sei a que abrigo regimental é que posso pedir a palavra, pois o Sr. Deputado declarou-se ofendido na sua honra, mas, pura e simplesmente, não percebeu o que eu disse ou então ouviu mal.

Pedi esclarecimentos e razões ao Sr. Ministro, porque apenas descortinava questões menos honrosas que justificassem a atitude do Governo. Não acusei ninguém nem quis ferir ninguém. Talvez depois de ouvir os esclarecimentos dados pelo Sr. Ministro possa dizer outras coisas mais graves, mas por enquanto foi só perguntar, e perguntar não ofende!

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Amândio de Azevedo.

**O Sr. Amândio de Azevedo (PSD):** — Sr. Presidente, quando, na fundamentação de um pedido de esclarecimento, se afirma que não se comprehende que se apresente uma proposta de autorização legislativa a não ser por razões desonrosas, porque ninguém vê que haja qualquer razão para fazer isso, evidentemente que se está a fazer um juízo ofensivo daqueles que entendem que esse não só é um caminho legítimo como é, aliás, um caminho certo.

Porventura, o Sr. Deputado António Barreto não esteve no debate que aqui teve lugar, porque senão tinha ouvido muitas razões justificativas do ponto de vista daqueles que entendem que, justamente e na fase em que as coisas se encontram, o pedido de autorização legislativa é a forma mais correcta de resolver o problema e nunca uma proposta de lei.

Respeito muito a sua opinião, mas sempre me habitei a que o Sr. Deputado respeitasse também a dos outros. Confesso que me sinto muito admirado pela afirmação que há pouco fez, que considero muito infeliz, e que, com certeza, não está de acordo com a sua personalidade tal como eu a conheço.

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado Duarte Lima, pediu a palavra para que efeito?

**O Sr. Duarte Lima (PSD):** — Prescindo da palavra, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado António Barreto, deseja prestar esclarecimentos?

**O Sr. António Barreto (PS):** — Sr. Presidente, quero solicitar-lhe para, na devida altura, pedir ao Sr. Deputado Amândio de Azevedo que leia a transcrição das minhas declarações.

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, creio que este problema está sanado, pelo menos de momento, uma vez que o Sr. Deputado António Barreto considerou que não houve intenção de ofender e o Sr. Deputado Amândio de Azevedo não quer usar a figura regimental do direito de defesa, pois parece não ter havido intenções de ofender. No entanto, a Mesa estará na disponibilidade de voltar a esta questão se ela entretanto não for considerada sanada.

Para responder às questões que lhe foram colocadas, tem a palavra o Sr. Ministro do Trabalho e Segurança Social.

**O Sr. Ministro do Trabalho e Segurança Social:** — Queria começar por agradecer ao Sr. Deputado Carlos Brito a preocupação que ele mostrou pela minha inibição parlamentar.

Mas já agora explico-lhe por que é que o senhor diz que tenho esta fogosidade. Como dirigente sindical que fui e como membro de comissões de trabalhadores, estou habituado a falar em plenários de sindicatos e de comissões de trabalhadores, pelo que não tenho ainda a linguagem palaciana que o Sr. Deputado tem. O problema é esse.

*Aplausos do PSD.*

Realmente sou um pouco mais tosco, mais bronco do que o Sr. Deputado, por isso mesmo se comprehende o problema.

Começando agora a falar a sério e respondendo ao Sr. Deputado Sérgio Ribeiro, o Governo não quer sonegar nem esconder nenhuns números, Sr. Deputado. A taxa de desemprego, em sentido lato, é de, efectivamente, 11,1%, o que significa que existem 501 000 trabalhadores desempregados.

O Governo e eu chamamos particularmente à atenção para o facto de que, quando compararmos a nossa taxa de desemprego com a dos países europeus, devemos fazê-lo com bases idênticas — é isso que é tecnicamente correcto e não vou entrar em explicações, pois não estou aqui a dar uma aula de economia, mas sim como Ministro do Trabalho e Segurança Social. O cuidado e a chamada de atenção que fiz foi no sentido de que devemos falar na taxa de desemprego em sentido restrito e não para sonegar o drama social que são os desempregados, o qual comprehendo perfeitamente.

Quanto aos estatutos do Instituto do Emprego e Formação Profissional, comprehendo a preocupação do Sr. Deputado, visto que é um dos quadros desse Instituto. Não lhe quis responder, pois teremos oportunidade de, brevemente, no Instituto do Emprego e Formação Profissional falarmos sobre este assunto.

Em todo o caso, gostaria de lhe dizer que o decreto-lei que o Governo anterior fez e que este Governo implementou, na sequência do que tinha no Programa do Governo, estabelecia para os trabalhadores a possibilidade de opção entre ficarem na função pública ou optarem por contrato individual de trabalho. Portanto, o seu posto de trabalho não está nada ameaçado, pois se os trabalhadores quiserem e se entenderem que o

estatuto do contrato individual é melhor que aquele que têm na função pública podem optar por ele de livre vontade e isso nada ameaça os postos de trabalho.

Acontece até que, na sequência do processo de audição das estruturas de trabalhadores que foi feito pela Comissão Executiva do Instituto do Emprego e Formação Profissional, havia outra proposta que as estruturas dos trabalhadores desse Instituto achavam mais interessante para eles e é essa proposta que vou discutir com os representantes dos trabalhadores — essa proposta é uma alteração ao decreto-lei e é uma melhoria, sob o ponto de vista deles.

Portanto, Sr. Deputado, a opção é livre e individual e ninguém perde vínculo à função pública. Foi isto que não lhe quis dizer ontem, pois teria oportunidade de lhe explicar no âmbito do Instituto do Emprego e Formação Profissional, mas uma vez que o Sr. Deputado perguntou respondi-lhe já.

Sr. Deputado Vítor Hugo Sequeira, gostaria de lhe dizer que já expus a nossa visão sobre a política de emprego. A política de emprego não é só a expansão, o relançamento a nível macroeconómico. Ela tem de ser complementada pelo funcionamento da economia a nível micro e aí um dos elementos necessários é o do mercado de trabalho e emprego, mas não é o único. É isso que tenho dito nos meus discursos e tenho, inclusive, afirmado que a dimensão da formação profissional é extremamente relevante para ajudar a resolver este problema.

O que lhe digo Sr. Deputado é que — e pergunte aos empresários — mesmo um trabalhador jovem com formação profissional adequada tem dificuldade em ser admitido com contratos sem prazo. Pergunte aos empresários como é que eles os admitem, se é com contrato a prazo ou com contrato sem prazo. E aí, Sr. Deputado, de quem é a culpa? É das leis laborais.

Há outra coisa que os senhores têm de perceber: é que as realidades sociais passam ao lado da legislação e o que está a acontecer é que os empresários têm de se adaptar de uma forma que o Governo considera distorcida, porque as leis laborais não estão correctas, na nossa opinião.

O Sr. Deputado diz que não há uma estratégia de emprego por parte do Governo. O Governo já explicou isso, amplamente, no Conselho Permanente de Concertação Social, em sessão pública. O Sr. Primeiro Ministro, o Sr. Ministro das Finanças e eu próprio explicámos qual a especificidade do caso português em relação às economias europeias, o porquê da necessidade de compatibilização entre a luta contra a inflação e o combate ao desemprego no caso português. E quando o Sr. Ministro das Finanças se virou para os representantes da UGT e lhes perguntou: «Que alternativa é que os senhores têm? Estão ou não de acordo com o Governo?», a própria UGT concordou que a estratégia económica do Governo era correcta.

Portanto, o Governo tem também uma política no domínio do emprego, como já foi várias vezes explicado, só que o emprego não pode ser na economia portuguesa a única preocupação do Governo, em termos de política económica.

*Vozes do PSD:* — Muito bem!

**O Orador:** — Sr. Deputado António Barreto, confesso que tenho grande admiração — sempre tive — pela sua dimensão cultural e intelectual, mas sinto-me

perplexo por o Sr. Deputado António Barreto ainda não ter percebido, depois do debate que houve e das explicações dadas pelo Governo, por que é que o Governo pediu autorização legislativa!

Temos que ser claros! A autorização legislativa não é nenhum cheque em branco!

A autorização legislativa tinha uns textos em anexo e, portanto, concorda-se ou não com os textos. Se se concorda com os textos não há razão nenhuma para não se aprovar a autorização legislativa na Assembleia, e o Governo queria isto aprovado na Assembleia! Deixemo-nos de sofismas: se não concordam com os textos, pois digam que não querem aquela legislação. O problema real é este.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Nada disso!

O Orador: — É que se concordam com os textos, para quê iniciar uma longa discussão na Assembleia se já estão de acordo com esses textos?

O mínimo que se pode dizer é que falta de respeito por esta Assembleia é fazê-la perder tempo. Isto é o mínimo que se pode dizer sobre esta matéria.

*Aplausos do PSD.*

Além do mais, como o Sr. Deputado sabe melhor que eu, pois tem muito mais experiência política, há mecanismos que possibilitam à Assembleia controlar o Governo. É que se este, depois, implementasse uma coisa que não estava de acordo com aquilo a que se tinha comprometido, a Assembleia tinha o mecanismo da ratificação parlamentar. É óbvio que o problema nem se punha, pois o Governo nem admite sequer a dúvida. Os compromissos que tem assume-os e se trouxe cá o pedido de autorização legislativa foi porque tinha compromissos com o povo português no sentido de alterar a legislação laboral. Foi esse compromisso que o Governo cumpriu, pois o Governo cumpre os compromissos que assume.

Portanto, os textos que eram implementados eram os que estavam no anexo. Se os Srs. Deputados tivessem dúvidas tinham, depois, o mecanismo da ratificação parlamentar.

O Sr. José Magalhães (PCP): — O Governo quer uma relação directa com o povo português!

O Orador: — Em relação ao que a Sr.ª Deputada Helena Torres Marques disse, gostaria de lhe dizer que o Governo e o partido que o apoia, quando defendem a social-democracia, são coerentes, realistas e pragmáticos. Não são como o Partido Socialista, que já tem ido para o Governo dizer que vai destruir o capitalismo para construir o socialismo mas acaba sempre, fatal e inexoravelmente, a gerir mal o capitalismo e a congelar o socialismo. Isso é que é incoerência, Sr.ª Deputada.

*Aplausos do PSD.*

Como vê, nós, do ponto de vista social-democrata, é que somos coerentes, realistas e pragmáticos, pois, para nós, a social-democracia não é destruir o sistema de economia de mercado, é, antes, complementá-lo com

preocupações de justiça e solidariedade social, é ter realismo económico com justiça social possível. Isso é que é social-democracia no fim do século XX.

*Aplausos do PSD.*

Em termos de salários em atraso, o que é que é desonesto para os trabalhadores: será mantê-los na ficção que têm um posto de trabalho quando eles estão na prática desempregados, ou será mantê-los na ficção que têm salários em atraso mas têm um posto de trabalho? Isto é que é desonesto para os trabalhadores.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Muito bem!

O Orador: — O que é honesto é dizer-lhes que não têm emprego, mas que há uma cobertura social dispensada e imediata para lhes dar até que se lhes consiga um emprego.

O Sr. António Mota (PCP): — Onde?

O Orador: — Isto é que é honesto e foi esta a linguagem de clareza e frontalidade que utilizei a tratar o tema dos salários em atraso.

Pelos vistos, os Srs. Deputados preferem iludir os trabalhadores e mantê-los na ficção que estão empregados. Aliás, nesta matéria são totalmente incoerentes porque quando o Governo fez o decreto-lei sobre salários em atraso, em que estendia o subsídio de desemprego aos trabalhadores com salários em atraso, houve Srs. Deputados que vieram aqui dizer que o Governo estava a aumentar o desemprego. Mas, depois, em tempos de cobertura social à lei de salários em atraso, a Assembleia da República faz praticamente o mesmo e alguns dos Srs. Deputados vieram aplaudir e agradecer à Assembleia por ter resolvido o problema dos salários em atraso, quando, afinal, também aumentaram o desemprego, porque vieram dar subsídio de desemprego a esses trabalhadores.

*Vozes do PSD:* — Exacto!

O Orador: — Portanto, foram totalmente incoerentes.

O Sr. António Mota (PCP): — O Governo é que é incoerente!

O Orador: — O Governo é que foi coerente nessa matéria.

Os números que tenho, e que terei muito gosto em fornecer-lhe, são da Inspecção-Geral do Trabalho, o organismo que tenho em campo em todo o País a fazer esse levantamento.

Agora, como certamente comprehende, não tenho memória suficiente...

O Sr. António Mota (PCP): — De facto, é muito curta!

O Orador: — ...para poder desagregar esses números por distrito e empresa a empresa. Tenho pouco tempo livre, mas mesmo o tempo livre que tenho não é para decorar esses números. De qualquer modo, terei muito gosto em fornecer-lhe essa desagregação completa dos números da Inspecção-Geral do Trabalho, organismo que, obviamente, reputamos de idóneo e que temos no terreno a fazer esse levantamento.

À Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Gonçalves quero esclarecer que nunca quis sugerir ou sequer insinuar que o PRD estava com uma inspiração marxista. O que me surpreendeu foi justamente o facto de o PRD não ter uma inspiração marxista e, no entanto, ter ido beber aquela frase às fontes marxistas. É que, de facto, a expressão «os amanhãs que cantam» é muito utilizada daquele lado e por isso é que achei engraçada e pitoresca a expressão da Sr.<sup>a</sup> Deputada. Em todas as intervenções do PRD o que achei mais pitoresco foi essa expressão da Sr.<sup>a</sup> Deputada.

Mas que fique bem claro que não tenho qualquer suspeição — a Sr.<sup>a</sup> Deputada pode ficar descansada — de que o programa do PRD tenha ido beber às fontes marxistas. Nunca disse isso, nem o que lhe disse a autoriza a tirar essa conclusão, Sr.<sup>a</sup> Deputada. Isto é muito claro.

Além disso, posso dizer-lhe que até já referi em público o papel moderador que o PRD teve na legislação sobre os salários em atraso.

**Vozes do CDS:** — Ah!

**O Sr. Nogueira de Brito (CDS):** — Já sabíamos disso!

**O Orador:** — Já disse em público que se o PRD não tivesse tido esse papel, a lei dos salários em atraso teria saído desta Assembleia muito pior do que está, e já a consideramos má.

*Aplausos do PSD.*

**O Sr. Vítor Hugo Sequeira (PS):** — Peço a palavra para interpellar a Mesa, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Faça favor.

**O Sr. Vítor Hugo Sequeira (PS):** — Sr. Presidente, porque, na sequência dos pedidos de esclarecimento que formulei ao Sr. Ministro do Trabalho, este referiu, nomeadamente, o comportamento de agentes sociais que não estão, no plano institucional, representados nesta Câmara, ficamos, por essa forma, impossibilitados de responder. No entanto, para que conste do *Diário da Assembleia da República*, desde já anuncio que, em momento e pela forma mais oportuna, aclararemos essa situação que resultou da discussão da estratégia de emprego no Conselho Permanente de Concertação Social.

**O Sr. Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Vítor Ávila.

**O Sr. Vítor Ávila (PRD):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Um dos propósitos da nossa intervenção na presente interpelação é a análise das orientações e actuações governamentais na área do sector público financeiro, base fundamental do desenvolvimento da actividade económica empresarial e da consecução de quaisquer objectivos de política económica.

O PRD entende que o sector público financeiro não deve ser favorecido nem desfavorecido face ao privado, e considera que as regras da concorrência devem também aqui observar-se em condições de igualdade.

É de referir que o sistema bancário do Estado se debate actualmente com algumas dificuldades que

impossibilitam uma concorrência equilibrada com a banca nacional privada e com a estrangeira. Tais dificuldades não podem em causa, de forma nenhuma, a segurança dos depositantes, que têm canalizado para a banca do Estado a maioria das suas poupanças. A banca nacionalizada continuará a ser no futuro o principal meio de captação das poupanças para o investimento reprodutivo, pois é ela que maior implantação tem em todo o território nacional.

Existem vários factores que contribuem para a desigualdade concorrencial atrás indicada, e que são, em síntese, os elevados custos da intermediação, a actuação em segmentos de mercado não interessantes do ponto de vista comercial, a concessão de crédito a empresas em dificuldades por razões de interesse nacional ou por critérios que não têm justificação técnica e que são da responsabilidade dos governos, porque a banca do Estado tem sido obrigada a financiar os défices do Orçamento do Estado em condições não remuneradoras e porque tem vindo a suportar o encargo com as bonificações dos juros decorrentes das políticas financeiras de vários governos.

O sistema bancário do Estado apresenta custos de intermediação mais elevados do que o privado porque assegura a cobertura do País com balcões em quase todas as zonas geográficas, em muitos casos por critérios de serviço público, sem que os mesmos se possam considerar rentáveis.

O sistema bancário do Estado actua em segmentos de mercado que não são interessantes do ponto de vista comercial, quando se vê obrigado a financiar, por razões de natureza política, operações de elevado risco no mercado externo e de difícil recuperação de crédito e quando lhe é imposta pelo Estado a concessão de créditos financeiros a empresas estatais ou por ele majoritariamente participadas sem que as mesmas se encontrem suficientemente dotadas de capitais próprios, por razões de redução do défice do Orçamento do Estado.

O sistema bancário do Estado vê dificultada a sua actuação no mercado quando, em função do que se disse anteriormente e em resultado de uma política de concessão de crédito que em muitos casos se pauta por critérios que lhe são alheios e pré-determinados, constata o avolumar nas suas contas de créditos de cobrança duvidosa, muitas vezes sem quaisquer garantias, o que indica situações de favor muitas vezes não prefeitamente esclarecidas, com responsabilidade desde os níveis intermédios das chefias até aos responsáveis máximos pela gestão. Por falta de coragem em enfrentar o problema do crédito mal parado continuam-se a contabilizar juros sobre valores incobráveis que falseiam a realidade empresarial das empresas públicas do sector mas que, em última análise, se repercutem sobre as condições de concorrência no mercado.

O sistema bancário do Estado enfrenta problemas de concorrência com o privado porque, contra o princípio da autonomia de gestão de que deveria usufruir, se vê forçado a financiar o Estado a baixas taxas de juros e a apoiar empresas em dificuldades, como tem acontecido, entre outros casos, com os contratos de viabilização e outros acordos de saneamento financeiro e com a dação em pagamento de bens móveis ou imóveis com valores arbitrados pelos governos e não definidos pelo mercado.

O sistema bancário nacionalizado tem vindo a suportar o encargo com as bonificações de juros de empréstimos concedidos às empresas e a particulares por im-

sição da política de incentivos dos governos, sem que as compensações lhe sejam atribuídas atempadamente, figurando nas contas da banca como valores a receber, constituindo outra forma de financiamento do Orçamento do Estado sem qualquer remuneração, o que não se passa com o sector privado.

Os custos com as instalações e com o pessoal são também mais elevados nos bancos do Estado do que nos privados, uma vez que os novos bancos deste último sector são mais recentes e beneficiam de novas tecnologias desde a sua implantação no mercado.

Para que esta situação se altere é necessária uma reestruturação financeira das instituições de crédito do Estado, e que este assuma a responsabilidade com o crédito mal parado e os encargos com as bonificações das taxas de juro.

Esta é uma das medidas estruturais que não tem sido equacionada pelo Governo, e tal desiderato não tem tido lugar não por qualquer tipo de chamada «obstrução parlamentar», mas tão-só porque essa parece não ser uma prioridade da política do Governo, podendo mesmo considerar-se um dos pontos negativos da acção deste no âmbito do sector público financeiro.

Mas então o que tem feito o Governo nesta importante área do sector público?

A medida escolhida pelo Governo foi a emissão por alguns bancos de títulos de participação, que, de acordo com a respectiva natureza, são fundos equiparados quase a capitais próprios, mas que, de acordo com a respectiva definição, representam empréstimos contraídos pelas empresas públicas ou maioritariamente participadas pelo Estado, com uma remuneração fixa e outra variável.

A exemplo do que tem acontecido noutras países, como em França, as emissões de títulos de participação justificam-se quando se pretende assegurar um maior equilíbrio da estrutura patrimonial das empresas públicas, impedidas, por definição, de modificar a estrutura dos seus capitais, e quando o Estado não dispõe simultaneamente dos meios necessários para assegurar o seu papel de accionista. Ora, pelas emissões já realizadas, verifica-se que são as instituições de crédito do Estado financeiramente mais sólidas as que se dispõem e são autorizadas a utilizar esses títulos. O conhecimento das respectivas condições de emissão levanta-nos a considerar que estes não serão um contributo para o reforço da situação financeira dos bancos emitentes, mas sim, fundamentalmente, uma diversificação da oferta de títulos no mercado de capitais.

E isto é assim uma vez que os detentores de títulos de participação terão direito, gratuitamente, a novos títulos sempre que o banco emitente proceda a aumento de capital estatutário, incorporando reservas constituidas com fundos gerados após a data de cada emissão. Acontece que os participantes, para além da remuneração que lhes é devida pela posse dos títulos, ainda têm um direito efectivo sobre os resultados não distribuídos, que pertencem legalmente ao património da empresa, neste caso ao Estado.

Este sistema não tem lógica, uma vez que, se o Estado resolvesse remunerar os seus capitais pela totalidade dos resultados que não constituíssem reservas obrigatórias, os participantes não teriam direito à distribuição de títulos gratuitos.

Este direito a novos títulos de participação, gratuitamente distribuídos sempre que as empresas públicas incorporam lucros retidos, em capital, contraria o fun-

damento da criação dos mesmos, ou seja, o reforço dos capitais permanentes, o que justifica a revisão das respectivas condições de emissão, a fim de que aquelas possam cumprir o objectivo que têm nos países onde este tipo de títulos tem sido emitido.

A recente limitação da taxa de juros dos depósitos a um máximo de 4%, quando anteriormente as praticadas pela banca privada eram superiores, indica que o Governo pretende, com esta medida administrativa conjuntural, não enfrentar a reestruturação financeira da banca nacionalizada, com a assumpção de responsabilidades com o crédito mal parado, as bonificações de juros e a alteração da estrutura dos vários tipos de depósitos existentes na banca nacionalizada.

Ao fixar em 4% a taxa de juro dos depósitos à ordem, o Governo está a reconhecer que, na actual situação, a não serem tomadas medidas, como o Governo parece não pretender fazer, a banca nacionalizada não está em condições de concorrer em igualdade com a banca privada nacional.

Para que a concorrência não seja falseada no sector público financeiro, o Governo não poderá obrigar as instituições de crédito do Estado a actuar em segmentos de mercado não compensadores, sem que lhes atribua atempadamente os valores necessários à prática dessa política de crédito, para dar urgente autonomia de gestão.

No que se refere às seguradoras nacionalizadas, mercado onde se anuncia a liberalização das taxas de prémio, ou seja, a abertura da concorrência — o que é salutar —, verifica-se que continuam a não se clarificar os activos dessas empresas públicas, com a consequente reestruturação financeira, o que lhes permitiria a obtenção de margens de solvência suficientes à prática de taxas de prémio em condições de igualdade com as empresas privadas.

**Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:** Em conclusão, as empresas públicas do sector financeiro necessitam de medidas estruturais de reestruturação financeira.

Não basta anunciar que se pretende a concorrência, nomeadamente no sector público financeiro, sem que as instituições de crédito e as seguradoras públicas estejam em condições de a praticar.

O aditamento da reestruturação das empresas do sector público financeiro não ajuda a criar a confiança onde ela é necessária, com consequências nefastas para a reactivação da actividade económica, para a qual este sector é determinante.

É neste sector que o Governo tem apresentado uma das actuações mais passíveis de crítica. Esperamos que este debate permita esclarecer qual o comportamento futuro que se pretende encetar neste sector e que o País urgentemente aguarda.

#### *Aplausos do PRD.*

**O Sr. Presidente:** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Próspero Luís.

**O Sr. Próspero Luís (PSD):** — Sr. Deputado Victor Ávila, no seguimento da intervenção que acabou de produzir, gostaria de lhe colocar duas ou três questões.

Disse o Sr. Deputado que a banca nacionalizada tem custos de intermediação mais elevados, em virtude de ter uma grande rede de balcões, por razões várias que

neste momento não interessa referir. Pergunto-lhe se posso subentender da sua intervenção que o Sr. Deputado está de acordo em que essa rede de balcões seja reduzida, o que, em parte, contraria a posição que o seu partido tomou na altura em que recebeu os representantes da banca nacionalizada.

Referiu, ainda, o Sr. Deputado vários factores que se relacionam com a não rentabilização da banca privada. Gostaria que me dissesse se não entende que o peso do pessoal na banca nacionalizada é muito significativo, contribuindo em grande parte para a fraca rentabilização dessa mesma banca.

Por último, talvez tenha entendido mal, mas pareceu-me que o Sr. Deputado é contrário aos contratos de viabilização e aos acordos de saneamento financeiro, nomeadamente porque diz que o Estado não paga as bonificações à banca. E quando diz «Estado» talvez queira dizer o Governo ou, melhor, os governos anteriores, porque, tanto quanto me lembro — e a minha participação é curta —, este Governo teve o cuidado de incluir no Orçamento para este ano uma verba para pagar as bonificações de taxas de juro que os governos anteriores tinham deixado em atraso.

Efectivamente, essas bonificações de taxas de juro apenas são pagas pelo Governo à banca quando esta cobra os juros das empresas.

Eram estes, fundamentalmente, os esclarecimentos que gostaria que me desse.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra, para responder, o Sr. Deputado Victor Ávila.

**O Sr. Victor Ávila (PRD):** — Sr. Deputado Próspero Luís, quero, em primeiro lugar, agradecer-lhe as perguntas que me formulou, às quais vou responder pela mesma ordem em que as fez.

No que diz respeito aos custos de intermediação da banca nacionalizada, é um facto que neste momento, até por razões históricas, esta banca dispõe de uma diversificada rede de balcões, espalhada por todo o território nacional.

O que pretendi dizer na minha intervenção, ao citar estes custos de intermediação devidos à implantação de balcões e também à questão do pessoal — e isto é uma constatação da situação real e concreta existente —, foi que o Governo, no sentido de zelar pela concorrência efectiva e em igualdade de circunstâncias entre a banca nacionalizada e a banca privada, devia ter em conta essa diferença de estrutura de custos entre aquelas duas bancas, de forma a que a concorrência não seja enviesada por essa circunstância.

Ora, isto não contradiz em nada a posição que o meu partido tomou na Comissão de Economia, Finanças e Plano. Nós não defendemos a eliminação de balcões...

**O Sr. Próspero Luís (PSD):** — Então, não defendem. Logo, vamos manter os custos de intermediação elevados!...

**O Orador:** — Não. Como disse na minha intervenção, esses custos têm de ser devidamente compensados pelo Governo, desde que se considere que esses balcões cumprem junto das populações o interesse social para que foram implantados. Aliás, como afirmei na minha intervenção, muitos bancos têm aberto balcões em determinadas zonas pela obrigação de prestar um serviço público e não por critérios de rentabilidade.

Perguntou-me ainda o Sr. Deputado se somos contra os contratos de viabilização. Não, Sr. Deputado, o nosso entendimento não é esse. O que dizemos é que, se o Estado obriga a banca nacionalizada a fazer financiamentos com bonificação de juros e em condições de crédito favoráveis às empresas em dificuldades, então deve zelar pelas respectivas contrapartidas, de forma a não afectar a rentabilidade e o equilíbrio financeiro dessas mesmas empresas.

No que diz respeito às bonificações, se bem que elas estejam previstas no Orçamento do Estado, gostaríamos de aguardar pelo cumprimento do ano económico de 1986 para ver até que ponto houve compensação da banca relativamente aos valores orçamentados em 1986.

**O Sr. Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António Mota.

**O Sr. António Mota (PCP):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: A situação das empresas públicas da metalomecânica pesada, extensiva aliás a outros sectores da economia, confirma totalmente que o governo Cavaco Silva, ao contrário do que procura fazer crer, é mau gestor, governa mal, tem como único objectivo a entrega das partes mais rentáveis da economia ao grande capital em detrimento dos interesses do País.

Foi o que constatámos nas visitas que o Grupo Parlamentar do PCP promoveu a algumas empresas no âmbito desta interpelação ao Governo.

O quadro das empresas do sector da metalomecânica pesada demonstra que não existe recuperação, apesar da conjuntura externa favorável.

Podemos ouvir da boca dos trabalhadores a falta de confiança que merece o Governo, que mantém nestas empresas os salários em atraso, fomenta o desemprego e o encerramento das linhas de produção.

Os 2547 despedidos da SOREFAME, os 1239 trabalhadores despedidos da MOMPOR, os 158 despedidos da COMETNA e os cerca de 400 despedidos da EQUI-METAL conhecem já de experiência feita o real significado das palavras «futuro» e «bem-estar» que o Sr. Primeiro-Ministro do Governo minoritário do PSD, partido que há sete anos tem responsabilidades governativas, proferiu ontem na RTP e na Rádio.

Mais dificuldades, menos emprego!

O testemunho que trazemos, entre outros, da SOREFAME, da MOMPOR, da EQUI-METAL e da COMETNA é, de facto, negro: desaproveitamento da capacidade instalada, endividamento acelerado, sangria de divisas, aumento do desemprego e dos despedimentos.

Fica por terra a propagandeada eficácia e competência do Governo do PSD e dos seus gestores!

A Assembleia da República e as instituições democráticas não podem ficar alheias aos perigos da política manobrista, profundamente inconstitucional e anti-nacional do governo do Professor Cavaco Silva.

Se o tenebroso projecto antidemocrático do Governo se viesse a concretizar, passaria o grande capital financeiro nacional e estrangeiro a decidir e a determinar o futuro das nossas indústrias de base e a dominar o sector siderúrgico, as empresas químicas, a energia e os transportes.

É a entrega inconstitucional e de mão beijada da economia nacional ao capital monopolista, que dominou Portugal nos 48 anos de fascismo.

Analisemos no concreto a acção da nefasta política governamental.

A SOREFAME, que laborava em três linhas de montagem e tinha 4700 trabalhadores, tem hoje apenas 1509 e uma linha de montagem a funcionar a 50%. Saíram da empresa cerca de 2000 trabalhadores. A capacidade instalada está praticamente desaproveitada. É esta a eficiência do Governo?

Forçada à recusa do crédito externo, com encargos financeiros elevadíssimos, a empresa teria, no entanto, recuperado se laborasse normalmente.

A pretexto do chamado «reordenamento» pretende agora o Governo encerrar a fábrica da Amora-Seixal e desmantelar o sector de fabricação de material ferroviário!

O Sr. José Magalhães (PCP): — É o progresso!...

O Orador: — A política do Governo quanto à CP, que não renova o material circulante, não faz investimentos, em prejuízo dos utentes, da segurança ferroviária e da economia nacional, insere-se no encerramento da linha de produção das carruagens.

O Sr. José Magalhães (PCP): — É a modernização!...

O Orador: — O desmantelamento da EQUIMETAL num conjunto de empresas fictícias, que ainda hoje estão por funcionar. Enquanto a EQUIMETAL de Sines, único fabricante nacional de vagões se mantém paralisada, a CIMPOR, a EPAL e a própria CP recorrem ao aluguer de vagões à empresa espanhola.

O Sr. José Magalhães (PCP): — É a flexibilização!...

O Orador: — Por exemplo, a METALNORTE, no Porto, está completamente parada.

A COMETNA, que operou um grande investimento na Fundição de Famões, é subaproveitada. A sua divisão na Amadora labora a 50% e a administração, em vez de pôr a empresa a produzir, quer despedir 190 trabalhadores.

O Sr. José Magalhães (PCP): — É a racionalização!...

O Orador: — Aqui está a «capacidade» ontem invocada pelo Sr. Primeiro-Ministro e o «caminho para diante».

É verdade, reconhecemos ao Governo o esforço que tem feito para ir para diante, destruir, desaproveitar ou entregar empresas rentáveis do sector da metalomecânica, e é claro que «o caminho para diante» é o «caminho do despedimento» de milhares de trabalhadores.

O Governo acena demagogicamente com o empolamento dos passivos e crescente endividamento das empresas, mas omite que esta situação resulta tão-só do facto de o Estado e do IPE se terem demitido das suas funções e das responsabilidades como accionistas principais.

Fecham-se o acesso ao crédito na banca nacional, obrigando-se as empresas a recorrer ao crédito externo.

Por outro lado, as condições de vida dos trabalhadores destas empresas têm vindo a degradar-se. Aumentos salariais irrisórios face ao custo de vida, desemprego, salários e outras remunerações que não são pagas, são o quadro da situação social vivida.

Como se explica que a administração das empresas despeça milhares de trabalhadores, para depois acorrer ao aluguer de mão-de-obra, fomentando fraudulentamente o trabalho precário, beneficiando empregadores em subempreitadas, com fuga à legislação fiscal e laboral?

E o Governo consente a lei da selva no mercado de trabalho! Chama-lhe mesmo pomposamente flexibilização das leis do trabalho!

Trocar trabalhadores empregados por desempregados, esta é a modernidade do Sr. Ministro do Trabalho e Segurança Social e do Governo.

Trata-se, de facto, da exploração mais desenfreada da mão-de-obra desempregada que o quadro constitucional não admite.

E não é verdade que não há alternativa.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — A alternativa existe! As organizações representativas dos trabalhadores assim o têm provado. Só que o Governo não quer ouvir! Só faz o que os representantes dos interesses monopolistas determinam!

O Sr. José Magalhães (PCP): — Exacto!

O Orador: — Para a salvaguarda das empresas do sector metalomecânico é necessário avançar com um plano que permita o aproveitamento dos recursos e potencialidades de cada uma das empresas.

A Sr.ª Ilda Figueiredo (PCP): — Muito bem!

O Orador: — A alternativa é possível, com outra política virada para o desenvolvimento do País, com o aproveitamento da capacidade produtiva instalada, com o investimento, com a criação de emprego. Mas não é esta política a que o Governo quer!

*Aplausos do PCP.*

O Sr. Presidente: — Igualmente para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Adriano Moreira.

O Sr. Adriano Moreira (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Quando afirmamos claramente que não aceitamos os fundamentos da presente interpelação ao Governo feita pelo Partido Comunista Português, também somos obrigados a afirmar que são realmente preocupantes e alarmantes os factos, que não podem ser negados, e se traduzem, designadamente, desde 1974 a 1986, na quebra estrutural do investimento, na diminuição da capacidade produtiva, no crescimento do consumo público a um nível médio anual três vezes superior ao consumo privado, na diminuição dos salários reais, na manutenção da inflação a níveis elevados em relação ao contexto europeu, no peso da carga fiscal, no desalento não vencido do sector privado, na imagem externa que continua a não ser de confiança e na agudização do quadro social, que se mostra em situações extremas de pobreza e se manifesta no reaparecimento do socialmente abusivo recurso à greve.

Esta dupla afirmação tem a ver com o diagnóstico dos factos dominantes da vida política portuguesa, o qual não inclui necessariamente um juízo sobre a credibilidade do Governo, porque nos tem parecido suficiente explicação causal o sistema em que vivemos, e que há tendência para esquecer nestes debates.

Mais uma vez temos insistido em que, seja qual for a filosofia política do Governo que assume funções, vai gerir necessariamente um Estado transformado em patrimonial, não apenas na definição constitucional, mas nos factos. O Governo pode ser democrata-cristão, social-democrata musculado ou liberal, populista, afirmar-se mais à direita ou mais à esquerda, mas não conseguirá senão melhorias que apenas têm a elasticidade, reduzida, que o sistema lhe consente. Por isso, é necessário assumir a urgência de um projecto político cuja primeira expressão deve estar num conceito estratégico nacional ainda não formulado, indispensável desde que se deram as alterações estruturais que estão implicadas pela entrada nas Comunidades Económicas Europeias, e que não foi trazido a esta Câmara. O Governo, no que toca às obrigações constitucionais, parece que o deveria ter feito e que nele apoiaria mais solidamente as propostas que tem visto rejeitadas.

O CDS tem mostrado uma constante disposição para legitimamente participar nesse projecto nacional, com a autonomia do seu pensamento e das suas identidade e responsabilidade.

Não consideramos que mecanismos processuais acidentais, como as interpelações ou as moções de confiança ou de censura, sejam instrumentos capazes de atingir objectivos essenciais, designadamente o de inverter a marcha obrigatória para o socialismo, ou a obrigação de administrar a socialização seja qual for a filosofia do partido que está no Governo.

O que nos parece necessário é assumir o objectivo de mudar o sistema, para que a vida política não se traduza em transferir a sede dos conflitos institucionais, mas sem nunca conseguir viver sem tais conflitos sem alterar a rigidez do sistema vigente. Tanto importa que o conflito institucional seja entre o Governo e o Presidente da República como entre o Governo e a Assembleia da República. É sempre substituir a essência dos problemas pela aparência da labuta frutuosa. Para um projecto político em que a democracia cristã está disposta, como sempre esteve, a assumir a sua parte, não temos objecções, antes temos urgência de que se efective. Para discutir processualismos e responsabilidades aparentes, com adiamento do projecto político necessário, não julgamos que se deva estar disponível. Nem qualquer formação política — e tal acontece com o CDS — pode estar preparada para aceitar passivamente que a confrontem com decisões a que é alheia, tendo em vista interesses que não lhe são comunicados. O sentido da responsabilidade não é património exclusivo de ninguém. Estamos dispostos a assumi-la, e o Governo está consciente disso, mas por comunhão em objectivos e decisão própria.

*Aplausos do CDS.*

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — É o 24 de Abril!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Rui Machete, para pedir esclarecimentos.

O Sr. Rui Machete (PSD): — Sr. Deputado Adriano Moreira, referiu V. Ex.<sup>a</sup>, na sua exposição, que lhe parecia fundamental não tanto discutir aspectos que surgem como epifenómenos mas ir ao fundo do problema, o que envolvia um projecto e um conceito estratégico.

Gostaria de perguntar-lhe, para poder perceber inteiramente o alcance da sua exposição, se nesse projecto e nesse conceito estratégico está claramente envolvida a ideia de modificar, na parte adequada, a Constituição no que respeita ao problema das empresas públicas, porque é disso que neste momento estamos a tratar.

O Sr. Presidente: — Para responder tem a palavra o Sr. Deputado Adriano Moreira.

O Sr. Adriano Moreira (CDS): — Sr. Deputado Rui Machete, tenho muito prazer em responder-lhe e a primeira coisa que lhe quero lembrar é que a obrigação de apresentar à Câmara uma definição do conceito estratégico nacional pertence ao Governo. Ora, o Governo não apresentou essa definição do conceito estratégico nacional. Estamos a viver ainda com a que foi apresentada pelo Prof. Mota Pinto e nessa data não se tinham dado as modificações estruturais operadas pela nossa entrada no Mercado Comum.

Tenho insistido em que 1986 é uma data histórica na vida portuguesa, uma vez que assumimos responsabilidades estruturais que nunca tivemos no passado. Estamos obrigados a ter uma definição da política externa em cooperação com os nossos parceiros nas Comunidades, coisa que nunca aconteceu no passado, e estamos obrigados a tomar parte na tentativa de formação unitária de decisões europeias, o que também nunca aconteceu no passado. Ora, segundo me parece, isso implica a definição, por parte do Governo, de um novo conceito estratégico nacional, o qual ainda não foi apresentado à Câmara.

O que disse na minha intervenção foi que, se esse conceito estratégico nacional fosse apresentado, dele decorreria muito mais solidamente a fundamentação das propostas do Governo do que faltando-lhe essa definição, que é essencial.

No caso de o conceito estratégico nacional ser da responsabilidade do CDS, não tenha dúvidas de que o problema das empresas públicas seria certamente um elemento fundamental desse conceito estratégico, porque nós entendemos que um dos males fundamentais do País é que ele se transformou num Estado patrimonial, à revelia da vontade dos próprios cidadãos. Disso comunga o Governo em muitas decisões que tem tomado. A própria proposta que deu origem a este conflito institucional em que realmente estamos decorre dessa filosofia e, quanto a isso, estaríamos também de acordo em incluir esse problema em qualquer conceito estratégico nacional que fosse da nossa responsabilidade.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado José Seabra.

O Sr. José Seabra (PRD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Conhecem-se as dificuldades que se vivem na petroquímica das olefinas, a nível internacional. Ao excesso de capacidade de produção existente nos países industrializados,

fruto de um optimismo quanto à evolução dos consumos de produtos finais e fruto, ainda, da inércia dos investimentos do sector e da recessão económica recente, acresce que o segundo choque petrolífero de 1978-1979 acarretou a forte penalização dos *crackers* que funcionavam a nafta (Europa e Japão) e permitiu o arranque, com perspectivas viáveis e fortemente competitivas, de novos *crackers*, fundamentalmente a etano, no Norte de África, no Médio Oriente e no Canadá.

Sofreu e sofre a Companhia Nacional de Petroquímica dessas dificuldades conjunturais e da reconversão estrutural do parque produtor de etileno. Acrescem, em relação à CNP, o sobredimensionamento da instalação (300 000 t/ano — da ordem do dobro do absorvido pelo mercado nacional), a ausência de dez unidades de segunda geração de entre as doze previstas, o arranque recente, os sucessivos deferimentos do investimento fabril ou das infra-estruturas necessárias, o sobreinvestimento decorrente da inflação e dos atrasos, a fraca dimensão e dinamismo do mercado nacional, etc.

As dimensões essenciais do problema eram de natureza económica, quer em termos estruturais, quer em termos conjunturais. É certo que, desde meados de 1984, se tem vivido uma conjuntura favorável ligada à queda dos preços do petróleo, ao relançamento da procura e ao encerramento, por acidente, de unidades em Itália, Alemanha e Suécia. Todavia, é razoável, em mercado volátil e sensível como é o mercado petroquímico, pesquisar quais as tendências dos mercados, em quantidades e preços, que enquadraram o negócio petroquímico.

Face à retoma da economia é credível uma evolução do mercado final dos produtos petroquímicos entre 3% a 4% ao ano, nos países da OCDE, o que conduziria a uma utilização da capacidade actualmente instalada da ordem dos 85% a 95%, em 1990. A admitir-se que os investimentos hoje previstos seriam lançados e que nenhuma petroquímica seria encerrada, tal conduziria a utilizações da ordem dos 74% a 85%, isto é, na zona do limiar de rendibilidade das instalações actuais.

Acresce que, embora se admita que a situação favorável actual quanto aos preços dos *crudes* se não mantenha, é convicção geral que a relação das forças económico-políticas actual não permite o regresso aos níveis de preços de 1979-1980, e isto porque são factos adquiridos, o domínio das tecnologias de poupança de energia, o recurso a energias alternativas, o recurso a novos materiais e a diversificação das origens do petróleo. Afigura-se razoável admitir que o *crude* tenha, como preço horizonte em 1995 valores da ordem dos 24 a 28 dólares por barril, evolução não disruptiva até 1990. É, assim, possível expressar uma razoável expectativa de que a evolução, em termos de preço de enquadramento a montante e a juzante, seja, em 1986-1987, favorável e que, até 1995, as condições sejam mais favoráveis que as vividas em 1984 e 1985.

Dado que, em termos económicos, as poupanças possíveis calculadas pela gerência da CNP eram da ordem de 1 milhão de contos por ano e que a condução dos níveis do fundo de maneio e níveis médios obteníveis originaria uma economia da ordem dos 500 a 600 000 contos por ano, isto significa que as medidas imediatas da economia, detectadas na própria empresa, permitiram, caso tivessem sido implementadas, *cash-flows* operacionais positivos em 1984 e 1985.

Assim, sublinhe-se que, face à realidade actual e a perspectivas razoáveis face ao futuro, a CNP está, actualmente, em condições de apresentar resultados económicos positivos da ordem dos 2 a 3 milhões de contos por ano. Dentro da evolução prevista apresentará resultados económicos positivos, desde que se implementassem as acções de economia comprovadamente possíveis.

Naturalmente que, face à «herança», com um passivo de 180 milhões de contos, desproporcionado face ao activo de 46 milhões de contos e à actividade económica, a CNP não gera, nem se prevê que venha a gerar, no futuro, excedente bastante para a satisfação do serviço da dívida. Sublinhe-se fortemente que, em qualquer caso, o Estado, por cláusulas de *cross-default*, terá de satisfazer o serviço da dívida. Assim, obviamente, o problema da continuidade da actividade da empresa reconduz-se à sua capacidade de um *cash-flow* operacional positivo, o que já ocorre e tudo indica continue a ocorrer no futuro. É assim urgente que se retire à empresa uma «carapaça financeira» que não tem a ver com o seu corpo económico, devendo o Estado assumir a posição da CNP, o que, aliás, mesmo em caso de extinção, teria de assumir.

Acresce que as medidas imediatas no campo da exploração industrial apontadas não esgotam as vias de economia possível.

Não está afastada a hipótese de associação de interesses com um país produtor de nafta (a actual situação petrolífera aconselharia tal concerto de interesses em benefício de ambas as partes). São sempre possíveis economias de gestão integrada do complexo, quer por utilização de infra-estruturas, quer por optimização do aprovisionamento, por troca de subprodutos, etc. Possíveis, ainda, de intensificar, as compensações de importações realizadas no âmbito das actividades de refinação e petroquímica ou outras por exportações do complexo olefínico. (Recorde-se que Portugal é um forte importador líquido de produtos petrolíferos e petroquímicos.) Possíveis, ainda, contratos de *processing* ou troca de produtos, equivalentes à produções de segunda geração vendidas no mercado português, mediante transformação/troca de monómeros produzidos pela CNP. Possível, ainda, negociar a troca de naftas por produtos transformados ou, ainda, a venda do *processing* da capacidade excedentária. Possível, ainda, se verifique a impossibilidade de colocação de capacidades excedentárias, a redução de capacidade ao nível do mercado nacional por meio de um pequeno investimento que se paga num ano e coloca a unidade em condições mais económicas de funcionamento.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Não se foi exaustivo. Não se pretende gerir daqui, da Assembleia da República, uma empresa pública.

O que se pode dizer, o que se quis dizer, é que a empresa dá resultado económico positivo e tudo indica que continue a dar.

Que há margens de economias de exploração comprovadas que permitem perspectivas animadoras nas actuais condições e resultados económicos positivos, que há margens de economia na área comercial do negócio petroquímico e de integração do complexo!

Que há vias de solução a implementar!

Nada justifica que, nestas condições, se encerre a empresa, que se lancem cerca de 1500 trabalhadores no desemprego, que se destabilize o complexo, etc.

Discordamos, assim, da posição do Governo de querer desencadear o processo conducente à extinção da CNP porque não é a opção que defende o interesse nacional; é uma intenção de extinção vazia de qualquer opção construtiva; por tal público anúncio desencadear efeitos perversos ao nível das relações de trabalho, da permanência de quadros técnicos, da mobilização dos trabalhadores para a recuperação da empresa, da relação com clientes e fornecedores; por não terem sido considerados os efeitos económicos da eventual extinção da CNP, nem ao nível do emprego e das famílias, nem ao nível do tecido económico regional, nem a nível estratégico; por serem esquecidos os efeitos do enquadramento da CNP sobre o sector dos plásticos (500 pequenas e médias empresas e 20 000 trabalhadores).

Não é assim, contra o sector público, contra as unidades produtivas, contra a indústria nacional, contra os trabalhadores, contra os interesses regionais, que é possível o progresso da economia nacional.

É, ao contrário, valorizando o trabalho, o investimento produtivo, as atitudes e valores construtivos, que se poderá relançar a economia e aumentar a riqueza nacional.

#### *Aplausos do PRD.*

O Sr. Presidente: — Para formular um pedido de esclarecimento, está inscrito o Sr. Deputado Próspero Luís.

Como não há mais nenhuma inscrição, tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Próspero Luís (PSD): — Sr. Deputado, ouvi com atenção a sua explicação quanto à viabilidade da Companhia Nacional de Petroquímica, com todas as medidas de economia e de reestruturação, de forma a atingir-se o resultado económico positivo da ordem dos 2 milhões de contos. Admitiu, ainda, que poderiam ser tomadas, eventualmente, outras medidas que talvez pudesse aumentar este resultado económico.

Se admitirmos que a CNP era, toda ela, financiada por capitais próprios, que o Governo, como seu accionista único, punha à sua disposição os milhões de contos necessários para que a Companhia só tivesse capitais próprios, perguntar-lhe-ia, Sr. Deputado, se considera que uma empresa, com capital próprio da ordem dos 100 milhões de contos, pode ser considerada economicamente viável, apresentando um resultado da ordem dos 2 ou 3 milhões de contos.

O Sr. Deputado entende que a extinção da CNP poderá pôr em causa as empresas a seu montante, quando a CNP — e, diariamente, chegam ao Ministério reclamações de clientes da empresa — vende os seus produtos a preços mais caros, entre 20% a 30%, do que os do mercado internacional?

Eram só estas, as perguntas que lhe queria fazer, Sr. Deputado.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado José Seabra. Informo-o de que só dispõe de dois minutos.

O Sr. José Seabra (PRD): — Sr. Deputado, muito obrigado pelas questões que me formulou.

Relativamente à primeira questão, considerá-la-ia, de facto, falaciosa. Em primeiro lugar, tem de se resolver o problema da Companhia Nacional de Petroquímica sob o ponto de vista financeiro e, depois, sim,

é que se enveredaria por soluções que poderiam passar, eventualmente, pelo aumento de capital próprio ou pela cedência do mesmo, através de aumentos de dotações de capital que passassem pela venda deste a posições privadas.

O Sr. Próspero Luís (PSD): — Sr. Deputado, só lhe perguntei a viabilidade!

O Orador: — Quanto à segunda questão, é verdade que a CNP vende, não a montante mas a juzante, as suas matérias-primas e os seus produtos 20% a 30% mais caros no mercado nacional. Mas fá-lo pela simples razão de que o Governo não quer aplicar as cláusulas de salvaguarda. Porque se o Governo as aplicasse, essa situação não se verificaría.

Por outro lado, o Governo não subsidia a nafta, o que cria dificuldades, de facto, à prática de preços competitivos, relativamente ao mercado internacional.

O Sr. Próspero Luís (PSD): — Só pelos pecados de salvaguarda é que os preços ficam mais caros! Claro!

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, chegámos à hora regimental do intervalo.

Informo a Câmara de que, a gastarem-se os tempos de debate inicialmente atribuídos ao total das intervenções, ainda falta cerca de 1 hora e 45 minutos, não contando com uma hora adicional, prevista para as intervenções de encerramento do debate. Permitia-me, pois, chamar a atenção dos Srs. Deputados para que o tempo regimental do intervalo fosse cumprido, de forma que às 18 horas e 5 minutos, o mais tardar, pudéssemos recomeçar os trabalhos.

Estão interrompidos os trabalhos.

*Eram 17 horas e 35 minutos.*

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está reaberta a sessão.

*Eram 18 horas e 25 minutos.*

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Machete.

O Sr. Rui Machete (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Apresentou o PCP uma interpelação ao Governo sobre o sector empresarial do Estado. Fê-lo nos termos habituais do PCP: sem imaginação, repetindo slogans monocórdicos decorrentes de uma ideologia conservadora, dando sinais evidentes de exaustão.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Muito bem!

O Orador: — A matéria objecto da interpelação é, porém, suficientemente importante para ser merecedora de um outro tratamento. É, assim, pena que a orientação que o PCP deu à sua iniciativa tenha tornado tão pouco útil este debate.

A Sr.ª Ilda Figueiredo (PCP): — Olhe que não!

O Orador: — Com efeito, as intervenções do PCP centraram-se em três pontos: primeiro, as considerações filosófico-políticas contra a recuperação capitalista e os monopólios privados existentes e imaginários, defen-

dendo a superioridade por natureza do sector público — argumento que poderemos considerar ideológico; segundo, a fidelidade ao preceito constitucional da intangibilidade das nacionalizações como conquista irreversível das classes trabalhadoras (artigo 83.º, n.º 1, da Constituição) — argumento que poderemos qualificar como jurídico-formal; finalmente, um terceiro nível de problemas concretos, mas cuja perspectivação aparece claramente enviezada pelas considerações puramente normativas e de opção ideológica anteriormente referidas.

No que respeita à ideia arcaizante do PCP de considerar o sector público como solução ideal por definição — talvez por aí, segundo a «vulgata marxista», não se registar a apropriação da mais-valia produzida pelos trabalhadores, porque é pertença do Estado, ou porque aí se julga dominar a racionalidade perfeita do plano e da direcção central —, poderíamos limitarmo-nos a recordar que o povo português, em sucessivas eleições, já fez jus a estas concepções. Consciente de que a colectivização da economia conduz inexoravelmente à perda da liberdade e ao Estado concentracionário, para além de arrastar consigo o burocratismo esterilizador do progresso, o eleitorado pronunciou-se clara e inequivocamente por uma sociedade pluralista, aberta à inovação, capaz de se adaptar às novas condições tecnológicas e de vencer os desafios que são colocados à Europa neste final do século XX.

Na realidade, preferir sempre, sem atentar nas circunstâncias concretas, a empresa pública à empresa privada, relegando esta para sectores marginais da economia portuguesa, assentar o papel motor do progresso basicamente na economia estatal e cristalizar o próprio conceito de empresa pública às decisões da noite de 11 de Março de 1975 representa um grau de cegueira política que apenas o dogmatismo e a paixão ideológica explicam e de que, em Portugal, só o PCP seria capaz.

#### *Aplausos do PSD.*

É por esta mesma insensibilidade e dogmatismo que os partidos comunistas nos países democráticos e pluralistas se revelam incapazes de dar resposta aos problemas que se colocam às novas sociedades e vão inexoravelmente baixando as suas percentagens de votos, mesmo junto das classes trabalhadoras, de cujos defensores monopolistas se arvoraram. Nem sequer os exemplos das economias socialistas-comunistas, que procuram o mercado como um antídoto para o burocratismo e a ineficiência, lhes servem de alerta e lhes despertam a curiosidade intelectual para novas sendas.

O problema do sector público em Portugal — como em qualquer outra sociedade política onde se considere a iniciativa económica privada não como um mal a eliminar logo que possível, mas como uma realidade que deve ser pujante e motriz do crescimento e, sobretudo, como um elemento indispensável para que as liberdades fundamentais não sejam apenas expressões formais vazias de conteúdo — tem de ser encarado com pragmatismo, sem posições preconcebidas contra ou a favor que infirmem o exame das situações concretas.

Há zonas onde se justificam empresas públicas, como a do sector energético, mas há outras onde não se descontam fundamentos para essa publicização da economia. Nada impõe o mesmo figurino das empresas públicas por toda a parte. Nuns casos, será bom que o capital público e o privado se associem, assegurando o Estado o controle societário; noutras, o capital será

só público, mas mesmo aí poderá pertencer a outras entidades para além do Estado. Mas fazer deste empresário por excelência é contra a sua vocação natural. Quando se insiste na ideologia, a economia pune severamente esses sonhos dos políticos sem visão. A história económica portuguesa dos últimos doze anos ilustra bem quanto custam os devaneios oníricos dos marxistas científicos.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Mas o PCP, sempre que se analisa o problema do sector público, brande a Constituição e acusa quem não perfila a sua opção ideológica de cometer sacrifícios inconstitucionalidades. Curiosa atitude esta a do PCP, agora tão fervoroso defensor da lei fundamental e, antes de 1976, tão avesso à elaboração de qualquer lei que consagrassse a democracia pluralista de tipo ocidental.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Em 1975, fez esforços desesperados para que o «movimento revolucionário», encabeçado por certo sector do MFA e teleguiado pelo PCP, não fosse travado na sua marcha pela instauração das regras de jogo de um regime pluralista e para que não houvesse eleições para a Assembleia Constituinte que permitisse avaliar o peso real e a importância eleitoral do PCP.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Eleita a Assembleia Constituinte, todos temos na memória algumas vicissitudes — o cerco da Assembleia é o mais espectacular — que ensombraram a elaboração do diploma fundamental.

Entretanto, após o 11 de Março de 1975, num processo aparentemente atribiliário, mas realmente destinado desde o início a realizar um objectivo bem preciso do PCP — criar as condições materiais permissivas da instauração de regime marxista-leninista no País —, nacionalizaram-se empresas a eito para, consoante diriam os arautos da altura, «partir a espinha ao capitalismo». As nacionalizações não foram feitas para criar riqueza ou para fomentar o progresso, mas para fazer avançar o processo de colectivização, com um propósito exclusivamente político.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Foi esta solução que, como um dado adquirido e imodificável, o PCP pretende ter sido consignada na Constituição, Constituição que, de arma da reacção atacada quando *in fieri* pelo PCP, passou de súbito a ser a garantia de uma fase do processo revolucionário que urge defender a todo o custo.

Tudo isto mereceria um sorriso divertido se não fossem as tremendas consequências que teve a bem do País.

Entendamo-nos bem. As soluções da Constituição quanto ao sector público não têm de ter, e não têm, a leitura que delas faz o PCP.

**O Sr. Silva Marques (PSD):** — É evidente!

**O Orador:** — Já o anterior Governo PS/PSD, a que tive a honra de pertencer, apresentou na Assembleia da República uma proposta de lei em que, por forma clara, se evidenciava que o conceito de empresa pública adoptado pela Constituição exige que o Estado tenha o controle da maioria do capital e o domínio da sociedade, mas não exclui que possa haver participação do capital privado. Fomos bem mais ousados, e formas bem menos ousadas, como a dos títulos de participação, são certamente admitidas e aceites pela nossa ordem constitucional.

E, mesmo nos casos em que pareça preferível manter a titularidade do capital como público, importa não petrificar num conceito de empresa pública que considere como única solução possível a das sociedades unipessoais em que o sócio seja o Estado. No Relatório da Comissão Instaladora do Instituto de Gestão Financeira das Empresas Públicas já se propunha que se caminhasse abertamente para a constituição de sociedades de capitais públicos e se instituísse um sistema de gestão verdadeiramente autónomo em relação às interferências da política do dia-a-dia.

O PCP mantém-se fiel a uma interpretação da Constituição, que é a única — convenhamos — consentânea com o seu programa de colectivização, mas que não é seguramente a imposta nem pela letra nem pelo espírito da mesma Constituição.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — E ela não é certamente a mais apropriada a uma sociedade aberta e predisposta à iniciativa e à mudança.

Acresce que, se a leitura da Constituição feita pelo PCP fosse correcta e a única admissível, então teríamos de mudar rapidamente esses artigos da Constituição através do competente processo de revisão constitucional. É que as constituições existem para servir e defender os povos e os países e não os povos e os países para as constituições.

Com ressalva do valor fundamental da dignidade da pessoa humana, dos direitos fundamentais daí decorrentes e, naturalmente, da democracia pluralista, sem a qual a sua defesa não é possível, tudo o mais é susceptível de soluções contingentes, afeiçoadas às necessidades das sociedades, desde que se respeitem as regras constitucionais por que têm-de ser definidas.

Por último, analisou o PCP alguns casos concretos. Mas fê-lo tendo à partida viciado esse exame com as considerações ideológicas que há pouco referi. Foi pena que se embrulhasse na ideologia e que perdesse a oportunidade de aprofundar seriamente os problemas concretos. Mas o pecado original da metodologia adoptado obnubila mesmo as mentes mais brilhantes. Tomemos o caso da EDP, empresa que me é particularmente cara, porque nela trabalho desde o início. Os seus problemas são muitos e graves. Não querovê-la destruída e considero bem-vindas todas as hipóteses realistas de solução das questões das dívidas em atraso aos municípios e às empresas públicas e privadas e à reorganização da empresa, para só citar dois aspectos particularmente importantes. Confesso que as considerações expendidas pelos representantes do PCP nada adiantaram em termos que permitam progressos reais.

**Uma voz do PSD:** — É o costume!

**A Sr.ª Ilda Figueiredo (PCP):** — Ouviu mal, Sr. Deputado!

**O Orador:** — E o mesmo aconteceu com as situações das outras empresas individualmente consideradas pelos vários parlamentares do partido interpelante.

A Assembleia da República é, e deve continuar a ser, o cerne da vida política portuguesa. Presta-se um mau serviço ao fortalecimento do seu papel político fundamental quando o PCP lança mão de uma interpelação para discutir uma matéria tão importante como é a do sector empresarial do Estado e acaba por ouvir intervenções incóleras e que, por razões ideológicas, passam ao lado dos verdadeiros problemas da racionalização, do redimensionamento e da valorização do sector empresarial do Estado.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — É que há empresas públicas que não se justificam em termos económicos e, por isso, devem fechar. Há empresas que importa reestruturar e abrir à participação privada. Há, por fim, outras que, mantendo a sua actual fisionomia, têm de ser fortalecidas e apoiaadas no seu revigoramento.

O PSD e o Governo que este partido apoia são a favor de um exame e discussão aprofundada das questões concretas das empresas públicas, sem ideias feitas, de modo a conseguirem-se os consensos necessários para que venha a ter-se um sector público que não seja um travão ao crescimento económico e um peso para os contribuintes, mas um factor de promoção e de progresso do bem-estar dos portugueses. Mas o caminho para o conseguirmos não é, certamente, aquele que neste debate foi preconizado pelo PCP.

*Aplausos do PSD.*

**Vozes do PCP:** — É lamentável, Sr. Deputado!

*Entretanto, reassumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente José Vitoriano.*

**O Sr. Presidente:** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Carvalhas.

**O Sr. Carlos Carvalhas (PCP):** — Sr. Deputado Rui Machete, não estava a pensar fazer-lhe qualquer pergunta porque comprehendo as dificuldades e o custo...

**O Sr. José Magalhães (PCP):** — O frete!

**O Orador:** — Não direi isso.

..., que lhe causaram ter que liderar a sua bancada nesta interpelação. Daí o facto de eu estar a pensar que não fizesse uma intervenção como a que fez, uma «vulgata» que nem sequer é a divulgação de vulgarização do anticomunismo, imitando o estilo, ainda pior, do Sr. Deputado Silva Marques.

*Risos.*

Nós trouxemos para aqui coisas concretas, Sr. Deputado: fizemos sete perguntas concretas, apresentámos uma série de questões. O Sr. Deputado é capaz de me dizer o que é que fez correr o Sr. Secretário de Estado da Indústria e Energia para mandar determinar a venda de todas as participações do Estado? O que é que levou

o Sr. Ministro das Finanças a fazer com que os primeiros títulos de participação que foram emitidos fossem do banco donde proveio? Por que é que não responde a questões muito concretas que lhe foram postas?

*Protestos do PSD.*

E depois vem o Sr. Deputado dizer que nós é que atacamos a Assembleia da República!... Então, depois de o Sr. Primeiro-Ministro ter feito a figura que ontém fez, ao atacar a Assembleia da República através daqueles *spots* publicitários, vem dizer que nós é que atacamos a Assembleia da República?!...

Não trouxemos aqui argumentos formais, mas questões concretas, Sr. Deputado.

A Sr.ª Ilda Figueiredo (PCP): — Exactamente!

O Orador: — O que pensamos é que é precisa a dinamização de todos os sectores, de todas as formações económicas, não só do sector público mas também dos sectores privado e cooperativo, da pequena e média empresa. Mas para os senhores o sector privado é só o do grande capital, o dos altos rendimentos, como demonstra na vossa prática o Orçamento do Estado. O Sr. Deputado, como responsável que também é da Comissão de Economia, Finanças e Plano, conhece bem os factos e não pode vir aqui iludi-los, não pode fazer uma mistificação. Fica-lhe mal no plano intelectual, como deputado.

*Risos.*

Como político, porque conhece bem os factos, e como constitucionalista!...

*Protestos do PSD.*

O Orador: — Portanto, Sr. Deputado, a «vulgata» que aqui fez foi a «vulgata» de uma pessoa que procura ser um «marxólogo», com erros...

A Sr.ª Ilda Figueiredo (PCP): — Muito bem!

O Orador: — ..., uma «vulgata» que nem sequer é divulgação mas vulgarização de baixo nível.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Lamento ter de lhe dizer isto!...

*Aplausos do PCP.*

O Sr. Silva Marques (PSD): — Deus lhe perdoe, Sr. Deputado. Deus o abençoe!

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Machete.

O Sr. Rui Machete (PSD): — Muito rapidamente, quero apenas explicar algo sobre o qual, suponho, não fui claramente percebido — o mesmo não acontece com o resto —, que é isto: eu não disse que o Partido Comunista visou, dolosamente, atacar a Assembleia da República. O que digo é que prestou um mau serviço porque, ao levantar uma questão desta importância, acabou, na minha opinião — e traduzo um estado de alma — por «passar ao lado», porque o paradigma ideológico os obnubilou. Mas não estou, obviamente,

a julgar ninguém no seu foro íntimo; nem me permito fazer o tipo de considerações que V. Ex.ª se permitiu fazer a meu respeito porque acho que há fronteiras que se não devem ultrapassar.

*Aplausos do PSD.*

Foi nesse sentido que disse — e continuo a pensar assim — que os deputados comunistas têm na sua bancada pessoas que podem perfeitamente contribuir — e espero que venham a fazê-lo — para o esclarecimento em matéria dos problemas das empresas públicas. Mas têm de conseguir libertar-se daquilo a que chamei — aliás, não é uma frase minha, como sabe — a «vulgata marxista». Isso é fundamental!...

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Fraco, fraco!

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Não está absolvido, mas está compreendido!

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, não havendo mais inscrições, considero encerrada esta fase do debate.

Antes de passarmos ao seu encerramento, vai ser lido um relatório e parecer da Comissão de Regimento e Mandatos.

*Foi lido. É o seguinte:*

**Relatório e parecer da Comissão de Regimento e Mandatos**

Em reunião realizada no dia 24 de Junho de 1986, pelas 17 horas, foi apreciada a seguinte substituição de deputado solicitada pelo Partido do Centro Democrático Social:

Eugenio Maria Nunes Anacoreta Correia (círculo eleitoral do Porto) por Manuel Fernando da Silva Monteiro. Esta substituição é pedida ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do artigo 5.º da Lei n.º 3/85 (Estatuto dos Deputados), por um período não inferior a quinze dias, a partir do dia 24 de Junho corrente, inclusive.

Analisados os documentos pertinentes de que a Comissão dispunha, verificou-se que o substituto indicado é realmente o candidato não eleito que deve ser chamado ao exercício de funções, considerando a ordem de precedência da respectiva lista eleitoral apresentada a sufrágio pelo aludido no concorrente círculo eleitoral.

Foram observados os preceitos regimentais e legais aplicáveis.

Finalmente, a Comissão entende proferir o seguinte parecer:

A substituição em causa é de admitir, uma vez que se encontram verificados os requisitos legais.

A Comissão: Secretário, Rui de Sá e Cunha (PRD) — Secretário, José Manuel Nunes de Almeida (PCP) — Adérito Manuel Soares Campos (PSD) — Daniel Abílio Ferreira Bastos (PSD) — Amândio dos Anjos Gomes (PSD) — Henrique Rodrigues da Mata (PSD) — Carlos Cardoso Lage (PS) — Carlos Manuel Luís (PS) — Mário Manuel Cal Brandão (PS) — Defensor Oliveira Moura (PRD) — Vasco da Gama Fernandes (PRD) — Jorge Manuel Abreu de Lemos (PCP) — José Manuel Antunes Mendes (PCP) — António José Borges de Carvalho (CDS) — João Cerveira Corregedor da Fonseca (MDP/CDE).

**O Sr. Presidente:** — Está em discussão.  
Não havendo inscrições, vamos votar.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, a Mesa foi informada de que o Sr. Primeiro-Ministro, que deseja participar na última fase dos trabalhos, está a chegar. Peço, pois, para aguardarmos uns minutos.

**O Sr. José Luís Nunes (PS):** — Peço a palavra, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra, Sr. Deputado.

**O Sr. José Luís Nunes (PS):** — Sr. Presidente, daquilo que V. Ex.<sup>a</sup> disse, concluo que os trabalhos estão interrompidos. É assim?

**O Sr. Presidente:** — Eu não tinha sugerido isso, mas podemos interromper os trabalhos por cinco minutos. Estão, pois, interrompidos os trabalhos.

*Eram 18 horas e 45 minutos.*

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, está reaberta a sessão.

*Eram 18 horas e 50 minutos.*

**O Sr. Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Teixeira.

**O Sr. Octávio Teixeira (PCP):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Com esta interpelação, o PCP proporcionou à Assembleia da República um debate aprofundando sobre as orientações e a actuação do Governo no âmbito do sector empresarial do Estado, bem como sobre a política social que vem sendo prosseguida e o projecto político de que uma e outra são expressões.

O anúncio da apresentação da moção de confiança pelo Governo deu à interpelação do PCP uma nova e reforçada dimensão.

**Vozes do PSD e do CDS:** — Nota-se!

**O Orador:** — Analisando a acção governativa nos domínios referidos, a avaliação dos efeitos do Programa do Governo e a forma como o vem executando, aprofundando as questões concretas que aqui foram trazidas, a Assembleia da República está a emitir um juízo sobre o Governo e sobre a sua política.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Orador:** — Juízo que — e esse é o resultado mais vivo da interpelação — é fortemente negativo.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**Vozes do PSD:** — Não apoiado!

**O Orador:** — Tornou-se por demais evidente neste debate que já nem o Governo consegue esconder que governa mal. Que não aproveita as excepcionais condições favoráveis de que beneficiou desde o início do

seu mandato. Que não consegue dinamizar o investimento e a produção nacionais. Que as condições sociais continuam o percurso da degradação.

Ao fim e ao cabo que o País está pior, que a auto-proclamada competência e transparência não passam de mistificadora propaganda.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**Vozes do PSD:** — Muito mal!

**O Orador:** — Durante o debate ficou demonstrado que, contrariamente ao prometido no seu Programa, o que o Governo tem produzido é o aumento do desemprego e das formas de trabalho precário, o agravamento da injusta repartição social do rendimento, o alargamento da pobreza, a paralisação do investimento, a estagnação da produção e a delapidação de recursos.

Por isso mesmo esta interpelação correspondeu a um debate de que a Assembleia da República não podia prescindir. Desenrolando-se como se desenrolou, constituiu já um acto de apreciação da confiança que o Governo não merece.

**O Sr. Jorge Lemos (PCP):** — Muito bem!

**O Orador:** — Vejamos as principais questões que ressaltaram deste debate: primeira, acusámos o Governo de estar a desencadear uma inconstitucional ofensiva destruidora contra o sector público da economia, visando a transferência dos seus activos para o capital privado.

O Governo não o desmentiu, antes o comprovou da forma mais brutal, nomeadamente através da intervenção do Ministro da Indústria e Comércio que despidoradamente se assumiu como um membro da comissão liquidatária das empresas públicas.

Afirmou o Ministro da Indústria e Comércio que este governo «encontrou um conjunto de empresas públicas à deriva com deficiências de gestão [...] e falta de horizonte para as empresas». Tal afirmação é um acto de profunda hipocrisia, vindo de quem vem. De um governo cujo partido há sete anos consecutivos exerce funções de governação, que há sete anos vem determinando as orientações para as empresas públicas e designando os seus gestores. Vindo de um governo cujos membros vêm saltitando de ministros para membros dos conselhos de gestão das empresas públicas e vice-versa, incluindo o actual titular da pasta da Indústria e Comércio.

**Vozes do PCP:** — Ora, afi está!

**O Orador:** — Afirmou ainda o Ministro da Indústria e Comércio não ter «qualquer sentido económico falar-se em sector empresarial do Estado, como se se tratasse de um todo económico coerente».

Através desta sua afirmação, ficou bem patente a política anti-sector empresarial do Estado delineada e executada pelo Governo: destruir as empresas públicas uma a uma, para impedir que no seu conjunto, de forma coordenada e planeada, o sector público da economia possa desempenhar a função que lhe cabe de eixo motor e fundamental do desenvolvimento económico.

Ficou bem patente e claro, ao longo do debate, que é nesta perspectiva de desintegração do sector empre-

sárial do Estado que se inserem algumas das mais recentes medidas tomadas pelo Governo: a extinção da CNP; o desmembramento da EDP; o desmantelamento da Quimigal; o despacho obrigando as EPs industriais e energéticas a alienarem todas as suas participações financeiras, mesmo quando elas se integram num todo coerente e complementar. A portaria do Ministro das Finanças que concede ao capital privado a iniciativa de desencadear um «regime especial de alienação» de participações das empresas públicas e a garantia do «exercício dos direitos emergentes das participações» em nome das empresas públicas. Essas decisões foram aqui objecto de generalizadas críticas; a sua ilegalidade ou inadequação salientadas, com correspondente exigência de cumprimento da lei e da Constituição. Foi assim desmentida pelo debate a profunda e inaceitável mistificação da realidade política e social do nosso país, decorrente da afirmação do Ministro da Indústria e Comércio de que «não é possível impor a um povo um sistema que ele não deseja e a um país um modelo económico desinserido do seu enquadramento».

O sistema e o modelo económico a que o Ministro se refere são os que estão constitucionalmente consagrados e a que há dez anos o povo português vem dando o seu inequívoco apoio.

**O Sr. José Magalhães (PCP):** — Muito bem!

**O Orador:** — O que o povo português não aceita e a realidade económica nacional rejeita é o objectivo do Governo de subversão e destruição do sistema democrático e da organização económica constitucional. Um governo e um ministro que tão descabeladamente se insurgem contra a Constituição da República demonstram pelas suas palavras e acções que não podem continuar nas suas funções, sob pena de ser posto em causa o próprio regime democrático.

*Aplausos do PCP.*

Segunda questão: acusámos o Governo de estar a malbaratar as condições favoráveis de que dispõe; e denunciámos que o ataque ao sector empresarial do Estado impede a recuperação económica. E mostrámos que assim é, demonstrando que os excedentes das contas externas não estão a ser utilizados produtivamente, que o investimento não progride e que a produção estagnou.

O Governo não teve sequer a coragem de tentar contestar esta situação de facto comprovada pelo Instituto Nacional de Estatística.

O Governo nada disse. E, por isso, sobre isto nada mais temos a dizer. Mas ficou aqui confessado um facto fundamental que só por si suscita a maior desconfiança no Governo.

**Uma voz do PCP:** — Muito bem!

**O Orador:** — Em terceiro lugar, acusámos o Governo de estar cumplicemente a permitir a especulação bolsista e de, em conluio com o actual governador do Banco de Portugal, estar a pôr em causa a própria solidez do sistema bancário.

O Governo, avisadamente, preferiu não tentar a defesa. O Ministro das Finanças, cuja intervenção no debate havia sido anunciada pelo Ministro da Indústria,

achou por bem manter-se quedo e mudo. Ele bem sabe porquê! E, aliás, já nos habituou a só falar quando está seguro de não poder ser contraditado.

**Vozes do PCP:** — Exactamente!

**O Orador:** — Em quarto lugar, acusámos o Governo de com a sua acção estar a agravar a situação social no País, aumentando o desemprego, não dando resposta aos salários em atraso, multiplicando o trabalho precário, ampliando as áreas de pobreza na sociedade portuguesa.

Trouxemos à Assembleia da República os dados estatísticos oficiais que o confirmam. Mas trouxemos também exemplos concretos colhidos na verificação diária e na observação directa, no contacto com os trabalhadores e as populações, que desmentem as afirmações propagandísticas do Primeiro-Ministro de que o povo português está a viver melhor.

A intervenção aqui produzida pelo Ministro do Trabalho, afirmando que a situação dos salários em atraso seria «a resposta necessária do sistema económico», h谩-de ficar lapidarmente, perante a gravidade da situação, como a ilustração da postura cúmplice assumida no lavar de mãos de Pôncio Pilatos. Essa defesa, aqui assumida sem disfarces, do capitalismo mais selvagem e mais brutal e da mais desumanizada indiferença para com os direitos constitucionais dos trabalhadores é o verdadeiro rosto do Governo e não pode deixar de pesar fortemente no juízo de desconfiança que ele merece.

*Aplausos do PCP.*

**O Sr. Silva Marques (PSD):** — O que o Sr. Deputado está a dizer não é exacto!

**O Orador:** — Em quinto lugar, mostrámos que o Governo acentua os factores de dependência nacional, abdicando da defesa dos interesses nacionais, designadamente no âmbito das negociações com os restantes países da CEE. Desafiámos o Governo a infirmar algumas das conclusões do relatório elaborado pela Comissão de Integração Europeia e que contrariam frontalmente o propagandeado pelo Primeiro-Ministro. O silêncio que sobre a matéria o Governo manteve são uma real confirmação daquelas conclusões. Mas tornou-se também evidente a necessidade de tomar medidas institucionais e políticas que assegurem a defesa do interesse nacional.

Provou-se que, inversamente às constantes afirmações do Primeiro-Ministro, a actuação do Governo se caracteriza por uma grande falta de transparéncia.

Questionámos a transparéncia do Ministério da Agricultura em actos relativos à zona da Reforma Agrária.

Colocámos a falta de transparéncia no novo concurso para o fornecimento de centrais digitais e no processo das Fábricas Mendes Godinho.

Interrogámos o Governo sobre a manutenção das relações do novo governador do Banco de Portugal com uma empresa parabancária.

Pusemos ao Governo a necessidade de explicar à Assembleia da República a questão relacionada com acusações surgidas na imprensa sobre a ligação do actual governador do Banco de Portugal e do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais a uma «fraude fiscal».

A tudo isto o Governo disse nada! Mesmo quando interpelado com factos concretos e documentos.

E, Srs. Deputados, como a transparência dos actos do Governo e dos seus membros não se demonstra com auto-proclamações, nem com silêncios, então o que fica é que não há transparência e não há explicação para as questões que aqui colocámos. Ou então, o que será ainda pior, haverá explicações que não podem ser dadas.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Orador:** — Srs. Deputados: é neste quadro — de incompetência, de má governação, de postura contra a Constituição e o regime, de confessada falta de transparência — que aparece a moção de confiança do Governo. A sua apresentação imprimiu um cunho novo à interpelação do PCP e foi nela tida em conta. O debate aqui travado sublinhou bem que o discurso do Primeiro-Ministro ontem produzido na RTP não é, perante os resultados da sua política, um sinal de força ou de confiança. É um discurso desaustinado, que revela a consciência de que, resultados negativos, não é possível esconde-los indefinidamente ao País.

*Aplausos do PCP.*

Daí certamente o mal-estar de que deram mostras os deputados do PSD e o ambiente de debandada que o Governo chegou a ensaiar. O certo é que foi obrigado a quebrar o silêncio em que estava apostado.

**O Sr. António Capucho (PSD):** — Mas qual debandada, qual silêncio?

**O Orador:** — Com a presente interpelação, mas com a postura que o Governo aqui assumiu, a Assembleia da República fica melhor habilitada a compreender em toda a sua extensão o sentido do vergonhoso ultimato — não tem outro nome — que o Primeiro-Ministro lançou na praça pública.

O debate travado na interpelação do PCP carreou importante provas de que não se trata, para o Governo, de obter uma expressão de confiança. Trata-se de disfarçar no confronto, na mentira e na arrogância o que afinal está demonstrado: a incapacidade, a falta de transparência, e — é bom dizê-lo claramente — a falta de confiança que os Portugueses não podem deixar de manifestar na sua política.

*Aplausos do PCP.*

**Vozes do PSD:** — Não se nota!

**O Orador:** — Nota-se, nota-se, e é por isso que estão preocupados. Srs. Deputados, um debate como o que a presente interpelação propiciou à Assembleia da República terá de ser feito — como o foi — com base nas realidades concretas, traduzidas na informação estatística, no conhecimento das orientações correctas para cada sector, na avaliação, com a frieza dos números, dos resultados da política seguida. Para isso não contribuiu o Governo, que mistificou estatísticas, apostou na confusão, na vicilação de dados, no quadro da fuga em frente, de que é expressão a operação «voto de confiança». Apesar disso conseguimos realizar em conjunto esse debate e essa avaliação. Mas todos sabemos e estamos cientes que por sobre a frieza dos números está

à vista, no plano humano, o drama dos seus resultados concretos e, no plano nacional, a criminosa negligência de quem tendo oportunidades, as deixa escapar entre os dedos.

Apresentámos as questões à Assembleia tendo presente um vasto trabalho de contactos e visitas, particularmente empresas do sector público. Mas temos por certo que, para muitos, para a maioria dos Srs. Deputados é também o conhecimento concreto das realidades concretas que os determina no balanço que estamos a fazer. As impressões, juízos e posições que aqui transmitiram são sem dúvida úteis e importantes e revelam bem as precárias condições em que este governo arrasta a sua existência política. A Assembleia da República não pode, nem tem aceitado, permanecer indiferente à pobreza que alasta pelo País, à fome nos olhos dos filhos dos trabalhadores de Setúbal, à angústia dos trabalhadores da Marinha Grande, à exploração brutal do trabalho clandestino e precário, à ausência do amanhã para 700 000 trabalhadores contratados a prazo, ao drama do desemprego feito rotina, à indignidade máxima do trabalho sem salário.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Orador:** — A Assembleia da República não pode ficar indiferente quando o Governo malbarata as oportunidades de sair da crise, quando faz a política do País adiado para servir objectivos partidários e um punhado de grandes interesses bem localizados.

Não passa, nem tem passado, ao lado desta Assembleia a negligência mais grosseira que vem permitindo que interesses estrangeiros se sobreponham aos interesses nacionais, quando é o próprio Governo e o comissário para a CEE, que ele nomeou, que entregam recursos nacionais na mesma mesa de negociações, onde importava, e o interesse nacional lhes impunha, que eles fossem defendidos.

**A Sr.ª Ilda Figueiredo (PCP):** — É escandaloso!

**O Orador:** — E não poderemos nem temos ficado indiferentes perante uma acção programada de liquidação de sectores e empresas públicas perante negócios (pouco claros) que envolvem transferências sistemáticas de partes de empresas para o sector privado, a emissão de títulos de participação que apontam para permitir a recuperação por um pequeno grupo do controle de empresas públicas ou os leilões ao desbarato de tudo o que é público.

Só que o que pontualmente vem sendo criticado — e por vezes rejeitado — por esta Assembleia não deixa de continuar a ser acintosamente tentado pelo Governo — quando não mesmo posto em prática por cima e contra esta Assembleia.

A grande questão que se nos coloca, feito o diagnóstico, é a de qual é a terapêutica.

Como é possível permitir o prosseguimento de uma política que sacrifica o objectivo nacional do desenvolvimento económico e social aos interesses económicos do grande capital? Como é possível permitir o prosseguimento de uma política que abdica da defesa dos interesses nacionais, agrava a situação social e compromete o aproveitamento de uma conjuntura favorável à resolução dos problemas nacionais? Como poderá deixar de transformar esta Assembleia a desconfiança (e censura!) que manifesta a tal política na desconfiança e censura do Governo?

É óbvio que sempre se poderão apresentar e aprovar medidas pontuais que visem conter os efeitos mais negativos da política governamental ou os seus aspectos mais afrontadores do regime democrático-constitucional.

No quadro da presente interpelação, e por isso mesmo, apresentámos cinco iniciativas, cuja aprovação urgente se imporá, para defesa do sector público.

Importará enunciá-las: um projecto de lei de revogação do Despacho n.º 2/86, da Secretaria de Estado da Indústria e Energia, que determina a obrigatoriedade de venda das participações financeiras das empresas públicas de indústria e energia; um projecto de lei repondo em vigor a Lei n.º 77/79, aprovada pelo PS e PCP em 1979, lei que proibia os actos inconstitucionais de alienação ou oneração de bens das empresas nacionalizadas e que a AD revogou em 1980; um projecto de lei que visa pôr cobro à concessão arbitrária pelo Governo de isenções do imposto de capitais e do imposto complementar aos rendimentos das obrigações; um projecto de lei que visa impedir que os detentores de títulos de participação se apropriem, à custa do Estado, dos resultados das empresas públicas e não permitir que aos rendimentos desses títulos seja conseguida isenção do imposto de capitais, tal como a Assembleia da República legislou em sede de Orçamento do Estado.

O Sr. António Capucho (PSD): — Já ouvimos isso tudo!

O Orador: — Uma proposta de resolução para imediata cessação da declaração da TAP em situação económica difícil.

Todos e cada um destes projectos — como todas as iniciativas que a Assembleia já tomou em sede de empresas públicas — são importantes, necessários e urgentes.

Mas importa também tomar essas medidas pelo que valem. São baldes de água num fogo que pode parecer que está apagado a curto prazo mas que tende a reacender-se com mais intensidade e com mais agressividade. É essa uma das mais importantes demonstrações do debate suscitado pela interpelação do PCP.

O debate mostrou precisamente que não é possível sair da crise e desenvolver o País com uma política e um governo que preferem a chantagem e o confronto ao empenhamento sério na resolução dos problemas nacionais.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — É sob o peso desta conclusão que se realizará amanhã o debate do voto de confiança apresentado pelo Governo.

Está ao nosso alcance pôr em prática a política governativa necessária ao povo e ao País. É um imperativo de defesa do regime democrático encontrar para isso as necessárias soluções político-institucionais. O PCP continuará a empenhar todos os seus esforços para que essas soluções se concretizem, como é exigência nacional.

Aplausos do PCP e de alguns deputados do PS.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. Ministro das Finanças (Miguel Cadilhe): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Gostaria de começar a minha intervenção arrumando um pequeno ponto: certas pessoas usam inverdades, ou mesmo falsidades, para atingir os adversários, não respeitando sequer os limites da dignidade.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Pretendem, com isso, lançar dúvidas e gerar desânimos. São métodos inqualificáveis ou, antes, se qualificam alguma coisa, é quem os utiliza.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Cito apenas um exemplo, porque o desmentido é factual e está ao alcance de toda a gente. Disse ontem, e repetiu hoje, um Sr. Deputado do Partido Comunista Português que o Ministro das Finanças havia escolhido para emissão de títulos de participação sem imposto de capitais o banco donde proveio. Ora, o que se passou é que foi essa a primeira empresa pública a requerer a emissão de títulos de participação e esta emissão foi autorizada pela portaria de 17 de Abril, publicada em 18 de Abril, antes de a Lei n.º 9/86, de 30 de Abril, estar publicada.

Protestos do PCP.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — É a má consciência a falar.

Vozes do PSD: — Têm que ouvir tudo até ao fim!

O Orador: — O facto é, pois, este. E que não fosse! Os títulos de participação com isenção de capitais estão acessíveis a qualquer empresa pública desde que tenha razoável situação financeira, mesmo depois da Lei n.º 9/86.

Outras afirmações incisivas do mesmo Sr. Deputado, não dirigidas, aliás, ao Ministro das Finanças, valem o mesmo que aquela: valem zero para as pessoas que pretendem atingir e valem negativamente para a pessoa que as profere.

Passemos agora ao assunto que aqui nos traz.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: As coisas não vão bem no reino das empresas públicas. De que precisam, afinal, as empresas públicas? Procurarei responder tendo no meu pensamento as unidades económicas produtivas que tipicamente sejam empresas públicas. E permitem VV. Ex.<sup>as</sup> que me atenha nos aspectos mais básicos, por vezes primários, dessas empresas. São tão básicos, que andam muitas vezes esquecidos.

Têm as empresas públicas três ordens de necessidade, todas elas ligadas ao dinheiro: primeiro, precisam de dinheiro fresco, quero dizer, aumentar os capitais próprios; segundo, precisam de ganhar dinheiro, quero dizer, ter lucros é sentido empresarial; terceiro, precisam de dar valor ao dinheiro, quero dizer, sentir o que custa amealhar e investir.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Constitui isto uma quase fábula das empresas públicas, perdoem VV. Ex.<sup>as</sup> a expressão. É a fábula dos três dinheiros. Em torno deles giram muitos dos grandes problemas que afligem as empresas públicas, desde a asfixia financeira à falta de *feeling*, ao mercado e à má afectação de recursos.

Muitas empresas públicas precisam de dinheiro fresco quer para reforçar os capitais próprios, que são notoriamente insuficientes, quer para repor os capitais próprios, que já não existem, absorvidos que foram por prejuízos acumulados. Trata-se de um problema de stock de capitais que atingiu o nível de rotura ou de exaustão ou, mais do que isso, de sobreexaustão.

E é óbvio que sem capitais próprios, ou melhor, sem capitais «permanentes» em montante adequado, não há saúde financeira, salvo se a empresa estiver em segmentos especulativos do mercado — o que, seguramente, não é o caso das empresas públicas nem será salutar que seja o caso das empresas em geral.

Todos conhecem a regra elementar da boa e sã gestão financeira que manda dotar a empresa com capitais permanentes que cubram os activos longos e deixem ainda uma margem de fundo de manejo. Mal vai o empresário quando a sua empresa se afasta persistentemente desta regra.

É verdade que, hoje em dia, infelizmente, quase podemos dizer que serão mais as excepções do que a regra, tão avessos andam os empresários privados em apostar em capital de risco e tão depauperado andam o Estado e as finanças públicas para injectar capitais estatutários. Só que há afi uma diferença de grau e de substância.

De grau, porque não parece, apesar de tudo, que seja comparável a insuficiência de capitais próprios nas empresas do sector privado e nas do sector público; estas últimas estão, em média, bastante mais carecidas de capitais próprios e têm colmatado as suas necessidades de financiamento com um excessivo recurso ao crédito, facilitado quer por um certo poder político, que sempre é associado às empresas públicas, quer — é bom que se diga — por uma avaliação, por vezes demasiado ligeira, do risco de crédito por parte dos bancos.

E há uma diferença de substância, porque o risco tem outra natureza ou é visto de outro modo — um modo de ver que é vesgo na maioria dos casos em que o Estado se envolve directamente. De facto, nem os sectores privado e público estão em actividades do mesmo tipo, nem o proprietário Estado sofreu os choques e os traumatismos das nacionalizações e expropriações de 1975, nem tão-pouco o Estado tem o sentido de propriedade privada, que, goste-se ou não, foi, e é há-de ser a melhor forma de detectar oportunidades, ponderar incertezas, escolher momentos de investir ou de desinvestir, enfim, «sentir o que é seu». O Estado não sente.

O Estado é — perdoe-se-me a expressão — bronco nos negócios:...

**O Sr. José Magalhães (PCP):** — Depende de quem o gere!

**O Orador:** — Não tem sentido empresarial e, o que é pior, julga que o tem. Depois, sabemos o que tem acontecido. São os erros monstruosos que vêm à tona da água, como peixe morto em rio poluído.

E os que teiram em não ver dizem que não é verdade, que há outras razões, que o peixe morreu de indigestão, ou da desova, ou talvez de sabotagem, e de resto o rio vai limpo.

Há, por conseguinte, diferenças de grau e de substância nesta situação de facto, que é o desequilíbrio de capitais próprios versus capitais alheios, em tantas e tantas empresas portuguesas.

É tempo de procurar respostas sólidas, praticáveis e consequentes. Já temos dito em diversas ocasiões e assim figura no Programa do Governo. Os défices estão tão arreigados na economia portuguesa, instalaram-se de tal modo ao longo dos últimos doze anos, que só pondo a economia portuguesa a crescer — e a crescer a bom ritmo — é que conseguiremos gradualmente absorver ou diluir o actual peso dos números negativos. Trata-se, porém, de uma condição necessária, não suficiente.

Voltemos à questão inicial. Precisam as empresas públicas de dinheiro fresco. Não vem esta necessidade de agora. Há anos que se acumula e se agiganta, sem satisfação capaz, e, por isso, provocando carências que se automultiplicam e geram raízes e aderências. A certa altura, já não é possível amputar; não se foi a tempo, não se modernizou, não se substituíram equipamentos, passou-se a comprar e a vender com a corda na garganta e, por isso, nas piores condições, qualidade e credibilidade, mas resta — diz-se — a defesa, perdeu-se intransigente do princípio de que o Estado é o único e exclusivo senhor da empresa; resta, claro, a defesa do ideal da Constituição e das nacionalizações perante os ataques dos imperialismos, capitalismos, monopolismos, latifundismos, e multinacionalismos; resta, finalmente, a salvaguarda dos postos de trabalho contra o desemprego, mesmo que os trabalhadores permaneçam cada vez mais em situação de desemprego oculto — numa enorme irracionalidade económica.

Temos de perceber que, durante anos, o sector empresarial do Estado tem sido a grande vítima de uma feroz irracionalidade, que decorre, fundamentalmente, de duas atitudes mentais: o fantasma do desemprego, por um lado, e o pecado constitucional, por outro.

E tem sido vítima também de uma certa mania das grandezas, que impede de ver as incoerências em que caímos. Há aqui alguma analogia com o império colonial e com a cegueira que fez tombar o regime anterior.

**O Sr. Silva Marques (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — Tal como o império ultrapassava a força da metrópole, também o sector empresarial do Estado se revela desproporcionado e descabido face à capacidade do Estado e à lógica do funcionamento da economia. Tal como o império estava anacrónico no mundo do século XX, também o sector empresarial do Estado na sua configuração, nos seus exclusivos e nos seus tabus, está em assincronia com o meio ambiente do fim do século, que é a economia de mercado e a Europa do Mercado Comum.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — A continuarmos assim, não perdemos o regime — isso não acredito, nem desejo — mas perderemos o SEE e delapidaremos o património ingloriamente.

**O Sr. José Magalhães (PCP):** — Ele é mesmo bom!

**O Orador:** — Precisam, as empresas públicas, de dinheiro fresco. Mas como e onde arranjá-lo? Tem plena propriedade, neste caso, desdobrar a pergunta em «quem deve?» e «quem pode?» fornecer capitais próprios às empresas públicas.

Pois que, quem deve não pode e quem pode está impedido. É este mais um drama, cru e nu, do sector empresarial do Estado português.

Por um lado, o Estado deveria meter dinheiro fresco nas empresas públicas descapitalizadas, mas não o tem, não o teve, nem o terá em volumes suficientes para acorrer adequadamente a todas elas. Só se viesse de fora uma dádiva de um país que nos iluminasse a todos.

Por outro lado, os particulares poderiam, em algumas dessas empresas públicas arriscar capitais em *joint-ventures* especiais com o Estado, mas a lei não o permite, segundo alguns, ou permite-o tímida ou constrangedoramente, segundo outros.

E, todavia, não há outra saída para o problema financeiro — seguramente o magno problema das empresas públicas — que não seja o recurso a capitais próprios oriundos quer de outros entes públicos, que não o Tesouro, quer de empresas privadas e particulares. Ou seja, com o pouco que tem e de que pode dispor, o Tesouro haveria de assegurar uma posição nas empresas públicas, mas não responderia à ilusão — nunca cumprida, aliás — de preencher 100% das suas necessidades de capitais próprios.

O assunto está mais do que estudado, nas suas vertentes técnico-económicas e técnico-jurídicas. E o Governo anterior deixou documentos sobre a matéria de indiscutível significância. É, agora e apenas, uma questão eminentemente política e de coragem para decidir. Tratar-se-á de adoptar uma outra de três soluções, conforme o tipo de empresas públicas, as suas necessidades e o sector em que laboram; mas em qualquer caso assegurando o nível necessário de capitais próprios ou equiparados. São as seguintes as três soluções: ou manter como empresa pública *stricto sensu*, neste caso com os títulos de participação a desempenhar o seu papel por exceléncia; o recurso ao mercado primário e à subscrição pública, pressupondo, portanto, uma razoável situação financeira das empresas públicas; em alternativa converter em sociedade de capitais exclusivamente públicos (Estado e outros entes públicos); ainda em alternativa, converter em sociedade anónima de economia mista (maioria do Estado ou outros entes públicos, com intangibilidade do capital inicial do Estado).

Permitam VV. Ex.<sup>as</sup> que refira, a título ilustrativo, os programas de reforço da solidez das instituições de crédito do sector público cuja preparação e aplicação têm estado em curso no Ministério das Finanças, praticamente desde Janeiro passado, e têm sido objecto de fecundos trabalhos nas reuniões mensais com os presidentes dos bancos.

O chamado programa I, que tem um calendário de execução de muito curto prazo, conduz ao aumento dos capitais próprios e equiparados, de modo a cumprir a regra da cobertura em 100% do imobilizado, imposta por lei, e de modo a satisfazer a regra da boa solvabilidade expressa por *ratios* clássicos, como aplicações sobre recursos próprios. E esse programa I conduz a uma disciplina de despesas de capital, obrigando a desinvestir primeiro para investir depois — desinvestimento, entendase, de activos não afectos ou mal afectos à exploração — e garantir a substituição de activos forçados, de baixo ou nulo rendimento, por activos normais, bem como a regularização de créditos abalizados pelo Estado e não cumpridos. Repito que são medidas de execução imediata.

Vem a propósito esclarecer sobre uma dita famigerada portaria do Ministério das Finanças que veio introduzir um novo regime de alienação de participações do sector público. Em primeiro, devo dizer que se trata de participações minoritárias, facto omitido intencional e sistematicamente nas intervenções do PCP. São um mundo de participações minoritárias advindas pelo arrastamento aos seus titulares e que exorbitam da lógica e da esfera patrimonial desses titulares. Em segundo lugar, a alienação assenta na vontade contratual das partes, na liberdade negocial e na responsabilidade dos conselhos de gerência, facto também omitido ou traído pelo PCP nas suas intervenções.

**O Sr. Octávio Teixeira (PCP):** — Traído? Explique!

**O Orador:** — Aquele programa I mereceu dos presidentes da banca uma concordância unânime e um interesse digno de nota.

O programa II, cujo conteúdo será ultimado dentro de muito poucos dias, complementa aquele programa I.

Assim vamos, Srs. Deputados. O Tesouro secou há muito. Recorrer ao Tesouro é recorrer à dívida pública. Temos de limitar o mais possível esta forma de recurso.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, desprendido de preconceitos, sarado de constitucionalites, desrido de maximalismos de um sinal ou de outro, abalado pela crueza da situação, haverá alguém que tenha dúvidas de que seja outro o caminho?

O Governo não tem dúvidas.

*Aplausos do PSD.*

**O Sr. Jorge Lemos (PCP):** — Não ouviu o debate! ...

**O Sr. Carlos Carvalhas (PCP):** — Sr. Presidente, peço a palavra para exercer o direito de defesa.

**O Sr. Presidente:** — Faça favor, Sr. Deputado.

*Protestos do PSD.*

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, nunca foi negada a palavra a nenhum dos Srs. Deputados quando invocado o direito de defesa.

Naturalmente que o Sr. Ministro das Finanças terá direito de resposta.

**O Sr. Carlos Carvalhas (PCP):** — O Sr. Ministro pensava que era o último a falar, mas não é.

**O Sr. António Capucho (PSD):** — Se quiser, vai ser! Isso garanto-lhe!

**O Sr. Carlos Carvalhas (PCP):** — Utilizando a forma regimental do direito de defesa quero dizer algumas coisas ao Sr. Ministro das Finanças, que apelidou certas interrogações por nós levantadas e o nosso apelo para que desse explicações à Câmara como uma insídia.

O Sr. Ministro das Finanças confirmou que, de facto, o primeiro banco a ter acesso aos títulos de participação sem imposto de capitais foi o Banco Português do Atlântico, o banco de onde o Sr. Ministro provém. E é evidente que o primeiro banco tem as vantagens que o Sr. Ministro bem conhece...

Mas confirmou também o que dissemos, pela nega-

tiva, porque nem o Sr. Ministro, nem o Governo, nem o PSD deram qualquer resposta às questões que nós levantámos...

**Vozes do PSD:** — Isto é que é exercer o direito de defesa?

**O Orador:** — ... sobre o governador do Banco de Portugal, sobre o crédito mal parado, sobre o Sr. Secretário de Estado para os Assuntos Fiscais. E nós fizemos um desafio, um apelo, para que nos fossem dadas explicações.

*Protestos do PSD.*

**O Orador:** — Amanhã continua o debate, e o desafio fica aqui colocado ao Sr. Primeiro-Ministro — já não ao Sr. Ministro das Finanças — para que confirme o que nós afirmámos sobre o Sr. Secretário de Estado para os Assuntos Fiscais. Fica aqui feito o desafio. Os documentos de prova aparecerão na altura.

**O Sr. António Capucho (PSD):** — O Sr. Deputado pediu a palavra para defender a honra e não para fazer desafios!

**O Orador:** — Por último, gostaria de lembrar — como nota — que o Sr. Ministro das Finanças vem dizer que não há dinheiro, mas tem 400 milhões de contos de crédito mal parado e dá 400 milhões de contos aos ex-monopolistas.

Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Ministros e Srs. Deputados: Se há um governo que se reclama de transparente, a um ministro pede-se o que se pedia à mulher de César.

*Aplausos do PCP e do MDP/CDE.*

**Vozes do PSD:** — Defenda a sua honra e deixe-se de coisas.

**O Sr. Presidente:** — Sr. Ministro, tem direito a responder, dispondo igualmente de três minutos, se o pretender fazer.

Antes, porém, tem a palavra o Sr. Deputado Borges de Carvalho, para fazer uma interpelação à Mesa.

**O Sr. Borges de Carvalho (Indep.):** — V. Ex.<sup>a</sup> — e muito bem — concedeu a palavra Sr. Deputado Carlos Carvalhas para exercer o direito de defesa. No entanto, não sei o que é que o Sr. Deputado esteve a defender, pelo que V. Ex.<sup>a</sup> deveria, talvez, dar-lhe de novo o direito de defesa para ele defender alguma coisa.

*Aplausos do PSD e CDS.*

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado, isto acontece numerosas vezes. Os Srs. Deputados invocam o direito de defesa e nunca a Mesa recusa em conceder-lhes a palavra, porque quem considera se foi ou não ofendido são os próprios Srs. Deputados. Segundo esse entendimento, também não recusei agora.

**O Sr. Malato Correia (PSD):** — Fez muito bem, Sr. Presidente. Ninguém adivinha os disparates que se vão dizer.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Ministro, para responder.

**O Sr. Ministro:** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: sem comentários!

*Aplausos do PSD.*

**A Sr.ª Ilda Figueiredo (PCP):** — É sintomático que tenha dado essa resposta.

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, está encerrado o debate da interpelação ao Governo.

Para fazer uma interpelação à mesa, tem a palavra o Sr. Deputado Magalhães Mota.

**O Sr. Magalhães Mota (PRD):** — A pergunta não tem a ver, obviamente, com o debate, mas queria saber se deu entrada na Mesa alguma resposta do Governo ao requerimento urgente por nós apresentado pedindo vários elementos considerados necessários antes do debate da moção de confiança.

**O Sr. Presidente:** — Que tenha conhecimento, não deu, até agora, entrada no Gabinete do Sr. Presidente qualquer resposta a esse requerimento.

**O Sr. José Magalhães (PCP):** — Pode perguntar ao Primeiro Ministro, que está ali sentado.

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, aproveito para dar uma informação, que é extensível aos Srs. Membros do Governo quando participam nos debates. Há pouco, na conferência de líderes parlamentares, reanalisaada a questão do cumprimento dos tempos, concluiu-se que se terá passado de uma situação de excessiva tolerância a uma situação de excessiva rigidez, pelo que há que encontrar o meio termo, digamos assim.

O que a conferência decidiu foi o seguinte: não se deve impedir um Sr. Deputado de terminar a frase quando não há tempo global atribuído ao grupo parlamentar. Nos casos em que há atribuição de tempos globais, pode-se permitir um pouco mais, mas nunca para além de um minuto, contando esse tempo para o global, para que pedidos de esclarecimento ou as respectivas respostas não se transformem em intervenções.

Enfim, haverá assim um pouco mais de abertura em relação ao que se tinha decidido.

Srs. Deputados, a sessão de amanhã começa às 10 horas e da ordem do dia consta o debate da moção de confiança apresentada pelo Governo.

Está encerrada a sessão.

*Eram 19 horas e 40 minutos.*

*Entraram durante a sessão os seguintes Srs. Deputados:*

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

Adérrito Manuel Soares Campos.  
Amândio Anes de Azevedo.  
Amélia Cavaleiro Andrade Azevedo.  
António D'Orey Capucho.  
António Manuel Lopes Tavares.  
António Paulo Pereira Coelho.  
Arménio dos Santos.  
Arnaldo Ângelo de Brito Lhamas.  
Aurora Margarida Borges de Carvalho.  
Carlos Alberto Pinto.

Carlos Miguel Maximiano Almeida Coelho.  
 Cecília Pita Catarino.  
 Cristóvão Guerreiro Norte.  
 Dinah Serrão Alhandra.  
 Fernando José Russo Roque Correia Afonso.  
 João Luís Malato Correia.  
 João José Pedreira de Matos.  
 Joaquim Eduardo Gomes.  
 José de Almeida Cesário.  
 José Ângelo Ferreira Correia.  
 José Assunção Marques.  
 José Manuel Rodrigues Casqueiro.  
 José de Vargas Bulcão.  
 Luís António Martins.  
 Luís Manuel Costa Geraldes.  
 Luís Manuel Neves Rodrigues.  
 Manuel Estácio M. Florido.  
 Manuel Ferreira Martins.  
 Mário Júlio Montalvão Machado.  
 Rui Manuel Parente Chancerelle de Machete.  
 Valdemar Cardoso Alves.  
 Vasco Francisco Aguiar Miguel.  
 Vítor Pereira Crespo.

**Partido Socialista (PS):**

Alberto Manuel Avelino.  
 Alberto Marques de Oliveira e Silva.  
 António Almeida Santos.  
 António Carlos Ribeiro Campos.  
 António Domingues de Azevedo.  
 António Manuel de Oliveira Guterres.  
 Armando António Martins Vara.  
 Armando dos Santos Lopes.  
 Carlos Alberto Raposo Santana Maia.  
 Carlos Cardoso Lage.  
 Carlos Manuel N. Costa Candal.  
 Francisco Manuel Marcelo Curto.  
 Fernando Henriques Lopes.  
 João Rosado Correia.  
 Jorge Lacão Costa.  
 José Luís do Amaral Nunes.  
 José Manuel Lello Ribeiro de Almeida.  
 José Manuel Torres Couto.  
 Leonel de Sousa Fadigas.  
 Manuel Alegre de Melo Duarte.  
 Manuel Alfredo Tito de Moraes.  
 Mário Augusto Sottomayor Leal Cardia.  
 Mário Manuel Cal Brandão.  
 Raul Fernando Sousela da Costa Brito.  
 Raul Manuel Gouveia Bordalo Junqueiro.  
 Rui do Nascimento Rabaça Vieira.  
 Victor Hugo de Jesus Sequeira.

**Partido Renovador Democrático (PRD):**

António Lopes Marques.  
 António Maria Paulouro.  
 Fernando Dias de Carvalho.  
 Hermínio Paiva Fernandes Martinho.  
 Ivo Jorge de Almeida dos Santos Pinho.  
 Jaime Manuel Coutinho de Silva Ramos.  
 José Carlos Pereira Lilaia.  
 Paulo Manuel Quintão Guedes de Campos.  
 Victor Manuel Lopes Vieira.

**Partido Comunista Português (PCP):**

Carlos Alfredo de Brito.  
 Jorge Manuel Lampreia Patrício.  
 José Manuel Antunes Mendes.  
 José Manuel dos Santos Magalhães.  
 Maria Margarida Tengarrinha.  
 Maria Odete dos Santos.  
 Rogério Paulo Sardinha de S. Moreira.

**Centro Democrático Social (CDS):**

Abel Augusto Gomes de Almeida.  
 António Vasco Mello César Menezes.  
 Henrique Pereira de Moraes.  
 Hernâni Torres Moutinho.  
 Horácio Alves Marçal.  
 José Luís Nogueira de Brito.  
 José Miguel Nunes Anacoreta Correia.  
 José Vieira de Carvalho.  
 Manuel Eugénio Cavaleiro Brandão.  
 Manuel Tomás Rodrigues Queiró.  
 Pedro José Del Negro Feist.  
 Manuel Fernando S. Monteiro.

**Deputados independentes:**

Augusto Martins Ferreira do Amaral.  
 António José Borges de Carvalho.  
 Rui Manuel Oliveira Costa.

*Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:*

**Partido Social-Democrata (PPD/PSD):**

Álvaro José Rodrigues Carvalho.  
 Arlindo da Silva André Moreira.  
 Fernando Dias de Carvalho Conceição.  
 Fernando Monteiro do Amaral.  
 Guido Orlando de Freitas Rodrigues.  
 Manuel da Costa Andrade.  
 Mário Jorge Belo Maciel.

**Partido Socialista (PS):**

Aloísio Fernando Macedo Fonseca.  
 António Cândido Miranda Macedo.  
 António Magalhães Silva.  
 António Poppe Lopes Cardoso.  
 Carlos Manuel Pereira Pinto.  
 José Apolinário Nunes Portada.  
 José Augusto Filhol Guimarães.  
 José Barbosa Mota.  
 Rui Fernando Pereira Mateus.

**Partido Renovador Democrático (PRD):**

Bártolo de Paiva Campos.  
 José da Silva Lopes.  
 Vitorino da Silva Costa.

**Partido comunista Português (PCP):**

Carlos Campos Rodrigues Costa.  
 Jerónimo Carvalho de Sousa.

**Centro Democrático Social (CDS):**

Henrique Manuel Soares Cruz.  
 João da Silva Mendes Morgado.

Movimento Democrático Português (MDP/CDE):  
José Manuel do Carmo Tengarrinha.

**Declarações de voto enviadas à Mesa para publicação sobre o voto de saudação ao Prof. Paulo Quintela**

Decorre em Coimbra, como está expresso no voto apresentado, uma homenagem Nacional ao Prof. Paulo Quintela e, por essa razão, entende o Grupo Parlamentar Socialista, por intermédio desta minha descolorida intervenção, trazer a esta Assembleia a certeza de que a ela nos associamos.

Se entendemos colocar uma baliza de estímulo na retentiva dos Senhores Deputados para um preito que visa sublinhar uma ofegante vida em prol do ensino e da cultura do povo, a par de uma fidelidade, sem lacunas, ao serviço dos nobres ideais da liberdade de espírito, é porque, do nosso ponto de vista, se trata de reconhecer os méritos de uma individualidade que, sem sombra de dúvidas, deve merecer o respeito desta Câmara.

Trata-se, realmente, de alguém que, ao longo de um extenso caminho temporal e de uma actividade significativamente rica de conteúdo — tanto enobrecendo a cátedra como dignificando a nossa cultura, que não hesitou em trazer até ao povo —, é credor do respeito e do apreço dos legítimos representantes desse povo.

Na verdade, quer o germanista ensinando na sua Faculdade, quer o difusor da cultura alemã junto daqueles que a ela não tinham acesso, traduzindo poetas e filósofos, quer carreando subsídios críticos de rara penetração, quer trazendo o teatro — o nosso e o alheio — ao conhecimento do povo, numa cruzada que, começando por ser vicentina, se dilatou para fora de confinações e se estendeu ao teatro grego, ao espanhol e ao moderno teatro português, são motivos que merecem não ser deixados a qualquer nuvem de silêncio que os oculte.

Paulo Quintela — um transmontano do nordeste, nascido em Bragança — é oriundo de cepa humilde e conservou-se, pela vida fora, fiel à progénie.

Doutorado em 1947 com uma notável «Dissertação sobre a Vida e Obra de Hölderlin» a que juntou, em anexo, uma tradução de poemas do seu biografado, logo no acto de imposição das insignias doutorais marcou, nitidamente, a sua vinculação ao suor do pai pedreiro, dizendo na sua alocução que:

Neste momento que eu desejaria solene pela veemência do meu voto, chamo à consciência a humildade da minha origem na certeza de que a ascensão à mais alta dignidade académica mais fundo me enraizará na fidelidade à condição de que provengo.

Mas não será este o lugar — e nem disponho de oportunidade temporal — para me demorar sobre o que foi o seu trajecto biográfico de professor nem do que foi a sua vivência de estudioso e a sua actividade de germanista ilustre. Mas peço vénia para, embora tangencialmente, deixar alguns apontamentos — algumas notas fugazes — sobre o seu percurso de homem e de intelectual.

Estudante, ainda, vamos encontrá-lo como um dos fundadores da Associação de Estudantes de Letras que, entre outras actividades meritórias, promoveu um notável ciclo de conferências em que intervieram, entre outros, João da Silva Correia, António Sérgio, Vieira

de Almeida e Joaquim de Oliveira Guimarães. E, com Sílvio Lima, Vitorino Nemésio e Carlos Cal Brandão, publica o jornal *Gente Nova*, que foi órgão do Centro Académico Republicano de Coimbra.

Concluído o seu curso, e mercê de uma bolsa da Fundação Alexandre Humboldt, parte para Berlim para frequentar a Universidade Frederico Guilherme, permanecendo, ali, de 1927 a 1929, ano em que, regressado a Coimbra, presta as suas provas de licenciatura com uma tese sobre «O Elemento Social no Drama Alemão a Partir de Lessing». Após o que volta de novo para a Alemanha, então com uma bolsa da Junta de Educação Nacional, tendo, então, desempenhado as funções de leitor de Português.

Regressado em 1933, é contratado como professor auxiliar e, posteriormente, como professor extraordinário e encarregado das regências de Literaturas Alemã e Inglesa e de Gramática Comparativa das Línguas Germânicas.

Mas, é depois do seu doutoramento que o sectarismo, então vigente, lança sobre ele o anátema da heresia política, mantendo-o, durante anos, sob o regime de suspeita ideológica, até que o 25 de Abril lhe veio levantar a excomunhão.

Entretanto, funda o Teatro dos Estudantes da Universidade de Coimbra que, sob a sua direcção, realiza uma obra de difusão do Teatro excepcionalmente notável, levando ao contacto do povo — e conseguindo interessá-lo — para além do nosso Teatro Vicentino, onde avultam a *Trilogia das Barcas*, a *Farsa de Inês Pereira*, o *Auto da Visitação* e o *Breve Sumário da História de Deus*, etc.

Percorre com os seus estudantes o País de lés a lés; vai à Madeira, aos Açores, à Guiné, a Cabo Verde, a São Tomé, a Angola e a Moçambique, fazendo, mesmo, uma incursão ao Brasil. Mas, não contente com a sua cruzada vicentina, serve nas tábuas ao público português o teatro grego, mostrando-lhe o *Prometeu Agrilhoado*, de Esquilo, a *Medeia*, de Eurípedes e a *Antígona* de Sófocles. E ainda lhe resta fôlego para uma investida no teatro espanhol — de Calderon de la Barca a Garcia Lorca — e no moderno teatro português, em que seleccionou Raul Brandão, Torga e Régio.

Seria uma omissão indesculpável que terminasse esta descolorida intervenção sem apontar com o dedo indicador — ao menos tangencialmente — o seu prestimoso labor na divulgação da cultura alemã em Portugal, sobretudo como tradutor de poetas e filósofos germânicos. Desde Goethe a Rilke; desde Hölderlin a Nietzsche, sem falar na sua primorosa versão da *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, de Emanuel Kant; sem falar, também, na sua actividade de ensaísta e crítico nos domínios da literatura germânica.

Mercê deste afã na difusão da cultura alemã, Paulo Quintela é galardoado com a medalha de ouro do Instituto Goethe, sendo o primeiro português a receber aquele galardão.

E é, ainda, mercê deste labor de germanista que mereceu do Prof. Wolfgang Kaiser estas palavras que, pela sua expressividade, não carecem de sublinhados:

É um dos mais competentes intérpretes da literatura alemã. Em todos os problemas de interpretação, a voz deste germanista merece a mesma atenção que a de qualquer germanista alemão [...]

É este homem que, agora, recebe a homenagem nacional que tão bem mereceu, na Coimbra onde se processou a maior parte do seu fecundo trabalho, como professor, como escritor, como homem de teatro.

E, quem tão bem serviu a cultura, do povo donde proveio, não podia ficar sem que, nesta Câmara onde o povo tem a sua legítima representação, se não expresssem vozes a associar-se ao preito que, tão justamente, lhe é prestado neste momento.

O Deputado do PS, *Frederico de Moura*

O Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português aprovou com júbilo o voto de saudação ao Professor Paulo Quintela, personalidade admirável pela combatividade democrática, pelo magistério rigoroso e inovador, pelo senso criativo de toda a actividade a que deu o lume do seu empenhamento exemplar.

Ao longo de uma vida que assumiu os riscos e os desafios, o Professor Quintela participou nos movimentos de oposição ao regime fascista, esteve com firmeza ao lado das sucessivas gerações de estudantes progressistas, não regateou abnegação e lucidez no interpretar da luta do povo.

Lembramo-lo como incentivador tenaz da prática cultural, designadamente a do teatro. Os seus ensinamentos nunca nasceram da impositividade ou do munda-

nismo gratuito, antes se substanciaram no diálogofecondante, na busca das soluções colectivas, no tonus de um pensamento vigoroso e de uma poderosa formação humanista.

Traduziu, entre outros, Goethe, Nelly Sachs, Hölderlin, Brecht, com a elevação profunda que lhe granjeou o reconhecimento nacional e internacional; divulgou, no nosso meio intelectual, textos fundamentais da poesia, da ficção e do ensaísmo de língua germânica; alargou os horizontes acanhados do ensino universitário ao convívio com o que, nos tempos modernos, se afirmou contra o imobilismo e a estagnação.

A Ordem da Liberdade, que lhe foi concedida pelo Portugal de Abril, encontrou na sua figura um destinatário adequado, constituindo uma homenagem justa que não exclui outras.

Usámos várias formas do pretérito para, em breves linhas, honrar o perfil do Dr. Paulo Quintela. Mas é uma alegria ler nelas um presente vivo. E endereçar, da bancada do PCP, ao prestigiado democrata, professor, homem de letras e artes, uma saudação solidária e amiga.

O Deputado do PCP, *José Manuel Mendes*.

Os Redactores, *Maria Leonor Ferreira — José Diogo — Ana Maria Marques da Cruz*.

PREÇO DESTE NÚMERO: 154\$00

Depósito legal n.º 8818/85

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P.